

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 26

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2010

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- João Emílio Gazzana
- José Sydrião de Alencar Júnior
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Oswaldo Serrano de Oliveira
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Narciso Sobrinho (Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Jânia Maria Pinho Souza (Gerente de Ambiente)
Airton Saboya Valente Júnior (Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro (Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)
Francisco Diniz Bezerra (Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe ETENE:

Coordenação Técnica

Airton Saboya Valente Junior

Produto Interno Bruto

Aline Maria Souza Menezes

Produção Industrial do Brasil e Nordeste

Wellington Santos Damasceno

Desempenho do Comércio do Brasil e Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Francisco Raimundo Evangelista, George Alberto de Freitas, Jackson Dantas Coêlho e Maria de Fátima Vidal

Emprego e Rendimento

Laura Lucia Ramos Freire

Setor Externo

Inêz Sílvia Batista Castro e Jacqueline Nogueira Cambota

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Consultores Ad Hoc

Coordenação Técnica e Síntese das Expectativas
Assuero Ferreira

Síntese das Expectativas, Produto Interno Bruto, Produção Industrial, Emprego e Rendimento

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: João Mairton Moura de Araújo, José Vladimir Cardoso Sena e Rayssa Alexandre Costa

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto Cartaxo, Kamille Leão de Souza, José Wandemberg Rodrigues Almeida e Marcelo Borges Barbosa

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE)

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino (Reg. CRB 3/921)

Revisão

Edmilson Nascimento

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré 60743-902 - Fortaleza(CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.5036

Celular: (85) 8635.6046

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 26 (jul. - set. 2010). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2010 -

98 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	Crescimento Via Mercado Interno como Resposta à Crise na América Latina: Uma Utopia Mobilizadora?
11	2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
17	3 - NÍVEL DE ATIVIDADE
17	3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)
24	3.2 - Produção Industrial
28	3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste
34	3.3 - Comércio
34	3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil
36	3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste
38	3.4 - Produção Agropecuária
38	3.4.1 - Agricultura
48	3.4.2 - Pecuária
49	3.5 - Agronegócio
49	3.5.1 - Desempenho do Faturamento
53	3.5.2 - Balança Comercial do Agronegócio
61	4 - EMPREGO E RENDIMENTO
65	4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal
69	5 - SETOR EXTERNO
79	6 - FINANÇAS PÚBLICAS
79	6.1 - Orçamento de Investimento das Estatais no Nordeste
81	6.2 - Aplicação de Recursos das Agências Financeiras Públicas de Fomento no Nordeste

85	7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
85	7.1 - Panorama Geral
86	7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional
87	7.3 - Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Bancário Nordestino
89	7.3.1 - Desembolsos Realizados pelo BNDES
91	7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino
93	7.5 - BNB - Taxas de Juros e Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito
96	7.6 - Conclusão

1 - Avaliação e Perspectivas

Crescimento Via Mercado Interno como Resposta à Crise na América Latina: Uma Utopia Mobilizadora?¹

Pierre Salama

Economista, professor titular da Universidade de Paris XIII, especialista em desenvolvimento econômico e América Latina

Após décadas de forte crescimento, a América Latina foi profundamente abalada pela crise dos anos oitenta. O nível do seu Produto Interno Bruto (PIB) de 1980 somente seria retomado 14 anos depois. A taxa de pobreza, por sua vez, sofreria na fatídica década um incremento tão acentuado, que somente 25 anos depois o continente reencontrou seu nível do início daquele período (JIMÉNEZ, 2010). Continente marcado por grandes desigualdades, com raras exceções, por uma ação fiscal regressiva, por modestas transferências sociais comparadas àquelas então vigentes na Europa e por uma abertura comercial ainda

modesta (com exceção do México e de alguns países da América Central), em 2008 a América Latina sofreria o impacto da crise internacional, interrompendo, assim, um ciclo de crescimento relativamente elevado que vinha se observando desde 2003.

Diferentemente da crise dos anos oitenta, a de 2008 é muito menos o produto de dificuldades internas do que contágio de uma crise que extrapola suas fronteiras, com origem nos países desenvolvidos. Nesse sentido, ela se aproxima da crise dos anos trinta. Também diferente da crise

1 O objeto desse artigo é interrogar se, após anos de crescente abertura, um novo regime de crescimento, centrado em uma repartição mais equitativa dos rendimentos e em uma expansão do mercado interno, terá chance de contribuir para uma retomada durável do crescimento. A aposta no mercado interno, sucedendo àquela do mercado externo com o Consenso de Washington dos anos noventa, tem um caráter aparentemente utópico, levando-se em conta as profundas desigualdades e poderosos conflitos de interesses que se opõem a uma reforma fiscal e a uma política redistributiva cara às altas camadas sociais. Mas não se pode deixar de constatar que em certos países, como o Brasil e em menor grau a Argentina, essa “utopia” parece apresentar um início de realização. As políticas contracíclicas, decididas logo após a explosão da crise internacional, são diferentes daquelas dos anos anteriores, inspiradas no Consenso de Washington e caracterizadas por uma redução dos gastos sociais quando da chegada da crise de câmbio, precipitando uma recessão. Inspiradas em um “keynesianismo pragmático”, as novas políticas procuram favorecer uma sustentação da demanda e conduzem a uma diminuição dos excedentes primários. Essas medidas atenuam o custo social da crise, em vez de acentuá-lo, pelo menos até o início dos anos 2010.

Pelo menos em um aspecto e em certa medida, essas políticas contracíclicas se inscrevem em uma continuidade que se pode observar em alguns países após o início dos anos 2000: fraca diminuição das desigualdades, política social fortalecida e retomada do crescimento. Pode-se então considerar que a crise internacional produza, de maneira subterrânea, a aceleração de um processo já iniciado, ou então, de maneira mais pessimista, pode-se pensar que somente se trata de articulação hesitante, mas, uma vez que a ilusão da retomada seja confirmada, o modelo excludente anterior, ainda que um pouco modificado, retorne com força. O retorno do mercado interno, utopia mobilizadora, ou o retorno do modelo precedente, mais aberto, menos vulnerável, mas também mais frágil (SALAMA, 2009a, 2009b).

dos anos oitenta e da crise dos anos trinta, ainda que profunda, a crise de 2008 acena, até o momento, para uma duração relativamente curta, pois a recuperação da economia já se manifesta desde o final de 2009. Entretanto, é prudente não confundir um momento do ciclo com sua tendência, sobretudo em se tratando de uma crise estrutural. No estado atual da crise internacional, somente se pode ser cético quanto à duração da retomada, pelo menos enquanto a arquitetura internacional não for redefinida. Retomada frágil, é certo, mas, igualmente à crise dos anos oitenta e, sobretudo, à dos anos trinta, a “vivência” da crise se manifesta por uma mutação das estruturas produtivas, ainda difícil de ser consolidada no presente momento, de maneira a modificar a maneira e os modos de governança.

Desigualdades e obstáculos à retomada do crescimento via mercado interno

Na grande maioria dos países latino-americanos as desigualdades entre os rendimentos são particularmente elevadas (SALAMA, 2006). Entre 2002 e 2008 observou-se uma leve diminuição dessas disparidades em diversos países da região (CEPAL, 2009; LOPEZ-CALVA; LUSTIG, 2009; SALVATORI DEDECCA, 2010), com exceção de Argentina, Brasil e México.

Essa evolução é importante. As causas são múltiplas: funcionamento diferenciado do mercado de trabalho, transferências sociais significativas, política fiscal menos regressiva, diminuição demográfica e aumento da taxa de emprego das

mulheres. No que concerne aos dois últimos fatores, sua contribuição para a redução das desigualdades tem se mostrado relativamente modesta, segundo Lopez-Calva e Lustig (2009). O número de adultos por família, com efeito, contribui em 6,6% para a diminuição das desigualdades de 2000 a 2006 no Brasil, em 8% na Argentina e em 10,3% no México.

O essencial da diminuição das desigualdades vem, de fato, de uma melhoria nas condições de trabalho (emprego e salário) e relativamente pouco de um aumento dos rendimentos não provenientes do trabalho² (26% na Argentina e 15,1% no México), exceto no Brasil (45,2%). Mais precisamente, se observa que no Brasil a melhoria dos rendimentos do trabalho é mais significativa para os baixos rendimentos do que para os mais elevados. A relação dos rendimentos do trabalho dos 5% mais ricos da população sobre os 50% mais pobres passou de 14,3, em 1993, para 13,5, em 2008, e, por fim, essa relação entre os 5% mais ricos e os 25% mais pobres involuiu de 23,6 para 18,6 (SALVATORI DEDECCA, 2010).

Esses dados podem surpreender³. Eles se explicam, em parte, pelo significativo aumento do salário mínimo, e, com isso, elevou-se o montante das aposentadorias pagas pelo setor público⁴, em parte também pelo crescimento do emprego e pela evolução da estrutura dos empregos (SALAMA, 2007, 2008). Mas o essencial a ser retido é que, contrariamente à evidência neoliberal, as transferências sociais influenciam

2 Essa categoria é muito heterogênea, nela se encontrando também as transferências sociais, os aluguéis e os rendimentos do capital.

3 Duas observações: os rendimentos de 0,01%, de 0,1%, talvez de 1%, crescem muito mais rapidamente, como no conjunto dos países ocidentais; os rendimentos do capital (juros e dividendos) são muito pouco registrados.

4 Observa-se, em inúmeros países uma relação entre o montante das aposentadorias pagas e o salário-mínimo. A alta relativa deste último eleva o montante das aposentadorias. De uma maneira mais geral, as políticas sociais, no sentido definido pelos latino-americanos (educação e transferências sociais e de proteção social, principalmente as aposentadorias e a saúde) são relativamente fracas, ainda que em forte elevação em países como o Brasil. Segundo os estudos de Afonso e Dain ([200-]), em apenas três países (Argentina, Chile e Costa Rica), no período 1985-1990 os gastos sociais ultrapassaram os 13% do PIB. Contavam-se nove no período 2006-2007, dentre eles o Brasil (24,4% do PIB) e o Chile. No México, os gastos sociais eram inferiores a 9% do PIB no primeiro período, mas aumentaram para 11,2% no segundo.

pouco na evolução das desigualdades. É isso que será visto adiante.

Os estudos da *Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE, 2008) e os de Goni, Lopes e Serven (2008) mostram claramente a pequena influência das transferências sobre o nível de concentração dos rendimentos, medida pelo coeficiente de Gini. Quando se considera a diferença entre o rendimento bruto (incluindo as transferências sociais) e o rendimento mercantil (*market income*), na América Latina e na Europa, observa-se que o impacto dessas transferências sobre a concentração dos rendimentos é elevado na Europa, porém fraco na América Latina. Caso se considere o rendimento disponível (com transferências e impostos diretos) e o rendimento bruto (com transferências), observa-se que o impacto dos impostos sobre a diminuição das desigualdades é muito mais importante na Europa do que na América Latina⁵.

É por essa razão que, segundo a OCDE (2008), a diferença entre o índice Gini dos rendimentos mercantis e o dos rendimentos líquidos das transferências e dos impostos diretos em 2006 não passa de 2 pontos percentuais na América Latina ante 20 pontos na Europa. A conclusão é simples: os níveis de concentração dos rendimentos, antes das transferências e impostos, têm no máximo cinco pontos de diferença entre os países da América Latina e as nações europeias, e essas diferenças são muito mais significativas se se levar em conta as transferências líquidas de impostos (da ordem de 20-25 pontos). Em média, o índice Gini na América Latina passa de 51,6% a 49,6%, enquanto na Europa ele passa de 47,6% a 28,2%.

A partir desses dados, compreende-se por que muitos economistas, na sequência dos estudos

de Celso Furtado, tenham visto nesses níveis de desigualdade e na fragilidade dos gastos sociais a origem da tendência à estagnação econômica (SALAMA, 2006). E, de maneira contrária, por que eles observaram que a leve diminuição das desigualdades e o aumento dos gastos sociais possibilitaram dinamizar o crescimento nos anos 2000 e dar um pouco mais de impulso ao mercado interno.

Conclusões

Cruzamento de caminhos. Trampolim para novo regime de crescimento

É difícil imaginar o futuro dos países latino-americanos, sem distinguir as diferentes trajetórias que eles seguiram nesses últimos dez ou quinze anos. O Brasil, a Argentina e o México possuem características comuns: elevada desigualdade dos rendimentos, maior no Brasil que na Argentina; uma leve diminuição dessas desigualdades; abertura ainda modesta ao comércio internacional, com exceção do México; aumento da participação das exportações primárias nas exportações totais na Argentina e no Brasil; dificuldade para exportar produtos industriais sofisticados, menor no Brasil que no México ou na Argentina; e uma tendência à apreciação da taxa de câmbio real, com exceção da Argentina nos anos 2000.

Essas trajetórias apresentam também características diferentes. O Brasil e o México conheceram taxas modestas de crescimento médio do PIB nos anos 2000. No Brasil, a taxa de crescimento aumentou em 2004, enquanto a Argentina retornou com uma taxa de expansão de tipo asiático. Na Argentina, o PIB sofreu elevada queda em 2009, mas menos significativa que a do México

5 Essa diferença é provavelmente acentuada, se esses estudos pudessem levar em conta os impostos indiretos, mais elevados na América Latina do que na Europa (CEPAL, 2009; GOMEZ SABAINI et al, 2008). Os impostos indiretos são, com efeito, e em geral, mais regressivos que os impostos diretos, pois o todo conjunto dos indivíduos os paga, diferentemente da taxa direta.

e maior que a do Brasil. As desigualdades diminuíram mais fortemente no Brasil nos anos 2000 em relação ao México e à Argentina, e os gastos sociais aumentaram, proporcionalmente ao PIB, no Brasil e na Argentina, enquanto estagnaram no México (AFONSO; DAIN, 2009).

Essas evoluções, bem como a aceleração do crescimento a partir de 2003-2004, possibilitam interrogar se não surgem de maneira pontual, antes mesmo da explosão da crise de 2008, as premissas de um novo regime de crescimento no Brasil e, mais timidamente, na Argentina. Crescimento esse levado por uma expansão da demanda interna e das exportações de produtos primários, mas também pela alta das cotações de seus câmbios, que de certa forma esconde esse crescimento.

Esses países estão em um cruzamento de caminhos. A retomada econômica e as políticas contracíclicas⁶, decididas logo após a explosão da crise internacional, poderiam servir de trampolim para a definição de um novo regime de crescimento. Fazendo isso, esses países, acentuando aquilo que surgiu timidamente nos anos 2000, “aproveitaram” a crise internacional para reduzir bastante as desigualdades de rendimentos e favorecer a contribuição do mercado interno à retomada do crescimento, um pouco parecido com o que ocorreu desde os anos 1933-1934 com a grande crise dos anos 1930.

O maciço retorno dos capitais aos mercados financeiros emergentes na América Latina, a retomada do crescimento do PIB e as dificuldades para sustentar a demanda, na medida em que ela poderia aumentar o custo do trabalho, reforçam o peso político daqueles que desejam “fechar o parêntese da crise” e retornar ao regime de crescimento excludente dos anos 2000. Essa tentação é

tão elevada, que o retorno dos capitais se traduz por uma nova tendência à apreciação das moedas nacionais, após as fortes quedas em 2008-2009. Quedas essas que foram favoráveis aos investidores estrangeiros, mas desfavoráveis aos exportadores de produtos industriais (queda de competitividade em decorrência da alta do custo salarial, expresso em dólares, que nem sempre compensa a redução do valor das importações de produtos intermediários e de bens de capital).

Pode-se pensar que o México provavelmente será o país mais tentado a adotar essa via, pois seu comércio externo está direcionado quase que exclusivamente para os Estados Unidos e o Canadá, e são muito poderosos os interesses estrangeiros em seu sistema bancário. De maneira contrária, uma retomada da crise internacional poderia beneficiar a continuidade de uma política anticíclica favorável à demanda e estimular a busca de outros parceiros comerciais, ensejando uma nova depreciação do peso, de maneira a compensar as altas do custo da mão de obra.

O prosseguimento da política de sustentação da demanda interna tem mais chance de ser bem-sucedido no Brasil e na Argentina. Mas esse processo sofre numerosas desvantagens. Como já visto, a diminuição das desigualdades ainda é pequena, e elas persistem em um nível extremamente elevado. A dimensão absoluta da população do Brasil (maior que a da Argentina) e a existência do Mercosul possibilitam ao país dispor de um mercado interno suficientemente amplo sob o aspecto da valorização do capital, para toda uma série de produtos. Mas essa valorização parece insuficiente para proporcionar um crescimento durável puxado pelo mercado interno, de maneira que o peso das finanças e seus efeitos

6 Políticas contracíclicas caracterizadas, principalmente, por políticas de sustentação da demanda interna, tanto de origem fiscal (redução de certos impostos) como monetária (taxa de juros artificialmente reduzida para compra ou venda de certos produtos). Até mesmo orçamentária (efeitos provenientes do aumento do salário mínimo, de aposentadorias e de transferências sociais) e relativamente pouco das políticas de grandes trabalhos públicos, sobre as infraestruturas, como na China (KHATIWADA, 2009; JIMÉNEZ, 2009).

sobre a distribuição dos rendimentos não sejam contidos. O aumento dos salários mais baixos, por mais desejável que seja, não é suficiente, devido à amplitude da miséria. O obstáculo da política fiscal regressiva deve ser afastado, mas isso não acontecerá sem que se intensifiquem os grandes conflitos de interesses, o que já vem ocorrendo há alguns anos.

No passado, a partir dos anos 1930, o mercado foi criado pela monetarização “à marcha forçada”, produzida pela industrialização, que o impulsionou. No contexto atual, o mercado

interno somente poderá contribuir para o crescimento durável se for executado um verdadeiro *Welfare State*, único meio capaz de compensar a lentidão da demanda externa de produtos industriais. Não optar por essa via, significa aceitar o retorno a uma especialização internacional baseada em produtos primários, sob o pretexto de que a demanda internacional é dinâmica. É escolher a via da facilidade, mas também da fragilidade amanhã. É optar por um retorno aos anos anteriores a 1930... Estranho retorno da História.

REFERÊNCIAS



AFONSO, J. R.; DAIN, S. Dos decadas de la descentralización del gasto social en America Latina: una evaluación preliminar. **Working Paper**, Cepal, 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.org>>. Acesso em: [200-].

CEPAL. **Balance preliminar de las economías de America Latina y el Caribe**. 2009.

DEDECCA, C. SALVATORI. As desigualdades na sociedade brasileira. **Working Paper**, 2010. Mimeografado.

GONI, E; LOPES, Humberto J.; SERVEN L. Fiscal redistribution and income inequality in Latin America. **Policy Research Working Paper**, n. 4487, 2008.

JIMÉNEZ, J. P. Crisis, recuperación y espacios de política: desafíos de la política fiscal. **Working Paper**, Cepal, 2010.

LOPEZ-CALVA, L. F; LUSTIG, N. The recent decline of inequality in Latin America: Argentina, Brazil, Mexico and Peru. **Working Paper**, n. 140, 2009.

OCDE. **Perspectives économiques de l'Amérique Latine 2009**. 2008.

SALAMA, P. Argentine, Brésil, Mexique face à la crise. **Revue Tiers Monde**, 2009a. Em português na Revista Estudos Avançados, USP, n. 65, 2009.

_____. Forces et faiblesses de l'Argentine, du Brésil, du Mexique. In: . HUGON; SALAMA, P. (Dir.). **Les suds dans la crise**. [S.L.]: Armand Colin, 2009b.

_____. **Le défi des inégalités, une comparaison économique Amérique Latine/Asie. La Découverte**, 2006. No prelo em português, no Periódico Perspectivas do Desenvolvimento.

_____. Pauvreté, le bout du tunnel? **Problèmes d'Amérique Latine**, n. 66/67, 2007.

2 - Síntese de Expectativas

A edição de outubro de 2010 do World Economic Outlook, do Fundo Monetário Internacional (IMF2010), prevê crescimento de 4,8% da economia mundial em 2010, 0,2 ponto percentual a mais da projeção feita em julho. Os países em desenvolvimento são os grandes responsáveis pela retomada do dinamismo da economia mundial. Para esse grupo de países, o FMI projeta expansão de 7,1%, estimando aumento de apenas 2,7% para as economias avançadas.

A lenta recuperação das economias desenvolvidas se explica pelo ainda baixo desempenho do consumo das famílias. Nos Estados Unidos, por exemplo, os dados divulgados pelo BEA - Bureau of Economic Analysis (2010) indicam uma desaceleração da economia norte-americana no segundo semestre. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre, de apenas 1,7%, foi inferior aos 3,7% registrados entre janeiro e março. Essa queda no ritmo de expansão reflete, sobretudo, o desempenho menos robusto do consumo das famílias, que registrou um incremento de 1,9% entre abril e junho, abaixo dos 2,2% do trimestre anterior. Contribuiu também para esse resultado a expressiva discrepância entre a taxa de crescimento das importações (33,5%) e a das exportações (11,5%).

O dado positivo ficou por conta do significativo avanço de 17,2% nos investimentos não residenciais, mais que o dobro dos 7,8% assinalados no trimestre anterior, influenciado pela retomada da demanda externa e pela expansão dos lucros corporativos.

Diante dos resultados aquém do esperado, o governo norte-americano lançou um pacote de medidas de estímulo fiscal, no valor total de US\$ 350 bilhões, com foco nos investimentos empresariais e em infraestrutura, visando ativar a demanda agregada e expandir o produto potencial norte-americano.

Entre as medidas, destaca-se a expansão dos créditos tributários às atividades de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo recursos da ordem de US\$ 100 bilhões. Além disso, as novas inversões das empresas em plantas e equipamentos serão beneficiadas com abatimento tributário integral até 2011, estimado em US\$ 200 bilhões. Também fazem parte do programa investimentos públicos adicionais da ordem de US\$ 50 bilhões em infraestrutura. Finalmente, o governo pretende criar um banco de fomento com o objetivo de unificar os recursos federais direcionados para investimentos nos planos nacional e regional (IEDI, 2010).

O crescimento dos países emergentes e em desenvolvimento, na proporção de 7,1% prevista pelo FMI, será garantido principalmente pelo desempenho da China (10,5%), da Índia (9,7%) e do Brasil (7,5%). Nesses países, a retirada dos estímulos fiscais e financeiros, cruciais no auge da crise econômica mundial, não implicou desaceleração da demanda interna. Na verdade, constatou-se nesse conjunto de países a constituição de uma demanda doméstica autônoma, beneficiada pela elevação dos investimentos e do consumo das famílias.

No caso brasileiro, o dinamismo da demanda interna está associado aos resultados favoráveis desses dois indicadores. Dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicam que a produção de bens de capital assinalou incremento de 28,3% no acumulado do ano, correspondente ao dobro do crescimento de todo o setor industrial (14,1%).

Vale destacar que significativa parcela do recente crescimento da formação bruta de capital fixo (FBCF) corresponde às inversões realizadas em petróleo e gás. Recente estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estima que em 2010 os investimentos desse segmento participarão da FBCF na proporção de 13,3%, mais que o dobro dos 6% registrados no ano 2000. Para os próximos quatro anos, há a perspectiva de que as inversões em petróleo e gás totalizarão R\$ 378 bilhões, respondendo a Petrobras por 80% desse montante, o qual, por sua vez, corresponde a mais que o dobro dos R\$ 180 bilhões investidos entre 2005 e 2008.

O estudo estima também, em R\$ 407 bilhões, o potencial de geração de demanda doméstica de inversões de petróleo e gás entre 2011 e 2014, com substanciais benefícios para uma ampla cadeia de fornecedores de bens e serviços, contemplando, principalmente, os segmentos de máquinas e equipamentos, construção naval e metalurgia (BNDES, 2010).

O crescimento do consumo das famílias está vinculado ao aumento do emprego e do crédito. A evolução positiva do mercado de trabalho sinaliza um forte avanço da demanda nos últimos meses do ano, com potencial continuidade no exercício de 2011.

De fato, a taxa de desemprego medida pelo IBGE em setembro de 2010 ficou em 6,2%, sendo a menor desde o início da série em 2002.

A população desocupada (1,5 milhão de pessoas) recuou 7,5% em relação a agosto e 17,7% na comparação com igual mês do ano anterior.

Em setembro de 2010 havia 22,3 milhões de pessoas ocupadas, incremento de 0,7% sobre o mês anterior e de 3,5% frente a setembro de 2009. Do total de ocupados, 46,1% representam trabalhadores com carteira assinada no setor privado. Em setembro de 2010, a categoria “com carteira” registrou acréscimo de 8,6% no confronto com setembro de 2009 (IBGE, 2010).

Os bons resultados estão igualmente vinculados à expansão do rendimento médio real dos trabalhadores, que cresceu 10,1% em setembro de 2010 no confronto com igual mês do ano anterior.

A forte expansão da demanda doméstica, associada ao processo de sobrevalorização do real, acentuou o processo de substituição de matérias-primas e produtos acabados nacionais por produtos estrangeiros nos últimos meses. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) indicam que as importações tiveram recorde histórico, atingindo US\$ 132,1 bilhões (alta de 45,1%). No mesmo intervalo, ocorreu expansão de todas as categorias de uso, no confronto com igual período do ano anterior, com ênfase para combustíveis e lubrificantes (60,3%), bens de consumo (50,1%), matérias-primas e intermediários (42,6%) e bens de capital (38,2%) (BRASIL, 2010d).

O mercado brasileiro tem constituído uma boa alternativa para mercados emergentes, como a China, prejudicados pelo baixo nível de atividade econômica das economias desenvolvidas. Vale destacar que o Brasil passou a ser também um importante mercado para países desenvolvidos, como os Estados Unidos, que procuram estimular as exportações como forma de compensar o baixo dinamismo da demanda interna.

Além do descompasso entre o crescimento econômico brasileiro e o das economias avançadas, também contribuem para o avanço das importações brasileiras a sistemática desvalorização do dólar nos últimos dois anos e as tentativas de neutralização desse movimento por parte da China, mantendo o yuan depreciado. As compras originárias da China e dos Estados Unidos cresceram respectivamente 64,3% e 33,8%. A recente decisão do Banco Popular da China de aumentar a taxa de juros de 5,31% para 5,56% pode provocar uma valorização da moeda chinesa, reduzindo as importações provenientes daquele país.

O impacto negativo nas contas externas do país é significativo. Em setembro de 2010, as transações correntes apresentaram déficit de US\$ 2,8 bilhões, alta de 253% em relação a igual mês de 2009. No acumulado do ano, registrou-se déficit de US\$ 31,1 bilhões, um acréscimo de 223,8% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010). Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, as transações correntes deverão registrar, em 2010, déficit de US\$ 49 bilhões ou 2,5% do PIB, e de US\$ 59 bilhões em 2011, correspondente a 2,7% do PIB (BRASIL, 2010a, p. 103).

Uma parte do financiamento desse déficit se dá por meio de investimentos de portfólio, de natureza volátil e de curto prazo. Esses capitais se beneficiam das taxas de juros reais praticadas no Brasil e da significativa expansão do mercado acionário. Os investimentos em carteira atingiram R\$ 34,9 bilhões entre janeiro e agosto de 2010, com alta de 131,7% em relação a igual período de 2009. Vale mencionar que essa modalidade de investimento representa 63,2% do superávit na conta capital e financeira no acumulado do ano. Isso se deve, sobretudo, à grande apreciação da moeda nacional, por um lado, e, por outro, à alta taxa de juros interna em comparação com aquelas

praticadas no mercado internacional, particularmente nos Estados Unidos, Europa e Japão.

No tocante ao diferencial de taxas de juros, conforme explicita o Ministério da Fazenda, o Brasil exhibe atualmente um dos mais altos *carry return*¹ (14,5%) do mundo, ficando atrás apenas da África do Sul (18,2%) e da Austrália (15,8%).

A apreciação da moeda nacional decorrente da expressiva entrada de capital, ainda mais agravada em fins de setembro pela capitalização da Petrobras no total de US\$ 120 bilhões, tem levado o governo brasileiro a adotar um conjunto de medidas de intervenção no mercado cambial. Em 18 de outubro o Ministério da Fazenda anunciou uma elevação na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente nas aplicações de investidores estrangeiros em renda fixa, de 4% para 6%. Vale destacar que o governo já havia elevado o IOF de 2% para 4% no início de outubro (BRASIL, 2010b).

Outra medida visando evitar a desvalorização do dólar em relação ao real foi o aumento do IOF de 0,38% para 6% sobre a garantia que os investidores apresentam para operar com contratos derivativos. Essas garantias representam os depósitos de uma parte do valor da negociação.

Finalmente, o Conselho Monetário Nacional autorizou a extensão do prazo, de dois para quatro anos, para que o Tesouro Nacional possa comprar dólares no mercado visando ao pagamento da Dívida Pública Federal Externa (BRASIL, 2010c).

Todas essas ações do governo objetivam conter a apreciação da moeda nacional frente ao dólar. Entretanto, devido à recente decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter a taxa básica de juros da economia brasileira em 10,75% ao ano, avalia-se

1 Ministério da Fazenda, op. cit., p. 78, o "*carry return* (ou o excesso de retorno) é igual ao retorno sobre o investimento em títulos de renda fixa menos o custo dos empréstimos em moeda estrangeira".

que os efeitos das novas medidas sejam bastante limitados.

No geral, o fato mais significativo observado na economia internacional diz respeito ao fato de subsistir fortes limitações ao crescimento sustentado das economias avançadas, particularmente da União Europeia e Estados Unidos, limitando as importações provenientes das economias em desenvolvimento, inclusive do Brasil, ao tempo em que se esboçam francamente tentativas de desvalorizações cambiais competitivas, tanto por parte de economias desenvolvidas quanto daquelas em desenvolvimento. Os exemplos mais evidentes, nesse sentido, são Estados Unidos e China. Esse movimento vem sendo denominado “guerra cam-

bial”. Na última reunião do G-20, realizada em Gyeongju, na Coreia do Sul, nos dias 22 e 23 de outubro, esse foi um dos temas predominantes no ambiente².

No tocante às perspectivas econômicas para 2010, a equipe de Conjuntura Econômica prevê crescimento de 7,5% do PIB, superior aos 6,8% estimados na edição anterior (n. 25). Esse resultado coincide com a previsão do FMI, que, por sua vez, coincide com aquela divulgada pelo Ministério da Fazenda na publicação *Economia Brasileira em Perspectiva* (BRASIL, 2010a, p.6). Com relação à economia do Nordeste, a equipe de Conjuntura Econômica prevê crescimento de 7,7% do PIB, acima, portanto, dos 6,9% estimados na edição anterior.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores de conjuntura**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2010.

BNDES. Brasil é a principal fronteira de expansão de petróleo no mundo. **Visão de Desenvolvimento**, n. 87, out. 2010. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Economia Brasileira em Perspectiva**, ago./set. 2010. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/perspectiva-economia-brasileira/link.htm>>. Acesso em: 19 out. 2010a.

_____. Ministério da Fazenda. **Mantega anuncia aumento do IOF para investidores estran-**

geiros. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2010b.

_____. Ministério da Fazenda. **Tesouro Nacional vai acelerar comprar de dólares**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2010c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial mensal**, set. 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2010d.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross domestic product september 30**. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: 10 out. 2010.

2 O G-20 reúne os ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais das 20 mais importantes economias do mundo, compreendendo as desenvolvidas e as denominadas potências emergentes. Tem como objetivo central discutir medidas para promover a estabilidade financeira mundial e alcançar um crescimento sustentado e equilibrado. O G-20 foi criado em 1999, para proteção contra os efeitos da crise financeira asiática de 1997. Embora nem sempre chegue a acordos satisfatórios, como no caso da referida guerra cambial, o G-20 foi decisivo na atenuação da grave crise econômico-financeira eclodida no segundo semestre de 2008. Em sua última reunião, realizada na Coreia do Sul, mesmo diante da controvérsia sobre a questão cambial, foram decididas ações no sentido de reformular o FMI, destacando-se a ampliação dos seus recursos e maior participação das economias em desenvolvimento em seus fóruns de decisões.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego setembro de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2010.

IEDI. **Economia global**: novos programas de estímulo nos Estados Unidos. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 05 out. 2010.

IMF. **World economic outlook**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 12 out. 2010.

Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Econômicos Julho-Setembro/2010

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Variação (%) igual período 2009	Brasil	Variação (%) igual período 2009
Estimativa produção grãos (a)	2009/10	Mil t	11.872,50	1,6	148.996,40	10,3
Estimativa área plantada grãos (a)	2009/10	mil ha	7.520,40	-7,9	47.323,40	-0,7
Estimativa produtividade grãos (a)	2009/10	Kg/ha	1.579,00	10,3	3.148,00	11
Produção Industrial	Jul-Ago	Nº Índice	111,00	18,1	108,84	19,0
Pessoal ocupado na indústria	Jul-Ago	Nº Índice	107,19	12,2	105,29	12,8
Horas pagas na indústria	Jul-Ago	Nº Índice	106,56	12,4	106,05	14,2
Folha de pagamento real na indústria	Jul-Ago	Nº Índice	114,61	22,0	110,17	15,9
Comércio varejista vol. de vendas	Agosto	Nº Índice	-	-	169,40	10,1
Comércio varejista ampliado vol. de vendas	Agosto	Nº Índice	-	-	187,00	12,3
Exportações	Jul-Set	US\$ milhões	3.870	23,0	55.742	33,2
Importações	Jul-Set	US\$ milhões	3.145	-4,1	50.858	47,1
Corrente de comércio (exp + imp)	Jul-Set	US\$ milhões	7.014	9,2	106.600	39,5
Saldo da balança comer. (exp - imp)	Jul-Set	US\$ milhões	725	-77,0	4.884	-88,3
Saldo das operações de crédito (f)	Julho	R\$ milhões	93.660	20,6	1.310.898	12,0
Saldo dos depósitos bancários (f)	Julho	R\$ milhões	124.048	5,8	2.359.395	10,0
BNB - Saldo oper. crédito (com FNE)	Setembro	R\$ milhões	34.985	6,4	39.527	6,3
BNB - Contratações do FNE (b)	Jul-Set	R\$ milhões	2.785	62,6	-	-
BNB - Contratações do PRONAF (b)	Jul-Set	R\$ milhões	280	29,6	-	-
Arrecadação de receitas federais (c)	Jul-Set	R\$ milhões	8.566	9,3	137.491	11,8
Arrecadação de ICMS (d)	Jul-Ago	R\$ milhões	6.214	3,0	42.235	5,3
Saldo emprego formal na indústria	Jul-Set	Unidade	91.690	-9,5	216.359	3,0
Saldo emprego formal na const.civil	Jul-Set	Unidade	33.199	15,8	100.196	-4,4
Saldo emprego formal no comércio	Jul-Set	Unidade	21.342	-3,8	148.384	10,4
Saldo emprego formal nos serviços	Jul-Set	Unidade	47.316	52,1	289.583	58,6
Saldo emprego formal agrop.extra.veg.caça pesca	Jul-Set	Unidade	22.587	1,6	(26.436)	-2.359
Saldo emprego formal total	Jul-Set	Unidade	216.134	5,2	728.086	15,0
Taxa média de desocupação Recife (e)	Setembro	%	5,1 (g)	5,7 (h)	-	-
Taxa média de desocupação Salvador (e)	Setembro	%	5,6 (g)	5,3 (h)	-	-
Taxa média de desocupação Brasil (e)	Junho	%	-	-	5,3(g)	5,1(h)

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE - CAGED, CONAB, IPEADATA, MF, CONFAZ e BNB.

Elaboração: Equipes de conjuntura e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

- (a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª.2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Levantamento: set/2010;
- (b) Valores de 2009 a preços médios do 3º trimestre de 2010. Valores indexados pelo IGP-DI;
- (c) Não inclui receita previdenciária. Valores de 2009 a preços constantes a média do 3º trimestre de 2010, indexados pelo IGP-DI;
- (d) Valores a preços constantes a média do bimestre jul-ago de 2010, indexados pelo IGP-DI;
- (e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre;
- (f) Valores de 2009 a preços de julho/10, indexados pelo IGP-DI;
- (g) Em setembro de 2010;
- (h) Em setembro de 2009.

Notas:

- Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;
- Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;
- O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos;
- Os indicadores de produção, produtividade e de área agrícola foram coletados no documento divulgado pela CONAB denominado acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos - referência: junho/10.

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou acréscimo de 1,2% no segundo trimestre de 2010 em relação ao trimestre anterior, superando as expectativas do mercado, que projetava alta entre 0,4% e 1%. Nas comparações interanuais, os resultados são significativos: incremento de 8,8% no indicador mensal e de 8,9% no semestral. Vale destacar que no acumulado dos seis primeiros meses do ano o PIB assinalou seu maior crescimento desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996.

Pela ótica da oferta, o desempenho do PIB foi liderado pela agropecuária (2,1%), seguido

por Indústria (1,9%) e serviços (1,2%), quando tomada a variação em relação ao trimestre imediatamente anterior e desconsiderando-se os fatores sazonais. Comparativamente a igual período de 2009, a indústria foi o setor que mais cresceu (13,7%), seguido por agropecuária (10,1%) e serviços (5,5%). Ressalte-se, porém, que, devido à crise econômica mundial, a base de comparação do ano 2009 é baixa (Gráfico 1).

Segundo o IBGE, o desempenho favorável da agropecuária no primeiro semestre de 2010 deveu-se a condições climáticas favoráveis, ao passo que em idêntico período de 2009, a região

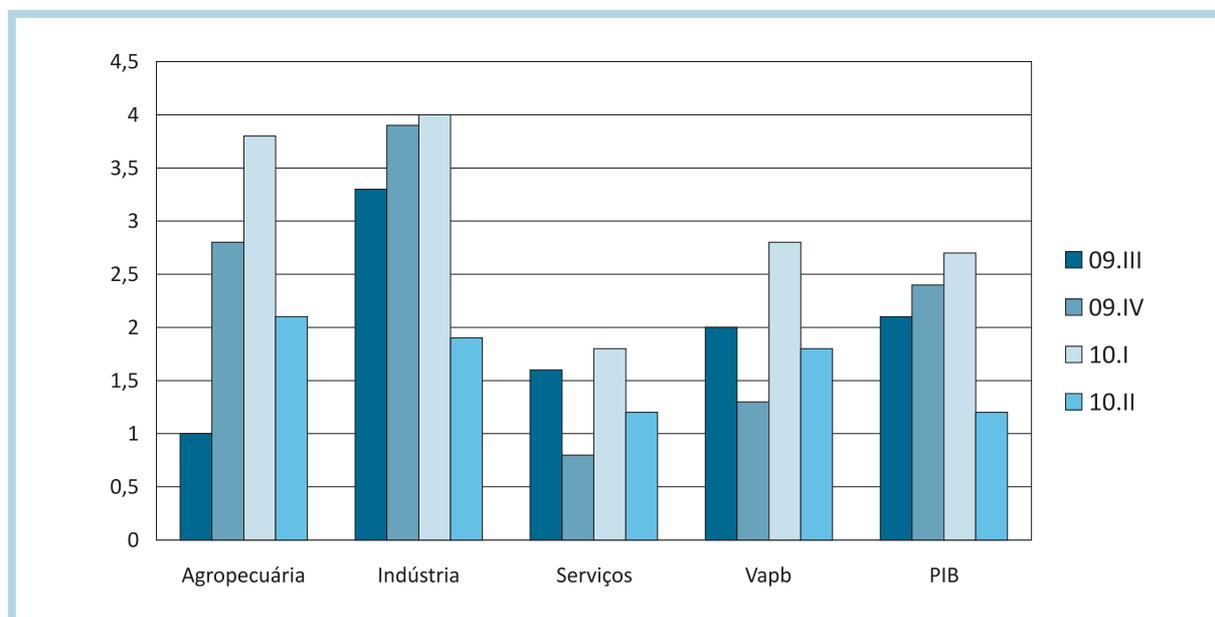


Gráfico 1 – Variação do PIB por Componente de Oferta – Trimestre/mesmo trimestre do ano anterior. 2009.1 a 2010.2

Fonte: (IBGE, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Sul, importante área produtora do país, enfrentava problemas de estiagem.

Cabe ressaltar a expansão de 18,9% dos produtos industriais utilizados pela agricultura, resultante da maior fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas e de adubos e fertilizantes (3,1%). O aumento no preço das *commodities* e a safra recorde deste ano (algodão, café, milho e soja) impulsionaram a realização de investimentos para ampliação da produtividade agrícola no primeiro semestre de 2010.

O crescimento econômico de países emergentes, principalmente a China, provocou mudanças no padrão de comércio mundial, favorecendo as exportações do setor agropecuário brasileiro (MELO, 2010). Em edição anterior deste periódico, Valente Júnior discutiu o sucesso recente do agronegócio nordestino e os gargalos ainda persistentes (VALENTE JÚNIOR, 2009).

Embora a produção industrial tenha amargado três meses de queda ou estabilidade em relação ao mesmo período de 2009 – abril (-0,7%), maio (0,0%), junho (-1%) –, esse arrefecimento já era esperado, devido ao fim da temporada de estímulos fiscais a alguns produtos e a maiores restrições de política monetária a partir de abril. Ainda assim, a indústria apresentou resultados positivos no segundo trimestre, período em que todas as atividades industriais apresentaram incremento.

A expansão do crédito imobiliário foi o motor de crescimento da construção civil, na proporção de 9,8%, quando comparado com idêntico período de 2009. De acordo com o IBGE, a produção de máquinas e equipamentos, produtos de metal, metalurgia, veículos, madeira, máquinas para escritório e equipamentos de informática e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações avançou 13,8% no âmbito da indústria de transformação. Também registraram bom desempenho as ativida-

des extrativa mineral, com expansão de 14,1%, e de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (10,8%).

No que tange ao setor serviços, o componente mais invariante a choques, todas as atividades apresentaram bom desempenho, destacando-se o comércio (atacadista e varejista), com crescimento de 11,8%. Esse desempenho positivo reflete o aumento de renda das famílias e suas expectativas de manutenção do emprego no longo prazo, representando mais gastos em lazer, cultura e entretenimento.

Analisando-se pela ótica da demanda, a expansão do PIB continua vinculada ao dinamismo da demanda doméstica. A formação bruta de capital fixo (FBCF) foi determinante nesse sentido, crescendo 2,4% no período de abril a junho, comparativamente ao trimestre anterior. Já no confronto com idêntico trimestre de 2009, registrou-se alta de 26,5%, o melhor desempenho em 14 anos. Esse resultado elevou a taxa de investimento para 17,9% do PIB no segundo trimestre, a segunda maior da série histórica iniciada em 2000 pelo IBGE, superada apenas pela assinalada em 2008 (18,4%).

Esse incremento foi acompanhado por uma elevação da taxa de poupança, que atingiu 18,1% entre abril e junho de 2010, superando os 16% registrados no segundo trimestre do ano anterior. Vale destacar que o aumento da taxa de poupança reduz a dependência do financiamento externo para expandir os investimentos.

O dinamismo da FBCF decorre da expansão de todos os componentes do investimento – produção interna, importação de máquinas e equipamentos e construção civil. Com relação à produção interna, por exemplo, todos os subsetores da indústria de bens de capital tiveram variação positiva no acumulado janeiro-julho, com exceção do segmento de bens de capital para o setor

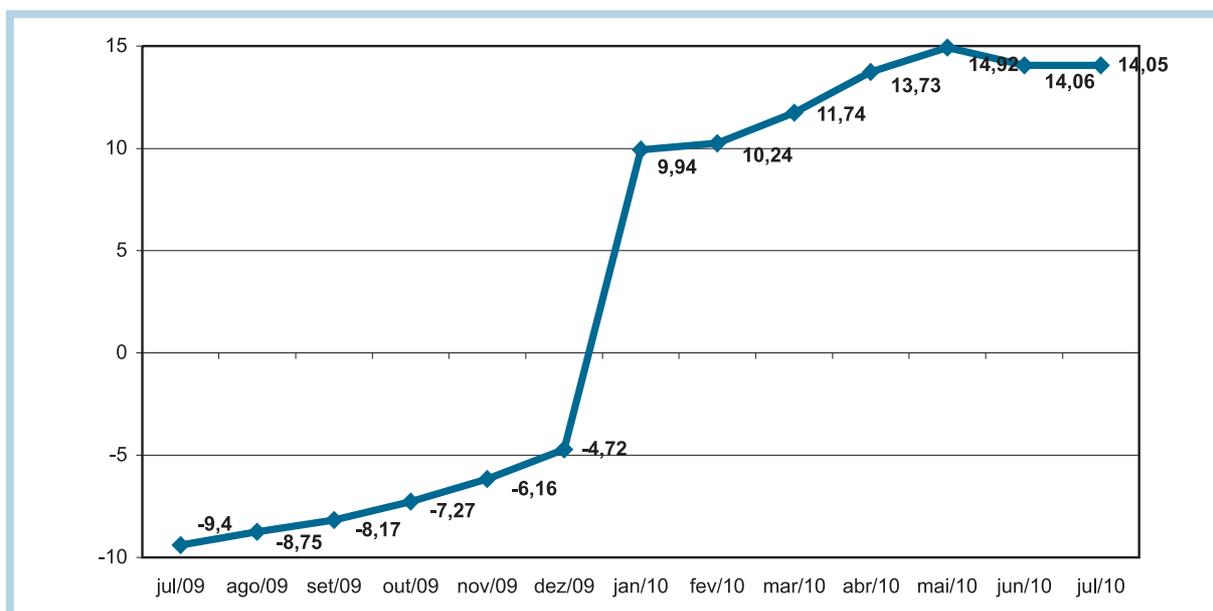


Gráfico 2 – Nordeste – Produção de Máquinas e Equipamentos – Julho de 2009 a Julho de 2010
Fonte: (IBGE, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

de energia elétrica que registrou queda de 1,2%. O grande destaque foi a indústria de bens de capital para construção, com acréscimo de 167,2% nessa base de comparação. Esse desempenho reflete a significativa expansão do setor imobiliário e a intensa realização de projetos de infraestrutura no País.

A produção industrial nordestina de máquinas, aparelhos e materiais elétricos segue a trajetória nacional, com taxas positivas de crescimento nos sete primeiros meses do ano. Essa *performance* consolida o movimento de retomada da produção de máquinas no Nordeste, iniciada no final de 2009 (Gráfico 2).

No acumulado do ano, o aumento da produção interna foi acompanhado por um acréscimo do valor das importações de máquinas e equipamentos. No Nordeste, o ritmo de crescimento das importações de bens de capital revela, principalmente, a ênfase dos programas de investimento dos setores produtores de *commodities* agrícolas e metálicas. De fato, a recuperação dos preços das *commodities* no mercado internacional beneficia os planos de expansão da indústria extrativa

(minério de ferro, petróleo) e de bens intermediários (papel e celulose, siderurgia), assim como da estrutura agroindustrial (açúcar e derivados, grãos e oleaginosas). Ademais, o dinamismo do consumo das famílias na Região favorece a realização de investimentos em setores industriais voltados para o mercado interno (Gráfico 3).

O outro componente da FBCF, a construção civil, registrou, no âmbito nacional, incremento de 16,4% no indicador trimestre/mesmo trimestre do ano anterior. Esse desempenho reflete, em parte, o sucesso do “Minha Casa, Minha Vida”, programa do Governo Federal de construção de casas populares. Segundo o Ministério das Cidades, o programa já contratou 681 mil unidades habitacionais, com investimento de R\$ 38 bilhões. Do total de contratações, 368 mil unidades serão destinadas à população com renda de até três salários mínimos. O programa prevê investimento total em torno de R\$ 68 bilhões .

Ademais, a intensificação das obras de infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) contribui significativamente para o dinamismo da construção civil. Confor-

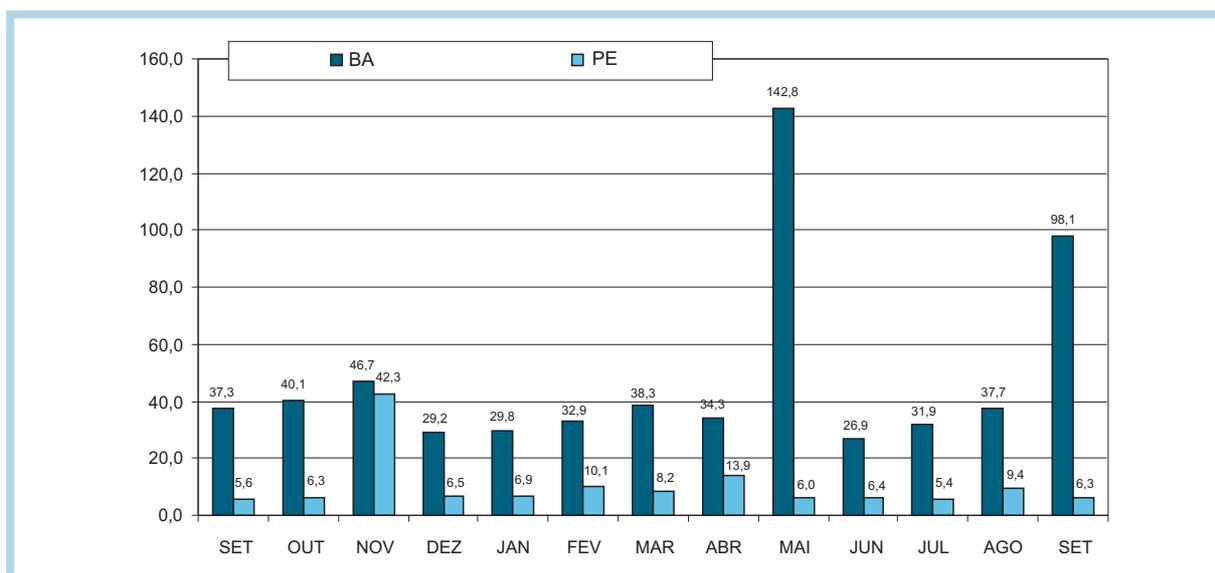


Gráfico 3 – Bahia e Pernambuco – Importação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico e Suas Partes – Setembro de 2009 a Setembro de 2010 – US\$ Milhos FOB

Fonte: (BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

me o portal Contas Abertas, entre 2007 e julho de 2010 o governo aplicou R\$ 47 bilhões nas obras do PAC, correspondendo a 50% dos recursos previstos para o programa no Orçamento Geral da União (OGU). Para 2011, a proposta orçamentária do governo prevê R\$ 43,4 bilhões para empreendimentos do PAC, sendo R\$ 25 bilhões em infraestrutura social e urbana, R\$ 18 bilhões em logística e R\$ 354 milhões no setor energético (CONTAS ABERTAS, 2010b).

Para os próximos anos, o setor da construção civil também será beneficiado com as ações visando à Copa do Mundo de Futebol de 2014. Na Matriz de Responsabilidade do evento estão previstos R\$ 17,3 bilhões para projetos de mobilidade urbana e estádios. Desse total, as quatro capitais nordestinas escaladas para sediar jogos do campeonato (Fortaleza, Natal, Recife e Salvador) receberão recursos no montante de R\$ 4,3 bilhões (Tabela 1).

O consumo do governo apresentou aumento de 5,1% no indicador trimestre/mesmo trimestre do ano anterior e de 3,6% no acumulado do

ano. Somente os investimentos da União entre janeiro e agosto de 2010 atingiram R\$ 26,2 bilhões, 61% superior ao verificado no mesmo período de 2009 (R\$ 16,3 bilhões). Os destaques ficaram por conta do Ministério dos Transportes (R\$ 6,8 bilhões), Ministério da Defesa (R\$ 3,9 bilhões) e Ministério da Educação (R\$ 3,2 bilhões) (CONTAS ABERTAS, 2010a).

Vale destacar os expressivos investimentos das empresas estatais nesse período. De acordo com informações do Ministério do Planejamento, as empresas estatais aplicaram R\$ 51,8 bilhões no acumulado dos oito primeiros meses do ano, correspondendo a 55% do orçamento previsto para 2010. Somente no quarto bimestre, as estatais federais realizaram investimentos de R\$ 13,9 bilhões, incremento de 11,7% comparativamente ao bimestre anterior (Tabela 2).

Dos 35 programas com aprovação de dispêndios no orçamento de 2010, cabe destacar os investimentos do grupo Petrobras, que atingiram R\$ 47,1 bilhões até o quarto bimestre deste ano. Esse valor corresponde a 91% de todas as aplicações das estatais no período.

Tabela 1 – Matriz de Responsabilidade para Projetos de Mobilidade Urbana e Estádios da Copa 2014

Investimentos	Financiamentos (R\$ milhões)		Investimentos (R\$ milhões)				Total (R\$ milhões)
	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Federal (Financiamento BNDES)	Governo Federal	Governo Estadual	Governo Municipal	Outros	
Belo Horizonte - MG	1.023,3	300,0	0,0	126,1	498,7	0,0	1.948,1
Brasília - DF	361,0	400,0	0,0	348,3	0,0	0,0	1.109,3
Cuiabá - MT	454,7	330,0	0,0	150,7	0,0	0,0	935,4
Curitiba - PR	440,6	25,0	0,0	0,0	52,0	113,0	630,6
Fortaleza - CE	414,4	400,0	0,0	320,3	50,3	0,0	1.185,0
Manaus - AM	800,0	375,0	0,0	846,9	30,0	0,0	2.051,9
Natal - RN	361,0	250,5	0,0	119,2	30,4	0,0	761,1
Porto Alegre - RS	456,2	0,0	0,0	0,0	36,5	130,0	622,7
Recife - PE	589,0	456,1	0,0	173,2	23,3	0,0	1.241,6
Rio de Janeiro - RJ	0,0	1.590,0	0,0	200,0	420,0	0,0	2.210,0
Salvador - BA	541,8	400,0	0,0	217,6	0,0	0,0	1.159,4
São Paulo - SP	1.082,0	400,0	0,0	1.508,5	334,5	90,0	3.415,0
Outros Investimentos	0,0	0,0	22,0	0,0	0,0	0,0	22,0
Total	6.691,0	4.926,6	0,0	4.010,8	1.475,7	333,0	17.437,0

Fonte: (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2010).

Do total de investimentos realizados pelas estatais até o quarto bimestre de 2010, quase ¾ (73%) foram financiados com recursos próprios.

Outros recursos de longo prazo garantiram a execução de 16,9% dos investimentos efetivados.

Tabela 2 – Orçamento de Investimento das Estatais, por Órgão – R\$ Milhões

Descritores	Dotação Atual (a)	Realizado no 4º Bimestre (b)	Realizado até 4º Bimestre (c)	Desemp. (%) c/a
Presidência da República	738,8	42,6	170,4	23,1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5,5	1,7	4,2	75,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	8,2	0,0	0,3	3,4
Ministério da Fazenda	3.965,1	347,7	1.226,7	30,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	225,2	6,5	17,6	7,8
Ministério de Minas e Energia	87.425,4	13.430,6	49.866,7	57
Ministério da Previdência Social	94,4	4,6	89,4	94,7
Ministério da Saúde	228,3	0,2	7,0	3,1
Ministério dos Transportes	0,0	0,0	0,0	0
Ministério das Comunicações	640,2	52,0	151,5	23,7
Ministério da Defesa	1.578,5	80,8	265,8	16,8
Total	94.909,7	13.966,7	51.799,6	54,6

Fonte: (BRASIL, 2010e).

No recorte regional, as estatais federais realizaram inversões no montante de R\$ 7,2 bilhões no Nordeste entre janeiro e agosto, montante superado apenas pela região Sudeste (R\$ 20,6 bilhões). Esse valor corresponde a apenas 41,4% do orçamento previsto para os estados nordestinos em 2010, consolidado em R\$ 17,4 bilhões (BRASIL, 2010e).

Novamente, no agregado nacional, o componente do PIB consumo das famílias registrou crescimento de 6,7% no segundo trimestre de 2010 comparativamente a igual período do ano anterior, a vigésima sétima variação positiva nessa base de comparação. A expansão do crédito e da massa salarial continua determinante para as decisões de consumo.

Quanto ao crédito, de acordo com o Banco Central, as operações com recursos livres destinadas às famílias alcançaram R\$ 519,9 bilhões em agosto de 2010, aumento de 1,7% em relação ao mês anterior e de 14,5% em 12 meses, refletindo, principalmente, o desempenho do crédito pessoal e do financiamento para aquisição de veículos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010d). No Nordes-

te, o saldo das operações do sistema financeiro nacional para pessoas físicas atingiu R\$ 74,1 bilhões em julho de 2010, alta de 27,8% sobre a mesma posição de 2009. Vale destacar que, desde o início da série histórica do Banco Central, em janeiro de 2004, a Região apresenta uma progressão consistente dessa modalidade de crédito (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010e) (Gráfico 4).

Verificou-se uma expansão de 7,3% na massa salarial do segundo trimestre no indicador trimestre/mesmo trimestre do ano anterior, devido, entre outros fatores, ao expressivo crescimento do emprego formal no País. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), registrou saldo de 1.954.531 postos de trabalho entre janeiro e setembro, assinalando incremento de 5,9%. Exceto Alagoas, os estados nordestinos apresentaram variação positiva nesse intervalo, com destaque para Piauí e Maranhão com avanços acima da média nacional (7,9% e 7,4%, respectivamente).

No caso do mercado externo, constata-se uma elevação de 7,3% das exportações no indicador

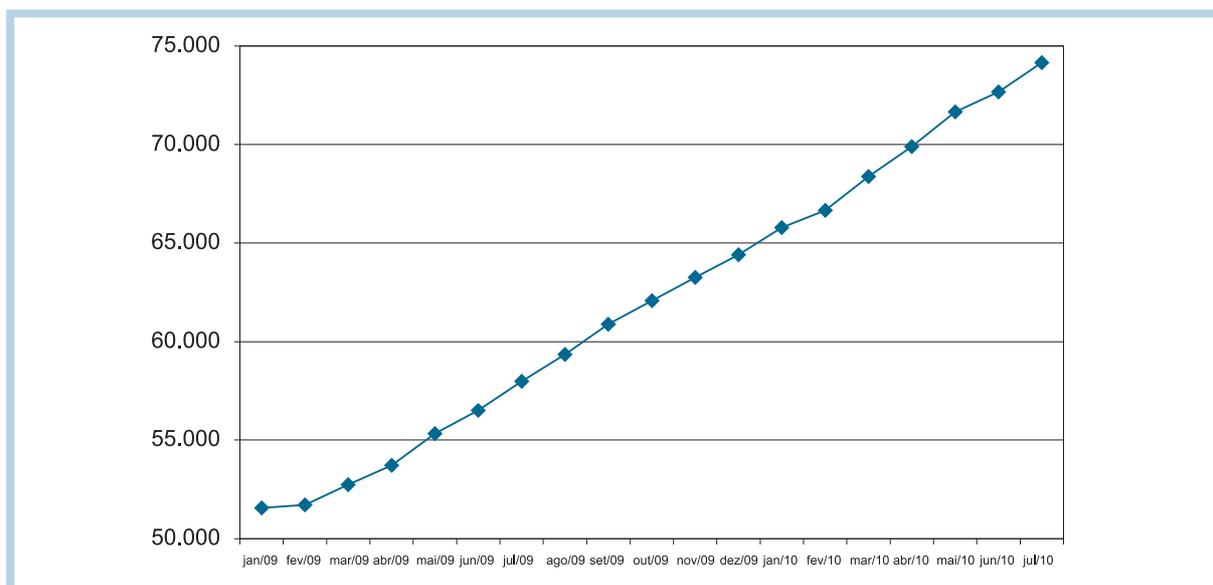


Gráfico 4 – Nordeste. Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional – Janeiro de 2009 a Julho de 2010

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

mensal e de 10,5% no acumulado do ano. Nesses indicadores, as importações apresentaram expansão de 38,8% e 39,2%, respectivamente. Esse diferencial tende a se agravar no segundo semestre, devido à apreciação cambial decorrente da substancial entrada de capital estrangeiro motivada pela oferta pública de ações da Petrobras e das instáveis condições de crescimento na União Europeia e nos EUA.

A valorização da moeda nacional engendra uma queda de participação das manufaturas na pauta exportadora. Em contrapartida, a parcela dos produtos básicos se mostra cada vez mais representativa. Ademais, observa-se uma tendência de concentração das exportações brasileiras em poucos produtos básicos (minério de ferro, soja, petróleo). Com uma base exportadora concentrada em produtos básicos e semimanufaturados, o Nordeste contribui substancialmente para esse movimento de primarização da pauta exportadora (Tabela 3).

Os resultados do segundo trimestre de 2010 evidenciam que a economia brasileira continua a se expandir solidamente, porém a um ritmo mais lento, o que parece ser saudável, tendo em vista as possibilidades de crescimento do PIB em 2010, estimado em 7,3%. Os bons números da economia brasileira decorrem, sobretudo, do expressivo dinamismo da demanda interna, com destaque para a significativa alta da FBCF no segundo trimestre. Ressalte-se que a continuidade dos desembolsos da União com investimentos foi decisiva para garantir um crescimento do PIB acima das expectativas do mercado no segundo trimestre de 2010.

Em contrapartida, a apreciação da moeda nacional cria obstáculos às exportações brasileiras e facilita sobremaneira as importações, já beneficiadas pelo aquecimento da demanda doméstica. Como consequência, os déficits em conta-corrente são a cada dia mais significativos, acentuando a instabilidade do balanço de pagamentos.

Tabela 3 – Brasil e Nordeste. Principais Setores Exportadores. Janeiro a Agosto de 2010

Brasil		Nordeste	
Capítulo	US\$ Bilhões (FOB)	Capítulo	US\$ Bilhões (FOB)
Minérios, Escórias e Cinzas	17,16	Minérios, Escórias e Cinzas	1,14
Combustíveis, Óleos e Ceras Minerais, etc.	12,43	Pastas de Madeira ou Outras Mat. Fibrosas, etc.	1,05
Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, etc.	9,59	Produtos Químicos Orgânicos	0,97
Carns e Miudezas, Comestíveis	7,82	Combustíveis, Óleos e Ceras Minerais, etc.	0,95
Açúcares e Produtos de Confeitaria	7,56	Açúcares e Produtos de Confeitaria	0,82
Veículos Automóveis, Tratores, etc. e suas Partes/Acessórios	7,52	Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, etc.	0,76
Reatores Nucleares, Caldeiras, Máquinas, etc., Mecânicos	6,93	Calçados, Polainas, etc. e suas Partes	0,40
Ferro Fundido, Ferro e Aço	5,06	Cobre e suas Obras	0,31
Máquinas, Aparelhos e Mat. Elétrico, suas Parte, etc.	3,37	Frutas, Cascas de Cítricos e de Melões	0,30
Resíduos e Desperdícios das Ind. Alimentares, etc.	3,17	Veículos Automóveis, Tratores, Ciclos, etc.	0,30
Pastas de Madeira ou Outras Mat. Fibrosas, etc.	3,09	Plásticos e Suas Obras	0,28
Café, Chá, Mate e Especiarias	2,96	Demais Capítulos	2,95
Demais Capítulos	39,44		
TOTAL	126,1	TOTAL	10,21

Fonte: (BRASIL, 2010c).

No início de outubro deste ano, o governo dobrou de 2% para 4% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente nas aplicações estrangeiras em renda fixa, com o objetivo reduzir as suas entradas e, assim, interromper essa trajetória de valorização da moeda

nacional. Até o momento, não se observam os efeitos desejados, muito provavelmente devido ao diferencial bastante satisfatório entre as taxas de juros internas e as similares internacionais, além da alta confiabilidade atualmente exibida pela economia brasileira.

3.2 - Produção Industrial

De acordo com informações da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), feita pelo IBGE, a produção industrial brasileira recuou 0,1% em agosto de 2010, relativamente ao mês anterior. Em contrapartida, os indicadores interanuais permanecem positivos: 8,9% comparativamente a agosto de 2009 e 4,1% no acumulado do ano (IBGE, 2010c) (Gráfico 5).

Dos 27 segmentos pesquisados, 16 apresentaram retração em agosto, no indicador mês/mês anterior, com ênfase para material eletrônico e de

comunicação (-6,5%), metalurgia básica (-5,8%), farmacêutica (-5,5%), bebidas (-4,9%) e refino de petróleo e produção de álcool (-3,6%). Vale destacar também os recuos nos segmentos intensivos em mão de obra, com significativa participação na matriz industrial nordestina, caso das indústrias de bebidas (-4,9%), calçados (-2,5%), têxtil (-0,7%) e vestuário (-0,6%).

Por categoria de uso, os resultados apontam para uma expansão de 1,4% do segmento de bens de capital nessa base de comparação. Em con-

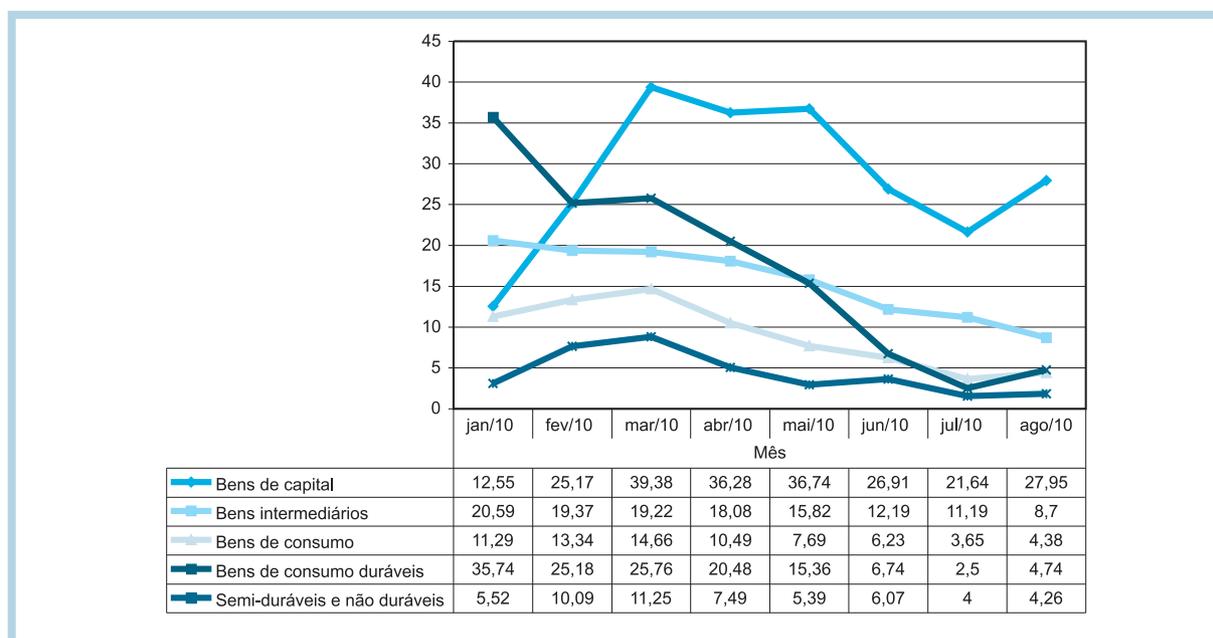


Gráfico 5 – Brasil. Produção Física Industrial por Categoria de Uso. Base: Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior. Janeiro de 2010 a Agosto de 2010

Fonte: (IBGE, 2010g). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

trapartida, registraram decréscimos os ramos de bens intermediários (-1,5%), bens de consumo semiduráveis e não duráveis (-0,8%) e bens de consumo duráveis (-0,1%).

O baixo dinamismo das exportações explica as variações negativas de grande parte da indústria, principalmente os grupos vinculados aos setores de bens intermediários e bens de consumo semiduráveis e não duráveis. Contribuíram significativamente para esses resultados negativos o câmbio apreciado, a intensificação da concorrência chinesa e o fraco desempenho de alguns mercados de destino, em especial os Estados Unidos.

Ademais, a retomada do crescimento em algumas economias da América Latina, tradicionais importadoras de produtos industriais do Brasil, parece não beneficiar as exportações de manufaturas que gradativamente perdem participação na pauta exportadora. Esse fato reflete um movimento de substituição dos produtos brasileiros por concorrentes asiáticos nesses mercados.

De acordo com informação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), os semimanufaturados e os produtos básicos apresentaram as maiores taxas de crescimento das exportações no acumulado janeiro-setembro, respectivamente, 38% e 35,9%. Por outro lado, nas vendas internacionais de manufaturas o acréscimo foi de apenas 19,2%, reflexo da apreciação da moeda nacional.

Vale destacar o peso do segmento de produtos básicos: de 42,4% no acumulado janeiro-setembro de 2009 subiu para 44,7% em igual período deste ano. Em contrapartida, a participação das manufaturas recuou de 42,7% para 39,5%, enquanto os semimanufaturados registraram ligeira queda de 13,7% para 12,8% (BRASIL, 2010d).

O bom desempenho das exportações nordestinas contribui substancialmente para o crescimento da participação dos produtos básicos na

pauta exportadora. Comparativamente a igual período de 2009, as vendas cresceram 40,6% de janeiro e setembro deste ano, passando de US\$ 8,2 bilhões para US\$ 11,5 bilhões. Vale destacar que os produtos básicos correspondem a significativa parcela na composição da pauta exportadora nordestina.

No segmento de calçados, por exemplo, objetivando enfrentar as importações procedentes da China, as empresas vêm transferindo unidades de produção para a Argentina, principal parceiro do Nordeste. Esse movimento prejudica sensivelmente a produção e as exportações do setor no Brasil. Ademais, grande parte da produção de bens de *low* e *middle market* dos grandes grupos do Sul/Sudeste é transferida para os estados nordestinos, onde prevalecem condições espúrias de competitividade e baixos custos de produção.

Apesar do recuo de 2,5% da indústria de calçados no indicador mês/mês anterior, observa-se um bom desempenho dessa atividade industrial no acumulado do ano, com incremento de 15,6%. Entretanto, as informações da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados) mostram que o crescimento tem sido bastante assimétrico entre os estados produtores brasileiros (ABICALÇADOS, 2010).

O Rio Grande do Sul e São Paulo, por exemplo, são os mais atingidos pelo movimento de reestruturação. Os produtores gaúchos, que ocupam o primeiro lugar em faturamento e o segundo em volume embarcado, exportaram 21,6 milhões de pares no acumulado janeiro-agosto, com faturamento de US\$ 516 milhões. Esse desempenho representou queda de 12,3% nos embarques e de 3,2% nas divisas, comparativamente a idêntico período do ano anterior.

São Paulo, o quinto produtor em volume e o terceiro em faturamento, também registrou recuo de 8,8% na quantidade embarcada, enquanto o faturamento cresceu 7,8%, em função do aumen-

to de 18,1% do preço médio – de US\$ 16,35 para US\$19,31. Foram exportados 4,7 milhões de pares, com receita de US\$ 76,8 milhões.

Em contrapartida, os estados nordestinos apresentaram resultados satisfatórios, com destaque para o Ceará, que se encontra em primeiro lugar em quantidade e segundo em faturamento. Entre janeiro e agosto, exportou 45,3 milhões de pares, incremento de 37,7%, e faturou US\$ 266,5 milhões, alta de 39,7%.

Já a Bahia se apresenta em quarto lugar em volume e faturamento, com embarques de 4,7 milhões de pares e geração de divisas de US\$ 61,6 milhões, acréscimos de 5,9% e 32,6%, respectivamente, em relação a igual período de 2009. A diferença entre as taxas de crescimento se explica pelo aumento de 25% do preço médio, de US\$ 10,36 para US\$12,97.

O desempenho da Paraíba, terceiro lugar em termos de quantidade exportada e quinto lugar em divisas, foi positivo. No acumulado do ano, os fabricantes paraibanos venderam para o exterior 17,2 milhões de pares (+15,1%) e faturaram US\$ 50,6 milhões (+6,8%). Nesse caso, a discrepância entre os percentuais está relacionada com a queda de 7,3% do preço médio, saindo de US\$ 3,18 para US\$2,94.

Vale lembrar que os estados nordestinos, sobretudo Paraíba e Ceará, se destacam na exportação de calçados com cabedal em material sintético, cuja concorrência é predominantemente determinada pelo preço. Esse tipo de produto lidera as exportações da indústria calçadista, com 70,1% do total exportado entre janeiro e agosto.

No caso do setor de bens de consumo duráveis, a variação negativa de 0,1% reflete o recuo na produção de algumas indústrias contempladas com as políticas de desoneração fiscal do governo federal. Na indústria de eletrodomésticos, por exemplo, constata-se uma estabilidade na produção após expressiva expansão no primeiro se-

mestre, quando o segmento ainda era beneficiado pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para os artigos da linha branca e pelo efeito Copa do Mundo.

O desempenho da indústria automobilística brasileira confirma a tendência de desaceleração do setor de duráveis. Em setembro, foram produzidos 308,1 mil veículos, com recuo de 9,1% em relação ao mês anterior. No citado mês registrou-se queda de 2,4% nos licenciamentos de carros nacionais e de 3% nas exportações.

Em contrapartida, no acumulado do ano foram produzidos 2,7 milhões de veículos, alta de 17,3% frente a igual período de 2009 (ANFAVEA, 2010). As condições favoráveis de financiamento contribuem significativamente para a manutenção do dinamismo do mercado interno, compensando em parte os efeitos negativos do fim da redução do IPI que vigorou até 31 de março.

Em compensação, o crescimento do setor de bens de capital revela as expectativas favoráveis do setor empresarial em relação ao futuro da economia brasileira, resultando em investimentos na ampliação da capacidade produtiva. Contribuiu para essa maior confiança dos empresários a interrupção do ciclo de alta da taxa básica de juros do Banco Central (Gráfico 6).

A acomodação da produção industrial não afetou negativamente o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Dados da Fundação Getúlio Vargas mostram a continuidade da expansão do Nuci no segundo semestre. Em setembro, o Nuci médio da indústria de transformação subiu 0,5 ponto percentual em relação ao mês anterior, alcançando 85,9%. Em termos de categoria de uso, o grande destaque foi o setor de bens de capital, que apresentou uma nítida redução da ociosidade entre julho e setembro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010c) (Gráfico 7).

Já o emprego industrial sentiu a acomodação da atividade industrial em agosto, registrando

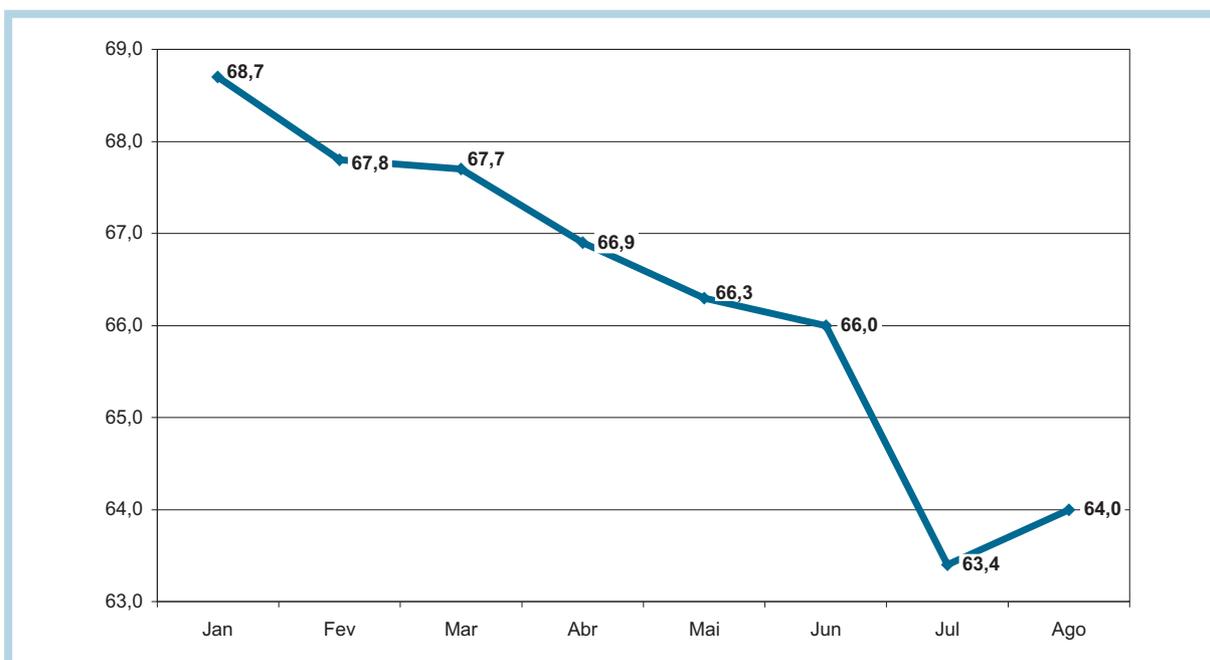


Gráfico 6 – Brasil. Índice de Confiança do Empresário Industrial da Confederação Nacional da Indústria – Janeiro a Agosto de 2010

Fonte: (CNI, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

aumento de apenas 0,1%, bem abaixo dos valores observados em meses anteriores. Na comparação mês/mês do mesmo ano anterior, o emprego industrial avançou 5,2%, o sétimo incremento

consecutivo nessa base de comparação. No acumulado janeiro-agosto, observou-se acréscimo de 3,2%, contra uma variação negativa de 5,4% em idêntico período de 2009.

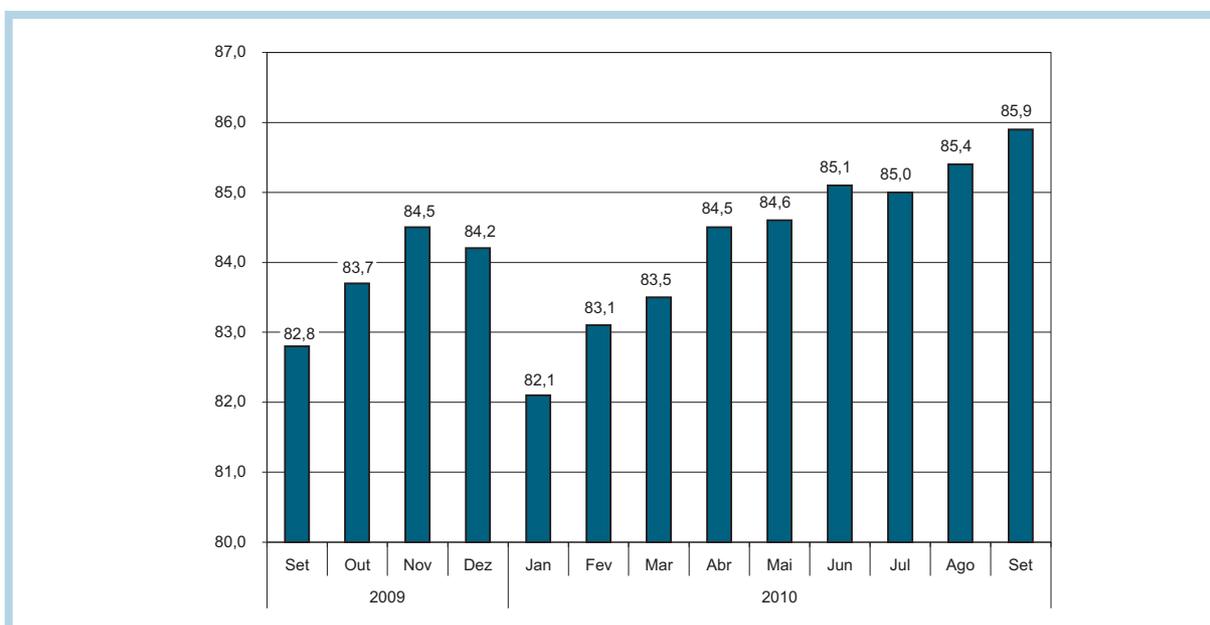


Gráfico 7 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada por Categoria de Uso (%). Setembro de 2009 a Setembro de 2010

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Do total de 18 segmentos pesquisados, 13 tiveram acréscimos no número de trabalhadores no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, com destaque para máquinas e equipamentos (12,7%), máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (9,8%), meios de transporte (9,5%), produtos de metal (9%), e calçados e couro (8%) (IBGE, 2010b).

Em síntese, os números da produção no mês de agosto revelam uma estabilidade da atividade industrial, após um primeiro semestre de significativa expansão. Vale destacar a liderança do setor de bens de capital nesse início de segundo semestre, com efeitos positivos na ampliação da capacidade futura de produção, evitando possíveis gargalos de oferta.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

A atividade industrial nordestina recuou 1,9% em agosto deste ano comparativamente ao mês anterior, após registrar expansão de 1,3% em julho. Nas comparações interanuais, no entanto, os resultados foram relevantes: incremento de 8% em relação a agosto de 2009 e de 13,3% no acumulado do ano (IBGE, 2010d).

De acordo com esses indicadores, o crescimento da indústria nordestina foi inferior à média nacional. Isso devido à menor participação dos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis na estrutura industrial nordestina. Vale destacar que esses dois segmentos registraram as maiores taxas de crescimento no indicador mensal e nos primeiros oito meses de 2010.

No indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a indústria nordestina assinalou alta de 8%, sendo a décima taxa positiva consecutiva. Dez dos onze setores investigados contribuíram para esse desempenho, com destaque para alimentos e bebidas (11,5%), metalurgia básica (14,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (63,5%) e produtos químicos (4,1%) (Gráfico 8).

O crescimento da produção de alguns segmentos do setor de bens de consumo semiduráveis e não duráveis no Nordeste está vinculado à melhoria da demanda interna. Com efeito, na comparação jul.10/jul.09, o comércio varejista nordestino registrou significativos resultados:

em seis dos nove estados a expansão superou a média nacional. No acumulado do ano, sete dos nove estados nordestinos ultrapassaram a média do País.

Dentre os fatores determinantes da elevação do poder de compra da população nordestina, destacam-se o incremento do emprego formal, a política de valorização do salário mínimo, os programas de transferência de renda e as condições favoráveis de expansão do crédito.

De acordo com recente estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre 2005 e 2009 os empréstimos a pessoas físicas cresceram 26,5% na média anual, inferior apenas ao da região Norte. No Nordeste, dentre as modalidades de financiamento ofertadas, destacaram-se o crédito pessoal, em particular as operações consignadas em folha de pagamento; o crédito para aquisição de veículos; e o arrendamento financeiro, direcionado, sobretudo, para a compra de automóveis. Juntas, essas três modalidades responderam por 62% dos financiamentos a pessoas físicas. Esse dinamismo se repete no acumulado dos nove primeiros meses de 2010, com uma expansão de 27,8% nas modalidades destinadas a pessoas físicas (BNDES, 2010a) (Tabela 4).

A boa *performance* da demanda doméstica no Nordeste tem elevado o otimismo dos consumi-

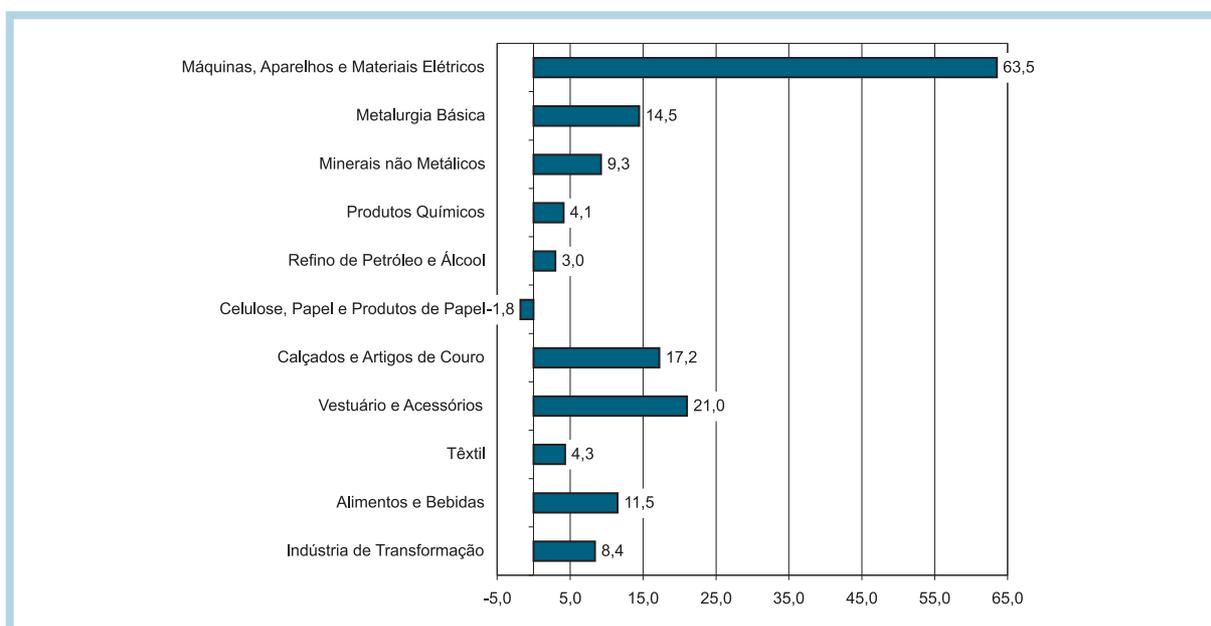


Gráfico 8 – Nordeste. Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Agosto de 2010. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: (IBGE, 2010e). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

dores locais. É o que revela estudo sobre índice de confiança e intenção de compra do consumidor em algumas capitais nordestinas realizado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a). Em Fortaleza, por exemplo, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) apresenta trajetória ascendente desde abril de 2010, alcançando 138,5 pontos em setembro. Analisando-se por renda familiar mensal, constata-se, nos últimos quatro meses, uma nítida progressão desse índice nos estratos de renda inferiores a dez salários mínimos (Gráfico 9).

Dos quesitos que compõem o ICC, o Índice de Situação Presente (ISP) encontra-se em patamar acima dos 130 pontos. A boa percepção dos consumidores sobre o mês seguinte para a compra de bens de consumo duráveis reflete o otimismo em relação à atual conjuntura.

Já o Índice de Expectativas Futuras (IEF) atingiu 141,6 pontos em setembro, a maior pontuação em 2010. Dentre os fatores que contribuíram para a formação das expectativas dos consumidores sobre a situação econômica do País, destacam-se o recuo do desemprego e o cenário político favorável (Gráfico 10).

Tabela 4 – Brasil e Nordeste. Taxas de Crescimento Anual das Operações de Crédito por Tipo de Tomador – 2005-2009 – (% ao ano)

Abrangência	Tipo de Tomador	2005	2006	2007	2008	2009	Média 2005 - 2009
Nordeste		21,1	25,8	31,8	36,3	30,3	24,1
	PF	33,9	37,2	41,6	32,7	25,6	26,5
	PJ	13,8	18,1	24,2	39,5	34,2	22,4
Brasil		20,2	22,5	30,4	33,0	16,1	19,8
	PF	31,5	29,5	34,7	28,8	19,4	21,8
	PJ	14,4	18,4	27,6	35,8	14,0	18,5

Fonte: (BNDES, 2010b).

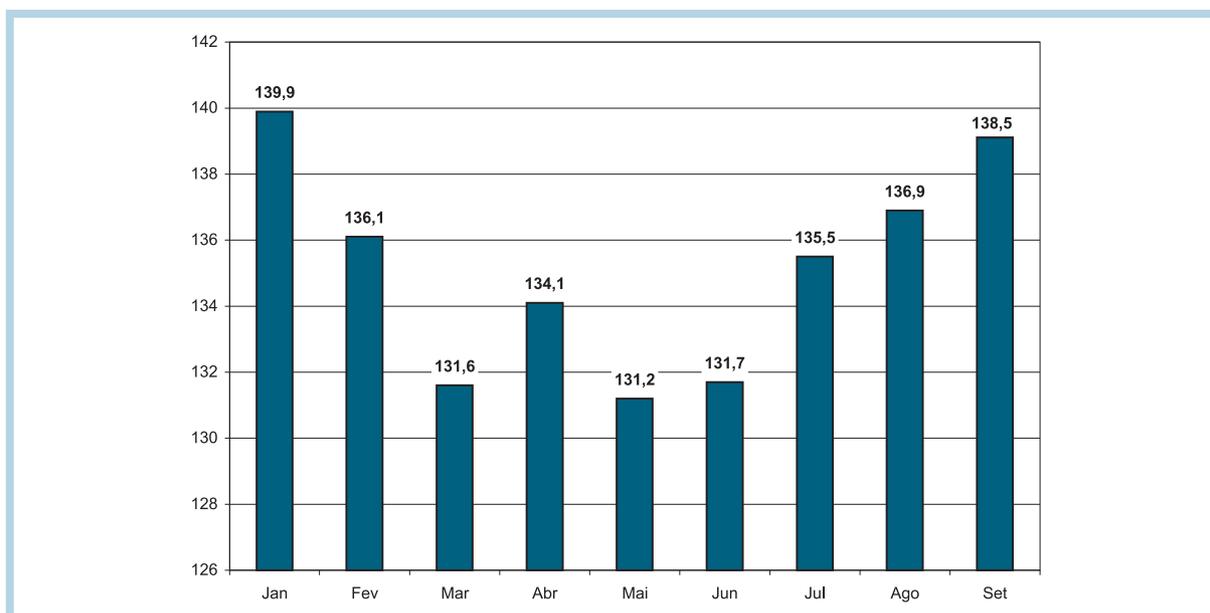


Gráfico 9 – Fortaleza. Índice de Confiança do Consumidor (ICC). Janeiro a Setembro de 2010. Valores Mensais em Pontos

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a).

Em Salvador, o ICC, cuja estabilidade se referencia em 100 pontos, alcançou 129,8 pontos em setembro de 2010, apesar da queda de 5,8% nos últimos quatro meses. Com relação à renda familiar mensal, o menor patamar foi observado

no segmento com renda superior a dez salários, com 120,9 pontos (Gráfico 11).

O ISP também apresenta uma trajetória descendente entre junho e setembro de 2010. Nesse intervalo, o índice caiu 10,5%, de 140,7 para

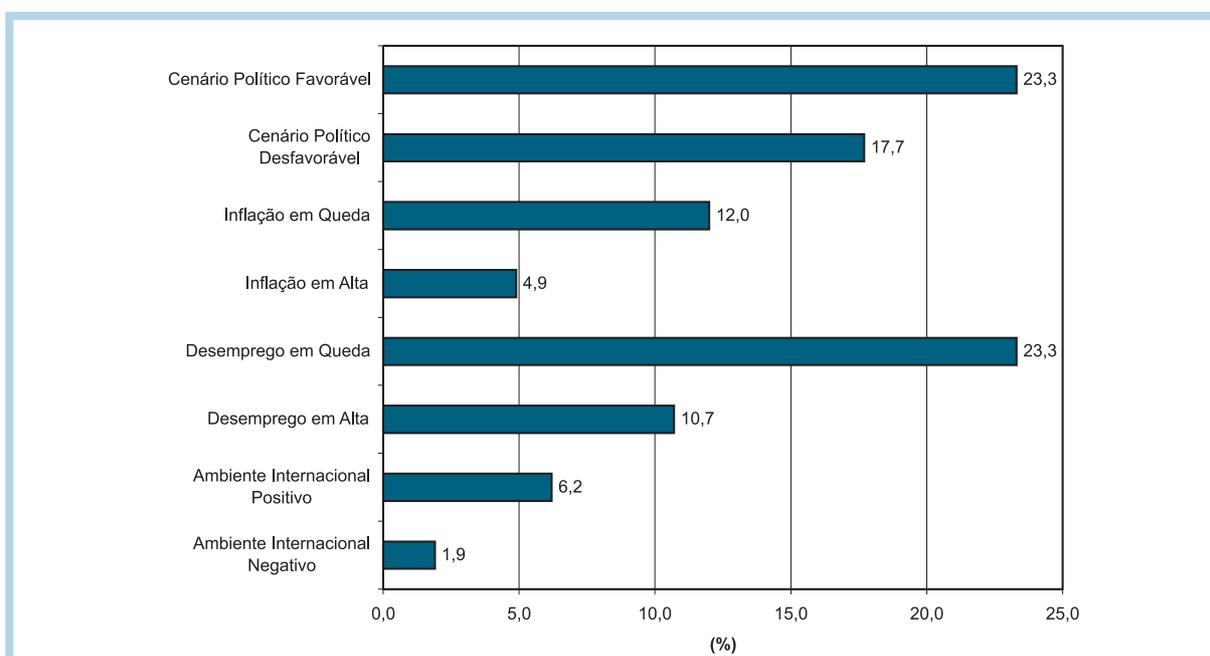


Gráfico 10 – Fortaleza. Fatores que Contribuíram para a Formação das Expectativas Futuras dos Consumidores

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a).

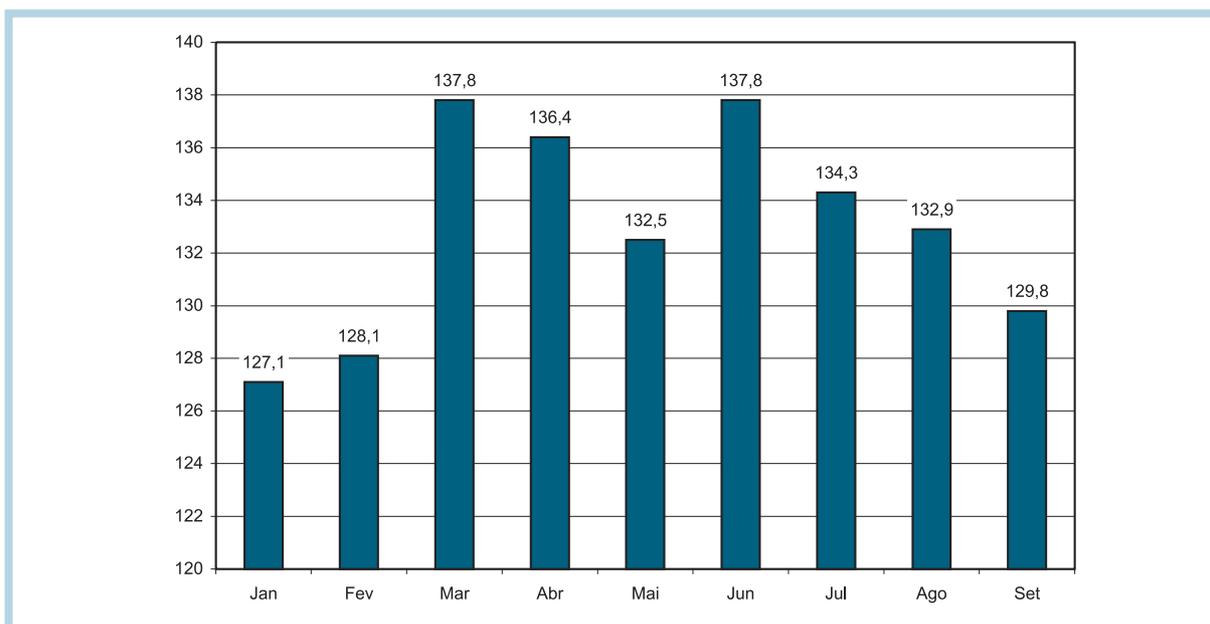


Gráfico 11 – Salvador. Índice de Confiança do Consumidor (ICC). Janeiro a Setembro de 2010. Valores Mensais em Pontos

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a).

125,9 pontos. Apesar da queda, a percepção dos consumidores sobre o mês seguinte para a compra de bens duráveis permanece em patamar satisfatório. Já o IEF se manteve acima dos 130 pontos nos últimos quatro meses, em função, sobretudo, do declínio do desemprego e do cenário político favorável (Gráfico 12).

Na análise da produção fabril por Estado, observou-se que em agosto de 2010 o Ceará assinou expansão de 0,8%, comparativamente ao mês anterior. Nos indicadores interanuais, constatou-se incremento de 17,4% no confronto mês/mês do mesmo mês do ano anterior e de 16,6% no acumulado dos nove primeiros meses do ano.

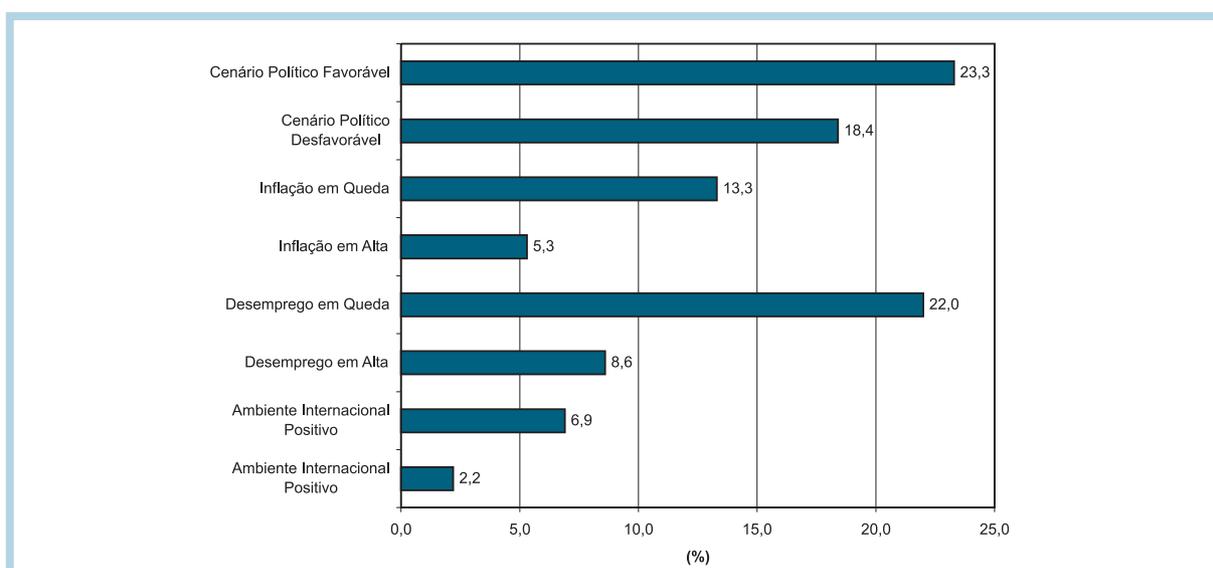


Gráfico 12 – Salvador. Fatores que Contribuíram para a Formação das Expectativas Futuras dos Consumidores

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a).

No indicador mensal, a alta de 17,4% se deve ao crescimento de oito dos dez ramos investigados. Os maiores acréscimos foram observados em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (208,9%), alimentos e bebidas (36,6%), produtos químicos (13,9%) e calçados e artigos de couro (9%). Em contrapartida, foram observadas quedas nos segmentos metalurgia básica (-10,9%) e têxtil (-4,3%).

O incremento da atividade produtora de alimentos e bebidas resultou, em larga medida, do crescimento da produção de castanha de caju torrada. Contribuíram para essa ampliação o volume produzido no Ceará e, também, no Rio Grande do Norte, e a parceria firmada entre o Walmart e as cooperativas Copacaju, de Pacajus (CE), e Coopapi, de Apodi (RN), que prevê a venda de toda a produção dos cooperados pela conhecida rede varejista.

Vale destacar que os produtores já venderam mais de quatro toneladas de castanha ao Walmart. De acordo com a empresa, essa parceria possibilitou a eliminação do atravessador, com consequente redução de preços e aumento da qualidade. A comercialização dos produtos constitui um dos maiores desafios enfrentados pelos pequenos e médios produtores nordestinos, haja vista a dificuldade de conseguirem preços mais favoráveis (WALMART, 2010).

Já o segmento de produtos químicos foi impulsionado pela fabricação de vacinas para medicina veterinária. A realização de inversões por grandes laboratórios de produtos veterinários contribuiu para esse bom desempenho. É o caso da Intervet/Schering-Plough, empresa líder na produção brasileira de medicamentos veterinários, que no início do ano anunciou investimentos de US\$ 3 milhões em sua unidade localizada em Fortaleza, visando melhorar o processo de fabricação e expandir a capacidade produtiva.

Atualmente, a empresa lidera a fabricação de vacinas contra febre aftosa, com produção anual

de 135 milhões de doses. Após a expansão, a Intervet/Schering-Plough passará a produzir 160 milhões de doses. Vale destacar que a empresa já havia investido R\$ 2 milhões nessa unidade de produção em 2009 (SHEBRING..., 2010).

Por outro lado, o recuo da indústria têxtil cearense deve-se, principalmente, à queda na fabricação de tecidos de algodão. Esse resultado foi influenciado pela quebra da safra do produto, cuja área cultivada diminuiu de 1,07 milhão de hectares, em 2009, para 846 mil hectares neste ano. Como consequência, a arroba de algodão saltou de R\$ 44,60 para R\$ 53,00 entre janeiro e julho e as importações alcançaram 36,7 mil toneladas até agosto, 42% a mais que em igual período de 2009.

Apesar do crescimento das importações cearenses, o volume se situa bem abaixo das 250 mil toneladas de algodão que o Brasil precisa importar para regularizar a oferta dessa matéria-prima. Com o objetivo de atender à demanda doméstica, o governo decidiu zerar o Imposto de Importação para uma cota de até 250 mil toneladas do produto entre outubro de 2010 e maio de 2011 (GLOBAL 21, 2010a).

A indústria de Pernambuco decresceu 4% em agosto, em relação a outubro de 2009, a terceira retração seguida nessa base de comparação. Todavia, o desempenho é positivo no indicador mensal (alta de 5,1%), o décimo aumento consecutivo, e no acumulado anual (15,6%).

Dos onze ramos investigados, nove registraram incremento na comparação mês/mesmo mês do ano anterior, com ênfase para calçados e artigos de couro (194%) minerais não metálicos (22,2%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (18,4%).

A queda da produção industrial na margem não influenciou negativamente as expectativas dos empresários para os próximos seis meses. Com efeito, de acordo com a Sondagem Industrial

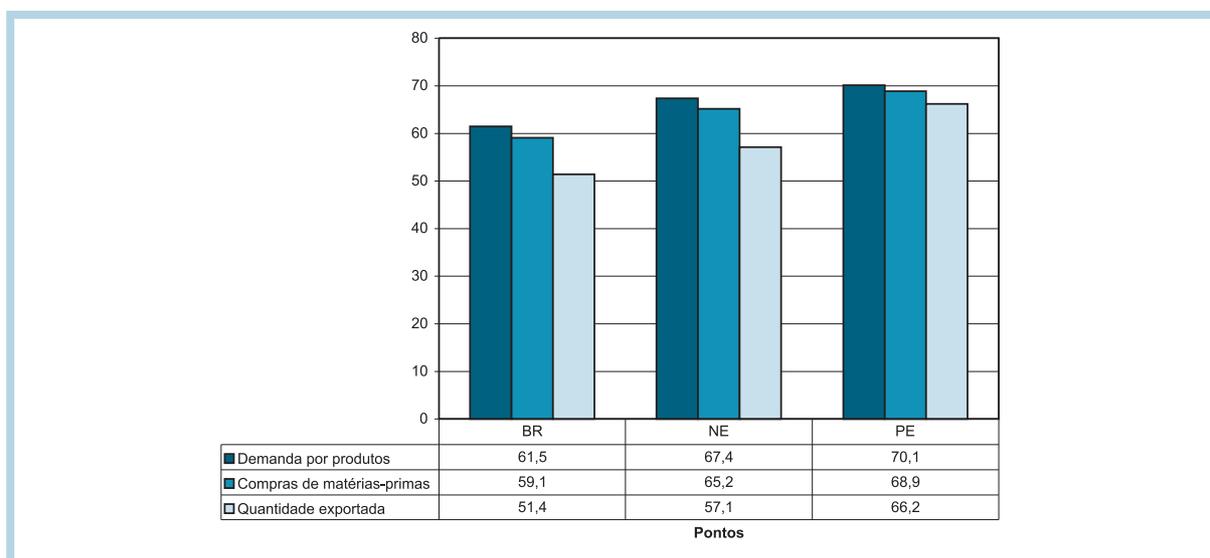


Gráfico 13 – Pernambuco, Nordeste e Brasil. Expectativas dos industriais para os próximos seis meses. Setembro de 2010

Fonte: (FIEPE, 2010).

Mensal – Indústria de Transformação e Extrativa Mineral, realizada pela Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe)¹, no que tange à compra de matéria-prima, demanda por produtos e quantidade exportada nos próximos seis meses, os industriais do Estado se revelaram mais otimistas que os do restante do País (Gráfico 13).

A Bahia registrou recuo de 1,7% na atividade industrial em agosto de 2010, após assinalar em julho um aumento de 3,1% em relação a junho. Por outro lado, nos confrontos com iguais períodos de 2009, a produção baiana cresceu 4,4% em agosto no indicador mensal e 12,4% no acumulado janeiro-agosto.

Na comparação entre agosto de 2010 e agosto de 2009, oito das nove atividades industriais apresentaram expansão. As maiores altas foram observadas nos segmentos de metalurgia básica (14%) e produtos químicos (3,9%). Em sentido contrário, a indústria de papel e celulose apresentou decréscimo de 2,9%.

Os resultados favoráveis da indústria química baiana seguem a trajetória nacional. Conforme o Relatório de Acompanhamento Conjuntural da Associação Brasileira da Indústria Química (ABI-QUIM, 2010), a produção nacional de produtos químicos de uso industrial em agosto aumentou 3,7% comparativamente a dezembro de 2009. No acumulado janeiro-agosto de 2010, o incremento foi de 9,5%, influenciado pela redução da base em igual período de 2009.

Na Bahia, constata-se uma recuperação da indústria de produtos químicos. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional, do IBGE, o indicador mês/mesmo mês do ano anterior avançou 3,9% em agosto de 2010 no confronto com igual período de 2009, após recuar 7,8% em julho nessa mesma base de comparação. No acumulado do ano, o segmento teve aumento de 3,6%.

Os investimentos realizados por grandes grupos da área química na Bahia certamente vão impactar sua participação no setor de transforma-

1 Os dados da Sondagem Industrial variam de zero a cem. Valores até 50 pontos indicam evolução ou expectativa negativa, e, acima de 50 pontos, evolução ou expectativa positiva (FIEPE, 2010).

ção industrial. É o caso da Unigel, que em abril de 2010 inaugurou quatro novas plantas industriais em Candeias, além de reativar uma unidade de estireno (EDN) em Camaçari (FIEB, 2010).

Em contraposição, o setor de papel e celulose recuou 2,9% em agosto de 2010, no confronto com igual mês do ano anterior, devido, sobretudo, a significativas quedas no preço da celulose em julho e agosto. A redução da demanda chinesa foi a grande responsável por essa retração. Entretanto, a diminuição dos estoques chineses nos últimos meses voltou a impulsionar as compras, estabilizando os preços da matéria-prima. Ademais, constata-se uma retomada da demanda

dos países europeus, influenciada pela necessidade de recomposição dos estoques e pelo aspecto sazonal vinculado à volta às aulas naquele continente (GLOBAL 21, 2010b). Esse cenário confirma a avaliação do presidente da Suzano Papel e Celulose, Antônio Maciel Neto, de que “a relação entre oferta e demanda continua em condições favoráveis, com redução no nível dos estoques mundiais, cenário que seria suficiente para sustentar os preços. Para os próximos meses, as perspectivas são positivas. [...] já que a demanda continua em recuperação no mercado externo e não haverá capacidade adicional significativa entrando em produção” (FIEB, 2010).

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

Pelo quarto mês consecutivo, o comércio varejista no Brasil registrou incremento no volume de vendas, segundo revela a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em agosto último.

Apesar do fim da política de renúncia fiscal (redução do IPI para a linha branca) e do aumento da demanda no período da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul, o bom desempenho do setor foi impulsionado por uma série de fatores, como, por exemplo, a melhoria do poder de compra da população, devido ao crescimento da massa real de salários; a diminuição do ritmo de crescimento dos preços do setor e a expansão do crédito (IBGE, 2010).

A demanda também é influenciada pelas perspectivas dos consumidores sobre o futuro de suas finanças e da situação econômica do

País. O índice de confiança do consumidor (que expressa essas expectativas) calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, com base em pesquisa em sete capitais brasileiras, incluindo Recife e Salvador, cresceu em 2010, atingindo o pico de 122,5 pontos em setembro, o maior em toda a série histórica, iniciada em setembro de 2005 (IBRE, 2010).

No Nordeste, os consumidores estão ainda mais otimistas. Em parceria com as federações de comércio, o Banco do Nordeste utiliza a mesma escala de pontuação do Ibre para calcular, em cinco capitais nordestinas, o índice de confiança do consumidor, que em outubro alcançou entre 137,5 e 153,6 pontos (Gráfico 14).

A análise do desempenho do comércio varejista no Nordeste se baseia nos dados e no concei-

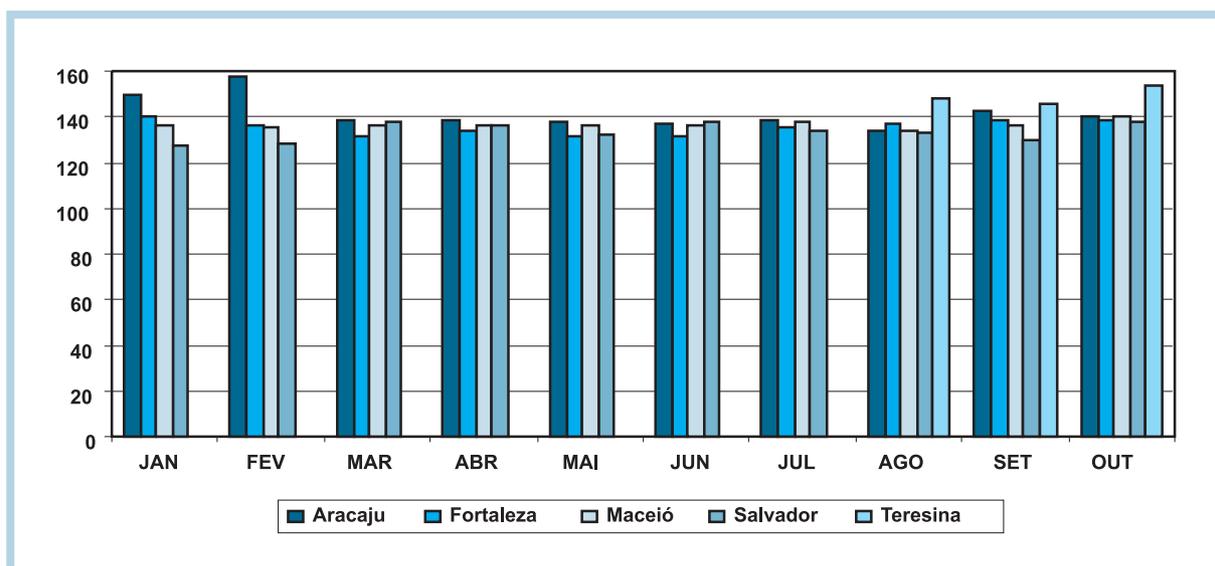


Gráfico 14 – Índices de Confiança do Consumidor em Capitais Seleccionadas do Nordeste em 2010

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; FEDERAÇÕES DE COMÉRCIO DE ALAGOAS, BAHIA, CEARÁ, PIAUÍ E SERGIPE, 2010b).
Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

to de volume de vendas da PMC, que representa valores nominais correntes deflacionados, pelo IBGE, por índices de preços específicos por grupo de atividade e estado nordestino.

A Tabela 5 mostra que, em agosto de 2010, o comércio varejista cresceu 2% em relação ao mês anterior, 10,4% em relação a agosto de 2009,

Tabela 5 – Taxas Percentuais de Variação Acumuladas do Volume de Vendas no Comércio por Atividades no Brasil

Atividades	Índice Mês/ Mês	Índice Mensal	Índice Acumulado	
	Ago/Jul ⁽¹⁾	Agosto	2010	12 meses
COMÉRCIO VAREJISTA ⁽²⁾	2,0	10,4	11,3	10,1
1. Combustíveis e lubrificantes	1,2	8,8	6,3	4,6
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,2	7,2	10,1	10,0
2.1. Hipermercados e supermercados	2,1	6,8	9,7	9,7
3. Tecidos, vestuário e calçados	1,9	12,8	10,8	7,7
4. Móveis e eletrodomésticos	2,9	16,7	18,9	15,1
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	2,6	12,5	11,7	11,4
6. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1,3	24,7	24,8	18,0
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	3,5	13,7	8,7	9,2
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	0,4	11,7	7,6	7,5
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO ⁽³⁾	2,1	14,0	12,2	12,3
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	2,4	19,3	13,1	16,8
10. Material de construção	2,0	19,9	16,4	10,1

Fonte: (IBGE, 2010f).

⁽¹⁾ Séries com ajuste sazonal.

⁽²⁾ O indicador do comércio varejista é composto pelas atividades de 1 a 8.

⁽³⁾ O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelas atividades de 1 a 10.

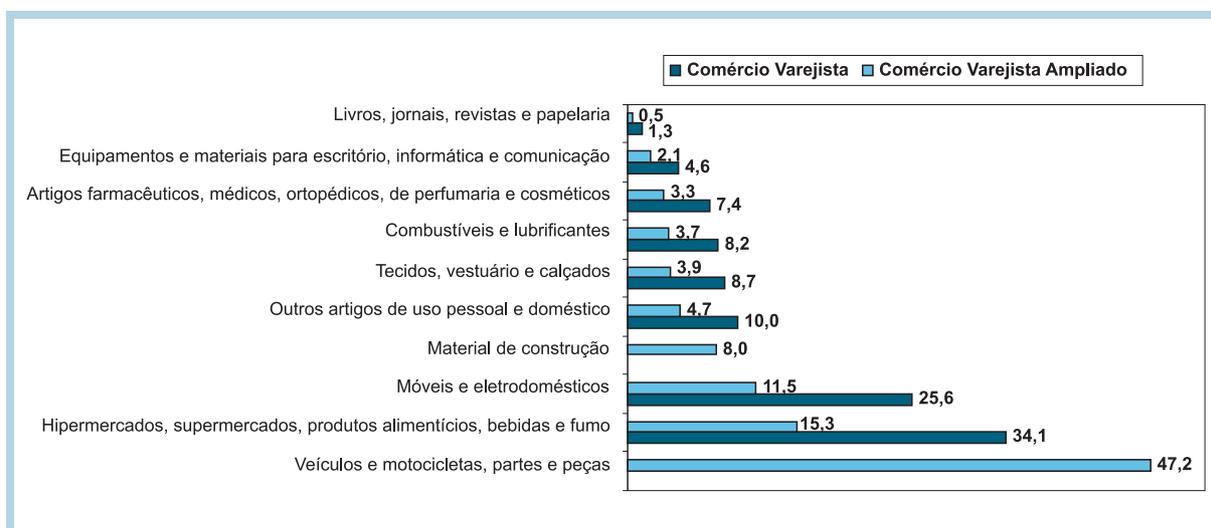


Gráfico 15 – Participação Proporcional na Formação da Taxa Global de Crescimento do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil por Modalidade/Atividade – Agosto de 2010

Fonte: (IBGE, 2010f). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

11,3% no acumulado do ano e 10,1% no acumulado dos últimos 12 meses.

De julho para agosto de 2010 (séries com ajuste sazonal), as três atividades com melhores desempenhos foram: livros, jornais, revistas e papelaria (3,5%), móveis e eletrodomésticos (2,9%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (2,6%).

No acumulado até agosto de 2010, destacaram-se, com maiores taxas de incremento, as vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (24,8%), móveis e eletrodomésticos (18,9%) e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,7%).

Quando se acrescentam as atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção – formando o comércio varejista

ampliado –, melhora o desempenho, registrando crescimento de 2,1% em relação a jul./10, 14% em relação a ago./09, 12,2% no acumulado de 2010 e 12,3% no acumulado dos últimos 12 meses. No que tange ao índice acumulado, o destaque vai para a atividade material de construção.

O Gráfico 15 mostra a contribuição de cada uma das atividades do comércio varejista e comércio varejista ampliado na formação da taxa global de crescimento do volume de vendas em agosto de 2010. Quando se leva em conta o comércio varejista ampliado, destacam-se, por sua maior participação proporcional, as três seguintes atividades: veículos, motocicletas, partes e peças (47,2%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (15,3%) e móveis e eletrodomésticos (11,5%).

3.3.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

Em agosto o comércio nordestino continua apresentando desempenho superior à média nacional. Esse resultado reflete condições mais fa-

voráveis ao Nordeste em relação a alguns importantes vetores de crescimento do comércio, como, por exemplo, taxas de rendimento dos agentes

econômicos, expansão do crédito, oportunidades de trabalho, programas de transferências de renda e otimismo quanto ao futuro.

De acordo com o Gráfico 16, no comércio varejista ampliado, sete estados nordestinos registraram, no período de janeiro a agosto de 2010, taxas de variação acumuladas do crescimento do volume de vendas superiores à do Brasil (11,3%), destacando-se nas três primeiras posições a Paraíba (19,4%), o Ceará (17,2%) e o Maranhão (14%). Na média regional, tem-se um valor de 13,5% na referida na variação acumulada.

A PMC fornece as taxas de variação do comércio varejista por atividade na Bahia, no Ceará e em Pernambuco (Tabela 6). Na comparação entre os três estados, observa-se que as atividades apresentam diferenciadas ordens de importância na variação dos respectivos volumes de vendas.

O Ceará sobressaiu-se em crescimento acumulado, tanto no comércio varejista como no comércio varejista ampliado, destacando-se com os maiores desempenhos as três seguintes atividades: veículos e motos, partes e peças (22,4%), livros, jornais, revistas e papelaria (21,7%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (20%).

Em segundo lugar, vem o estado de Pernambuco, onde apresentaram maiores taxas de crescimento as três seguintes atividades: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (30,3%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (18,4%) e material de construção (16,8%).

Na Bahia, os três segmentos de atividades com maiores taxas de crescimento foram: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (23,8%), móveis e eletrodomésticos (21,5%) e material de construção (18,2%).

As perspectivas para o comércio varejista no último trimestre de 2010 são promissoras: coincidência com a mais importante data festiva do ano – o Natal; aumento da massa salarial, resultante de novas contratações e pagamento de 13º salário; e otimismo e crescimento da classe emergente, com predisposição para compra de bens duráveis. Entretanto, a Serasa Experian (2010) faz um alerta aos varejistas: em setembro, a inadimplência do consumidor subiu pelo quinto mês consecutivo, atingindo o maior índice para esse mês desde 2000.

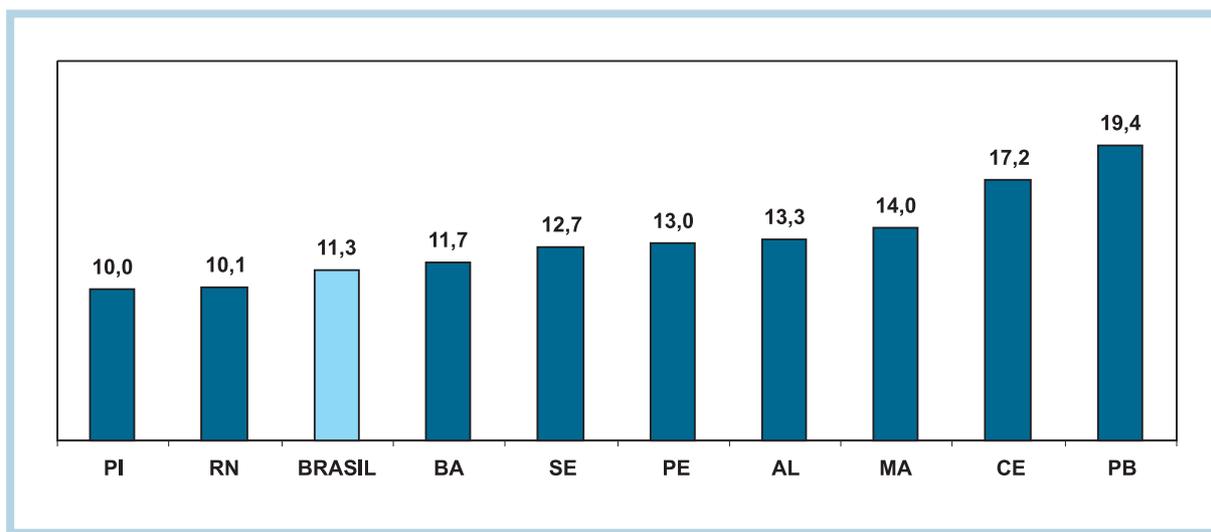


Gráfico 16 – Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste – Acumulado de Janeiro a Agosto de 2010

Fonte: (IBGE, 2010f).Elaboração: Equipe do BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Tabela 6 – Taxas Percentuais de Variação Acumuladas do Volume de Vendas no Comércio por Atividades, na Bahia, Ceará e Pernambuco – Janeiro a Agosto de 2010⁽¹⁾

Atividades	BA	CE	PE
COMÉRCIO VAREJISTA	10,6	14,6	12,3
Combustíveis e lubrificantes	5,2	3,8	9,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,5	20,0	10,6
Tecidos, vestuário e calçados	10,3	8,4	14,2
Móveis e eletrodomésticos	21,5	18,0	15,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	12,3	8,5	18,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	23,8	18,5	30,3
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,1	21,7	8,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,1	10,3	13,1
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	11,7	17,2	13,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	13,4	22,4	13,7
Material de construção	18,2	15,4	16,8

Fonte: (IBGE, 2010f).

⁽¹⁾ Base no ano: igual período do ano anterior =100.

3.4 – Produção Agropecuária

3.4.1 – Agricultura

O levantamento de grãos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para outubro de 2010 confirma as expectativas de redução de 0,7% da área plantada no Brasil em relação à safra anterior, totalizando 47,3 milhões de hectares. Apenas para as culturas da soja e do milho segunda safra deverão ser observados aumentos de áreas, de 7,9% e 6,3% respectivamente. Apesar da redução da área plantada, a produção nacional de grãos deverá crescer 10,3%, devido ao aumento de 11,1% na produtividade. O País deverá colher 148,9 milhões de toneladas, ou seja, 10% mais do que os 135,1 milhões da safra 2008/2009. Dentre as culturas que sofrerão redução de área, o feijão e o milho se destacam como as culturas mais afetadas.

No âmbito do Nordeste, haverá redução de 7,9% na área cultivada. Entretanto, o aumento da produtividade, principalmente no plantio de soja e algodão nos cerrados nordestinos, deverá garantir incremento de 1,6% na produção regional de grãos, estimada em 11,8 milhões de toneladas. Nos estados nordestinos em que predomina o cultivo de grãos no semiárido, condições climáticas adversas provocaram grande quebra de safra, afetando principalmente a Paraíba, cuja redução chegou a 95,8%, seguida do Ceará (69,4%) e do Rio Grande do Norte (60,1%). (Tabela 7)

Algodão

O último levantamento da Conab prevê redução de 0,9% da área plantada no Brasil, de 843,2

Tabela 7 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade de Grãos. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	1.607,5	1.647,4	2,5	2.372	2.511	5,9	3.812,2	4.137,3	8,5
NORDESTE	8.164,9	7.520,4	-7,9	1.431	1.579	10,3	11.682,9	11.872,5	1,6
Maranhão	1.349,0	1.450,8	7,5	1.597	1.696	6,2	2.154,0	2.459,9	14,2
Piauí	1.016,1	1.010,8	-0,5	1.557	1.371	-12,0	1.582,0	1.385,5	-12,4
Ceará	1.362,5	1.059,6	-22,2	620	318	-48,7	844,5	336,6	-60,1
Rio Grande do Norte	153,0	79,3	-48,2	615	363	-40,9	94,1	28,8	-69,4
Paraíba	413,2	146,6	-64,5	624	74	-88,1	257,8	10,9	-95,8
Pernambuco	648,9	557,2	-14,1	601	436	-27,5	390,3	243,1	-37,7
Alagoas	161,3	125,2	-22,4	629	750	19,2	101,5	93,9	-7,5
Sergipe	217,9	232,6	6,7	3.094	3.484	12,6	674,2	810,4	20,2
Bahia	2.843,0	2.858,3	0,5	1.964	2.100	6,9	5.584,5	6.003,4	7,5
CENTRO-OESTE	15.253,1	15.897,5	4,2	3.220	3.323	3,2	49.119,7	52.824,8	7,5
SUDESTE	4.820,3	4.750,7	-1,4	3.569	3.646	2,2	17.204,9	17.323,2	0,7
SUL	17.828,6	17.507,5	-1,8	2.990	3.589	20,0	53.314,8	62.838,6	17,9
NORTE/NORDESTE	9.772,4	9.167,8	-6,2	1.585,6	1.746	10,1	15.495,1	16.009,8	3,3
CENTRO/SUL	37.902,0	38.155,6	0,7	3.156,5	3.485	10,4	119.639,4	132.986,6	11,2
BRASIL	47.674,4	47.323,4	-0,7	2.834,5	3.148	11,1	135.134,5	148.996,4	10,3

Fonte: (CONAB, 2010a). Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

mil para 835,7 mil hectares. Estima-se também uma queda de 1,6% na produtividade, decorrente de fatores climáticos adversos no Sul e no Centro-Oeste, resultando em redução de 2,5% na produção nacional, em relação à safra 2008/09.

No Nordeste, espera-se uma diminuição da área plantada com algodão em todos os estados, havendo, no entanto, perspectivas de significativo incremento de produtividade nos cerrados da Bahia, do Maranhão e do Piauí, o que vai diminuir o efeito negativo da redução da área. No oeste da Bahia, a produtividade foi incrementada em 17,1%, haja vista que a cultura não chegou a ser afetada pela estiagem ocorrida em grande parte do Nordeste. Dessa forma, a produção nordestina deverá ser 5% superior à da safra 2008/2009, totalizando 1,1 milhão de toneladas (Tabela 8).

No mercado interno, tem-se observado forte alta dos preços do algodão desde agosto de 2010, decorrente de fatores como o crescimento da demanda e a baixa disponibilidade do produto. De acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), boa parte das indústrias têxteis deixou de formar estoques ou fazer contratos antecipados, na expectativa de redução dos preços do algodão na safra, como geralmente acontece. Entretanto, em agosto de 2010 diminuiu significativamente a oferta da pluma no mercado *spot*, haja vista que os contratos antecipados corresponderam a quase 70% da oferta nacional, o que provocou considerável aumento do preço da pluma no mercado interno. No início de outubro, a cotação da arroba da pluma de algodão chegou a R\$ 74,40 em São Paulo (alta de

Tabela 8 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	2,8	4,0	42,9	3.143	3.450	9,8	8,8	13,8	56,8
NORDESTE	330,8	288,3	-12,8	3.121	3.759	20,4	1.032,4	1.083,6	5,0
Maranhão	12,8	11,3	-11,7	3.242	3.522	8,6	41,5	39,8	-4,1
Piauí	11,2	5,9	-47,3	3.063	3.576	16,8	34,3	21,1	-38,5
Ceará	3,8	2,7	-28,9	711	741	4,3	2,7	2,0	-25,9
Rio Grande do Norte	9,0	3,0	-66,7	511	500	-2,2	4,6	1,5	-67,4
Paraíba	5,2	0,5	-90,4	692	200	-71,1	3,6	0,1	-97,2
Pernambuco	2,5	2,5	0,0	760	600	-21,1	1,9	1,5	-21,1
Alagoas	3,1	1,6	-48,4	226	313	38,4	0,7	0,5	-28,6
Bahia	283,2	260,8	-7,9	3.330	3.900	17,1	943,1	1.017,1	7,8
CENTRO-OESTE	481,6	523,4	8,7	4.080	3.550	-13,0	1.965,0	1.858,2	-5,4
SUDESTE	22,5	19,9	-11,6	3.764	3.638	-3,4	84,7	72,4	-14,5
SUL	5,5	0,1	-98,2	2.436	2.000	-17,9	13,4	0,2	-98,5
NORTE/NORDESTE	333,6	292,3	-12,4	3.121	3.754	20,3	1.041,2	1.097,4	5,4
CENTRO/SUL	509,6	543,4	6,6	4.048	3.553	-12,2	2.063,1	1.930,8	-6,4
BRASIL	843,2	835,7	-0,9	3.682	3.624	-1,6	3.104,3	3.028,2	-2,5

Fonte: (CONAB, 2010a).

65,5% em relação a janeiro), R\$ 71,70 em Barreiras, Bahia (+70,8%) e R\$ 74,10 em Fortaleza (+66%) (Gráfico 17).

No cenário internacional, dados do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA)² confirmam previsão de aumento da produção mundial em 14,4%, totalizando 25,4 milhões de toneladas. Entretanto, o consumo também deverá crescer, passando para 26,3 milhões de toneladas, o que reduzirá ainda mais os estoques de passagem em relação à safra anterior. Nesse contexto, o preço do algodão no mercado externo deverá se estabilizar.

Feijão

Na safra 2009/2010 ocorreu significativa redução da área plantada com feijão nas cinco re-

giões. Em todo o Brasil, foram cultivados 3,6 milhões de hectares, área 13,8% menor do que a da safra 2008/09. Esse resultado se deve, sobretudo, ao recuo dos preços pagos ao produtor na época da semeadura, além da concorrência com outras culturas mais rentáveis, a exemplo do milho, da soja e da cana-de-açúcar.

Embora seja previsto aumento de 8,5% na produtividade, a produção nacional deverá cair 6,5%, totalizando 3,3 milhões de toneladas.

No Nordeste, a queda na produtividade deveu-se principalmente à baixa dos preços e problemas climáticos. Na safra 2009/10 houve redução de 17% na área plantada, 14,3% no rendimento por hectare e 28,9% na produção regional de feijão em relação à safra 2008/09. Dos nove estados nordestinos apenas Sergipe deverá obter aumen-

2 United States Department of Agriculture.

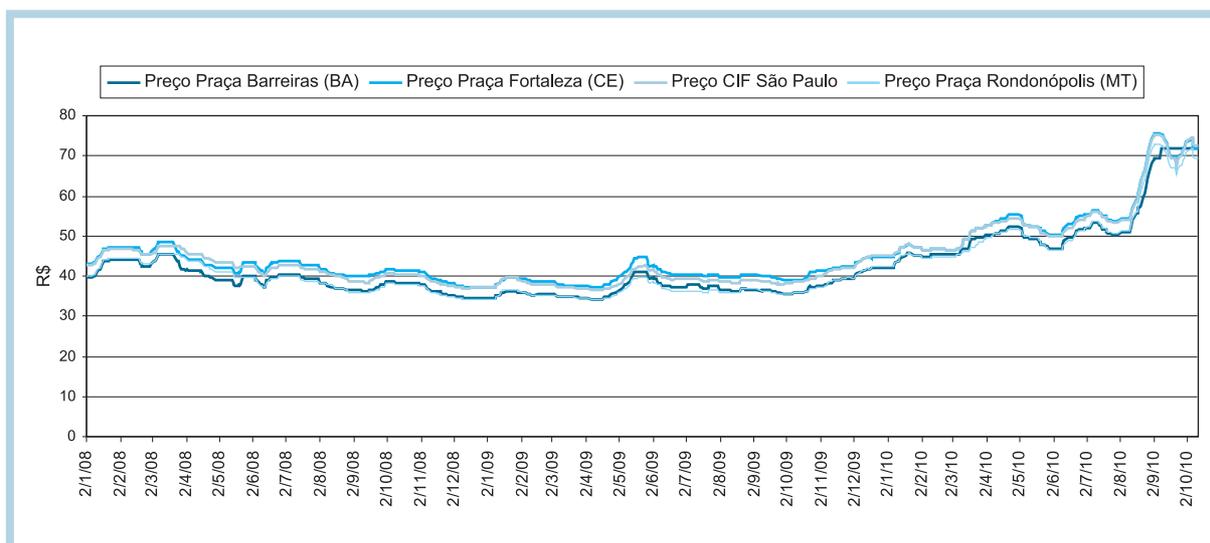


Gráfico 17 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2008 a Outubro/2010

Fonte: (CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

to de produção, devido ao crescimento da área cultivada e da produtividade (Tabela 9).

Em 2010, o preço do feijão aumentou significativamente por conta da frustração de safra causada pelas condições climáticas adversas, principalmente no Nordeste. Com efeito, no final de setembro e

no início de outubro a saca de 60 kg do feijão carioca foi comercializada a R\$ 185,00 em Barreiras (BA), com alta de 189,1% em relação a janeiro, a R\$ 150,00 em Irecê (BA), incremento de 136,2%), e a R\$ 195,00 em São Paulo (+160%). Enquanto isso, o feijão preto foi cotado a R\$ 125,00 em São Paulo, aumento de 61,3% (Gráfico 18).

Tabela 9 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	167,2	143,0	-14,5	844	573	-32,1	141,1	81,9	-42,0
NORDESTE	2.183,9	1.811,7	-17,0	413	354	-14,3	901,3	640,7	-28,9
Maranhão	96,8	85,0	-12,2	458	329	-28,0	44,3	28,0	-36,8
Piauí	246,5	213,8	-13,3	256	159	-37,6	63,0	34,1	-45,9
Ceará	589,1	458,2	-22,2	270	184	-31,8	159,3	84,5	-47,0
Rio Grande do Norte	59,2	31,8	-46,3	390	252	-35,5	23,1	8,0	-65,4
Paraíba	205,5	73,0	-64,5	390	51	-87,0	80,1	3,7	-95,4
Pernambuco	316,7	264,6	-16,5	432	334	-22,5	136,7	88,5	-35,3
Alagoas	83,5	62,6	-25,0	460	540	17,4	38,4	33,8	-12,0
Sergipe	35,8	42,6	19,0	559	634	13,5	20,0	27,0	35,0
Bahia	550,8	580,1	5,3	611	574	-6,0	336,4	333,0	-1,0
CENTRO-OESTE	285,6	257,7	-9,8	1.658	1.914	15,5	473,4	493,2	4,2
SUDESTE	634,6	626,5	-1,3	1.493	1.552	3,9	947,7	972,1	2,6
SUL	876,5	738,0	-15,8	1.172	1.460	24,6	1.027,1	1.077,2	4,9
NORTE/NORDESTE	2.351,1	1.954,7	-16,9	443	370	-16,6	1.042,4	722,6	-30,7
CENTRO/SUL	1.796,7	1.622,2	-9,7	1.363	1.567	15,0	2.448,2	2.542,5	3,9
BRASIL	4.147,8	3.576,9	-13,8	842	913	8,5	3.490,6	3.265,1	-6,5

Fonte: (CONAB, 2010a).

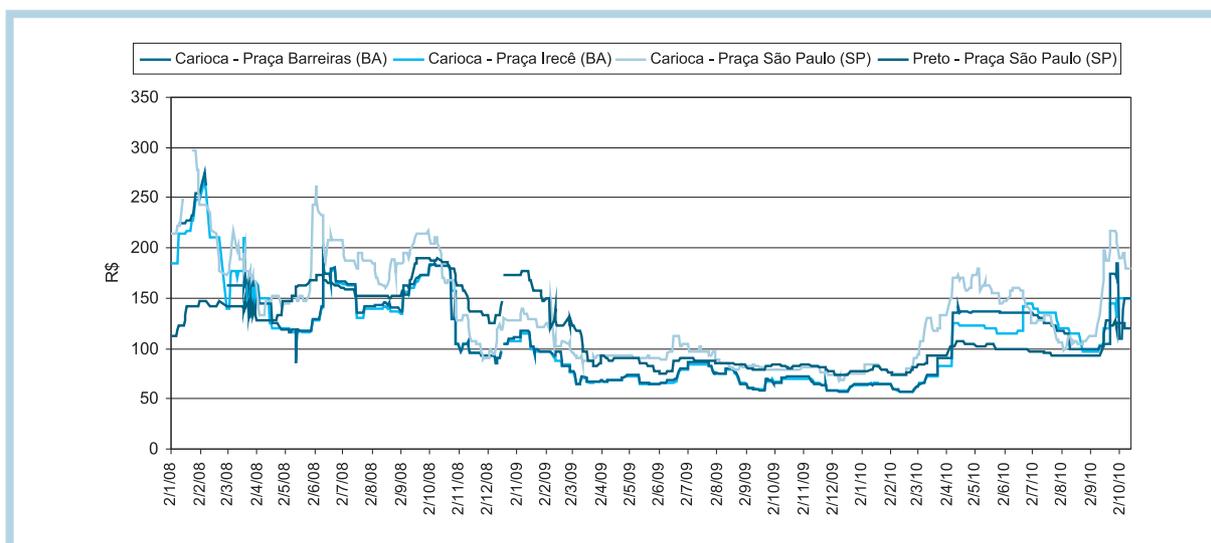


Gráfico 18 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de janeiro/2008 a outubro/2010

Fonte: (CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Milho

Na safra 2009/10, o cultivo de milho deverá ocupar área 8,7% inferior à da safra 2008/09, confirmando a estimativa anterior de 13 milhões de hectares. Entretanto, o significativo incremento

da produtividade no Centro-Sul, onde houve frustração da safra 2008/09, deverá resultar no avanço de 10% da produção nacional em relação ao citado período. Estima-se para a safra 2009/10 uma produção de 56,1 milhões de toneladas de milho.

Tabela 10 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	521,4	514,0	-1,4	2.393	2.503	4,6	1.247,5	1.286,5	3,1
NORDESTE	3.030,0	2.621,7	-13,5	1.532	1.611	5,1	4.642,4	4.223,6	-9,0
Maranhão	373,4	382,4	2,4	1.350	1.470	8,9	504,1	562,1	11,5
Piauí	329,6	309,9	-6,0	1.503	1.141	-24,1	495,4	353,6	-28,6
Ceará	689,3	535,6	-22,3	805	327	-59,4	554,9	175,1	-68,4
Rio Grande do Norte	71,2	37,0	-48,0	604	249	-58,8	43,0	9,2	-78,6
Paraíba	194,0	69,6	-64,1	857	91	-89,4	166,3	6,3	-96,2
Pernambuco	309,7	272,5	-12,0	685	461	-32,7	212,1	125,6	-40,8
Alagoas	71,3	58,0	-18,7	654	721	10,3	46,6	41,8	-10,3
Sergipe	172,7	176,8	2,4	3.560	4.088	14,8	614,8	722,8	17,6
Bahia	818,8	779,9	-4,8	2.449	2.856	16,6	2.005,2	2.227,1	11,1
CENTRO-OESTE	3.528,1	3.688,0	4,5	4.411	4.699	6,5	15.564,1	17.330,4	11,3
SUDESTE	2.253,7	2.113,3	-6,2	4.852	5.071	4,5	10.935,0	10.715,6	-2,0
SUL	4.838,6	3.995,4	-17,4	3.847	5.649	46,8	18.614,8	22.568,1	21,2
NORTE/NORDESTE	3.551,4	3.135,7	-11,7	1.658	1.757	6,0	5.889,9	5.510,1	-6,4
CENTRO/SUL	10.620,4	9.796,7	-7,8	4.248	5.166	21,6	45.113,9	50.614,1	12,2
BRASIL	14.171,8	12.932,4	-8,7	3.599	4.340	20,6	51.003,8	56.124,2	10,0

Fonte: (CONAB, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

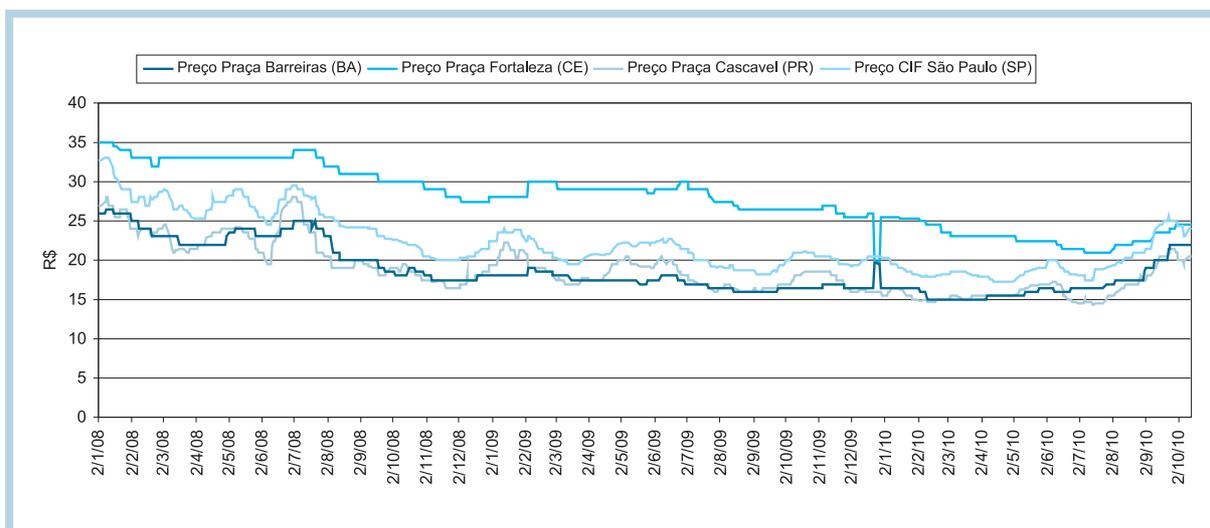


Gráfico 19 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de janeiro/2008 a outubro/2010

Fonte: (CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

No Nordeste, apenas Sergipe, Maranhão e Bahia deverão apresentar incremento na produção. Na maioria dos estados nordestinos haverá redução da produtividade, por conta das condições climáticas adversas que afetaram a semeadura e o desenvolvimento vegetativo das plantas. Na safra 2009/10, o Nordeste deverá produzir 4,2 milhões de toneladas de milho, cultivadas em 2.621,7 mil hectares (Tabela 10).

No segundo semestre de 2010 o aumento das cotações externas do milho provocou uma elevação também no mercado interno. A valorização no exterior se deve aos incrementos do preço do trigo. Isso porque os dois produtos são usados na ração animal, de modo que a queda da oferta de trigo ocasiona aumento da demanda por milho.

Em julho de 2010, a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 22,00 em Barreiras (BA), R\$ 24,50 em Fortaleza, R\$ 20,50 em Cascavel (PR) e R\$ 24,00 em São Paulo (CIF) (Gráfico 19).

Soja

Para a safra 2009/10 estima-se expansão de 7,9% da área cultivada com soja no Brasil em relação à safra anterior, alcançando 23,5 milhões

de hectares. Confirma-se a perspectiva de incremento de área nas cinco regiões, sendo proporcionalmente maior no Nordeste (15,8%). As boas condições climáticas favoreceram o desempenho da lavoura, o que resultou num aumento de 11,3% na produtividade. Nesse contexto, estima-se uma produção de 68,7 milhões de toneladas de soja, ou seja, 20,2% superior à da safra 2008/09.

Dos nove estados do Nordeste, o Maranhão terá o maior incremento de área plantada, tanto em termos quantitativos (+114,7 mil ha) e proporcionais (29,6%). Na segunda colocação vem o Piauí, onde se prevê crescimento de 70 mil hectares na área cultivada com soja, (25,6%), seguido pela Bahia, que incorporará 69 mil hectares, correspondente a 7,3%. No Piauí, muito embora se espere queda na produtividade do plantio de soja, a ampliação da área deverá assegurar crescimento na produção estadual da oleaginosa.

Na Bahia, deverá ocorrer o expressivo incremento de 19,9% na produtividade da soja, o que, juntamente a ampliação da área, contribuirá para o crescimento de 27,6% na produção nordestina de soja, totalizando 5,4 milhões de toneladas (Tabela 11).

Tabela 11 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%	Safra 08/09	Safra 09/10	Var%
NORTE	497,6	574,9	15,5	2.842	2.943	3,6	1.414,0	1.691,7	19,6
NORDESTE	1.608,0	1.861,7	15,8	2.588	2.852	10,2	4.161,9	5.309,5	27,6
Maranhão	387,4	502,1	29,6	2.517	2.650	5,3	975,1	1.330,6	36,5
Piauí	273,1	343,1	25,6	2.815	2.531	-10,1	768,8	868,4	13,0
Bahia	947,5	1.016,5	7,3	2.552	3.060	19,9	2.418,0	3.110,5	28,6
CENTRO-OESTE	9.900,1	10.539,2	6,5	2.943	2.997	1,8	29.134,9	31.586,7	8,4
SUDESTE	1.460,4	1.591,2	9,0	2.778	2.801	0,8	4.057,6	4.457,6	9,9
SUL	8.277,0	8.900,9	7,5	2.223	2.881	29,6	18.397,1	25.642,7	39,4
NORTE/NORDESTE	2.105,6	2.436,6	15,7	2.648	2.873	8,5	5.575,9	7.001,2	25,6
CENTRO/SUL	19.637,5	21.031,3	7,1	2.627	2.933	11,6	51.589,6	61.687,0	19,6
BRASIL	21.743,1	23.467,9	7,9	2.629	2.927	11,3	57.165,5	68.688,2	20,2

Fonte: (CONAB, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Em 2010, o preço da soja tem apresentado oscilação crescente nos mercados interno e externo. Isso se deve principalmente à variação positiva do preço internacional do trigo e à redução dos estoques nacionais do cereal, o que tem impulsionado mais fortemente a valorização da soja no segundo semestre. Entretanto, as expectativas de

aumento na produção da oleaginosa nos Estados Unidos deverão pressionar os preços para baixo.

No Nordeste, no início de outubro de 2010, a saca de 60 kg foi cotada a R\$ 35,30 em Balsas (MA) e a R\$ 40,00³ em Barreiras (BA), valorizando 3,8% e 5,3%, respectivamente (Gráfico 20).

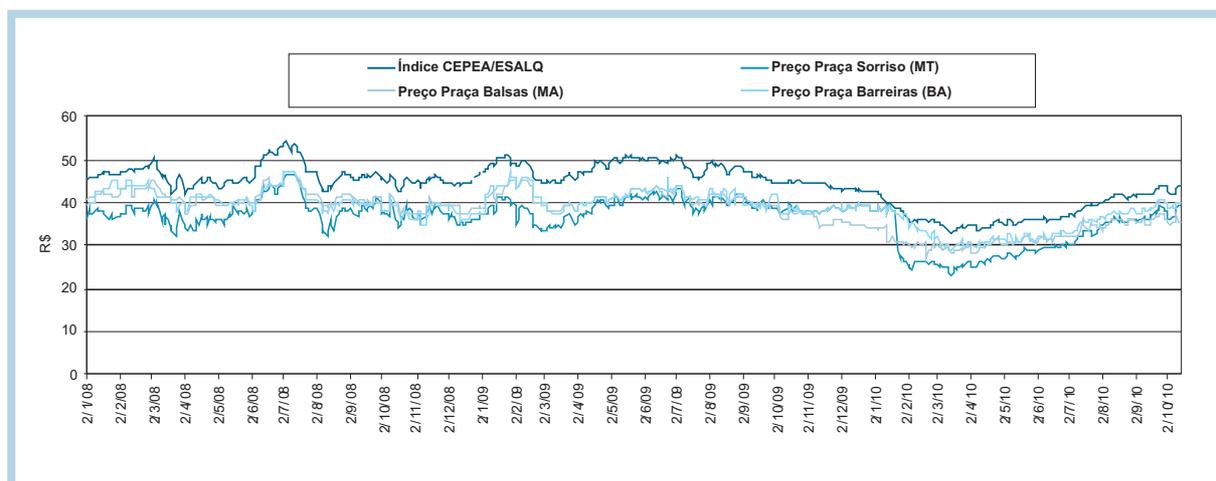


Gráfico 20 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a outubro/2010

Fonte: (CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

3 Valores referentes a 13/10/2010.

Café

Na safra 2010 foram cultivados em todo o País 2,1 milhões de hectares com café, área 0,5% inferior a 2009. Apesar disso, estima-se que, por conta do efeito da biannualidade positiva e das condições climáticas favoráveis, a produção nacional seja incrementada em 19,6%. O baixo índice de pluviosidade verificado nas principais regiões produtoras favoreceu a maturação, colheita e secagem dos grãos.

A produção estimada do café arábica deverá alcançar 30 milhões de sacas, correspondendo a 76,4% do total de café produzido no País. Enquanto isso, a produção do café robusta atingirá 11,2 milhões de sacas, respondendo pelos restantes 23,6%.

Na Bahia, principal produtor do Nordeste, estima-se crescimento de 10,6% na área cultivada com café e de 22,5% na colheita do produto, alcançando 2,3 milhões de sacas. A produção do café arábica, cultivado em regiões de cerrado e planalto, deverá aumentar de 1.332 mil para 1.754 mil sacas, incremento de 31,7%. A produção do café robusta, cultivado em região de mata atlântica, deverá aumentar de 542 mil para 545 mil sacas, 0,5% a mais sobre a safra anterior (Tabela 12).

No segundo semestre de 2010, o café apresentou maior tendência de alta, devido à menor oferta do grão no mercado interno, consequência do fechamento de contratos para entrega futura. Além disso, há perspectiva de redução da produção nos principais países produtores de café

Tabela 12 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2009 e 2010

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						Var. total %
				Safra 2009			Safra 2010			
	Safra 2009	Safra 2010	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.000.731	1.009.669	0,9%	19.598	282	19.880	24.448	252	24.700	24,2%
Sul e Centro-Oeste	506.468	512.343	1,2%	9.750	-	9.750	12.415	-	12.415	27,3%
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	159.042	162.217	2,0%	3.859	-	3.859	5.332	-	5.332	38,2%
Zona da Mata - Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	335.221	335.109	0,0%	5.989	282	6.271	6.701	252	6.953	10,9%
Espírito Santo	479.798	463.307	-3,4%	2.603	7.602	10.205	2.743	7.330	10.073	-1,3%
São Paulo	182.020	166.195	-8,7%	3.423	-	3.423	4.560	-	4.560	33,2%
Paraná	85.180	82.613	-3,0%	1.467	-	1.467	2.100	-	2.100	43,1%
Bahia	126.170	139.550	10,6%	1.332	542	1.874	1.754	545	2.299	22,5%
Cerrado	12.088	12.273	1,5%	436	-	436	500	-	500	14,6%
Planalto	91.373	103.344	13,1%	896	-	896	1.254	-	1.254	40,0%
Atlântico	22.709	23.933	5,4%	-	542	542	-	545	545	0,5%
Rondônia	154.335	154.783	0,00	-	1.547	1.547	-	2.338	2.338	51,1%
Mato Grosso	15.272	15.236	-0,2%	11	130	141	16	178	194	37,4%
Pará	12.407	13.500	8,8%	-	228	228	-	4	229	0,3%
Rio de Janeiro	13.923	13.100	-5,9%	252	13	265	238	13	250	-5,8%
Outros	23.073	24.477	6,1%	180	260	440	187	273	460	4,4%
BRASIL	2.092.909	2.082.430	-0,5%	28.866	10.604	39.470	36.042	11.157	47.199	19,6%

Fonte: (CONAB, 2010c).

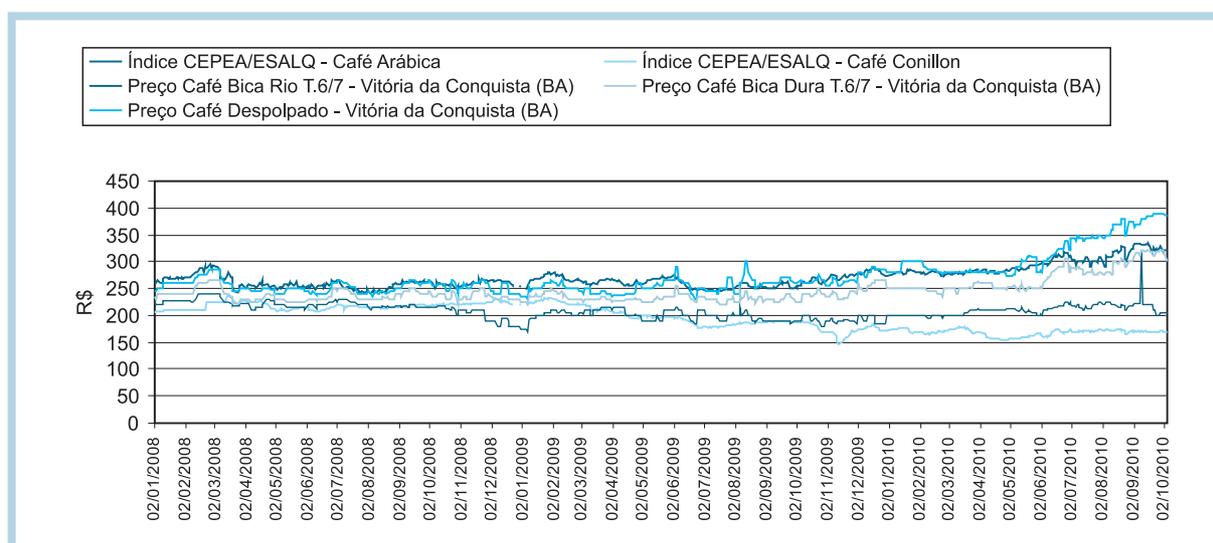


Gráfico 21 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafês Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despolpado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafês Arábica e Conillon, de janeiro/2008 a outubro/2010

Fonte: (CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

arábica, a exemplo da Colômbia, em virtude da ameaça de fortes chuvas, o que poderá favorecer o surgimento de doenças e comprometer o desenvolvimento dos grãos.

No início de outubro de 2010, a sacca de 60 kg do café arábica foi comercializada a R\$ 320,30, sendo o conillon cotado a R\$ 170,00, pelo índice Cepea/Esalq, com valorização de 7,8% e 5,4%, respectivamente, em relação ao início de junho.

Em Vitória da Conquista (BA), o café Bica Rio T6/7 foi cotado a R\$ 205,00, valorizando 2,5% no período; o Bica Dura T6/7 foi comercializado a R\$ 300,00 (+20%); e o café despolpado foi negociado a R\$ 385,00, aumentando 37,5% (Gráfico 21).

Cana-de-açúcar

Para a safra 2010/11, foi previsto crescimento de 10,2% da área cultivada com cana-de-açúcar no Brasil em relação à safra 2009/10, alcançando 8,2 milhões de hectares. Esse incremento de área deverá contribuir para a produção de 651,5 milhões de toneladas, 7,8% maior que a da safra anterior. A escassez de chuvas favoreceu a colheita e concentração de sacarose, por outro

lado, prejudicou o desenvolvimento dos canaviais em áreas de expansão, renovação e das brotações dos canaviais colhidos nesta safra, o que deverá ocasionar redução de produtividade.

No Nordeste, a produção na safra 2010/11 deverá alcançar 63,7 milhões de toneladas, 4,9% superior à safra passada, devido ao avanço da área plantada (2,3%) e à maior produtividade (2,6%). O Ceará deverá apresentar o maior crescimento proporcional da produção (80,2%), ocupando, no entanto, a última posição em volume a ser produzido (278,3 mil t), correspondente a apenas 0,4% do total do Nordeste. A primeira posição é ocupada por Alagoas (26.752,8 mil t), seguida por Pernambuco (18.386,4 mil t), de modo que juntos, os dois estados concentrarão mais de 70% da produção regional, prevendo-se incremento de 6,9% na colheita conjunta de ambos, em relação à safra 2009/10 (Tabela 13).

Apesar da desvalorização ocorrida entre janeiro e outubro de 2010, o preço do produto continua em alta, em função das expectativas quanto à redução da oferta, decorrente de problemas climáticos nos principais países produtores. Em

Tabela 13 – Comparativo de Área, Produtividade e Produção safras 2009/2010 e 2010/2011

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
NORTE	17,2	41,6	141,9	57.651	101.764	76,5	991,6	4.233,4	326,9
NORDESTE	1.082,6	1.107,0	2,3	56.048	57.524	2,6	60.677,2	63.678,8	4,9
Maranhão	39,4	45,3	15,0	56.076	56.700	1,1	2.209,4	2.568,5	16,3
Piauí	13,6	13,2	(2,9)	74.559	66.250	(11,1)	1.014,0	874,5	(13,8)
Ceará	2,3	4,6	100,0	67.130	60.500	(9,9)	154,4	278,3	80,2
Rio Grande do Norte	67,0	68,7	2,5	51.828	48.907	(5,6)	3.472,5	3.359,9	(3,2)
Paraíba	115,5	111,4	(3,5)	54.719	52.239	(4,5)	6.320,0	5.819,4	(7,9)
Pernambuco	321,4	343,5	6,9	55.400	53.527	(3,4)	17.805,6	18.386,4	3,3
Alagoas	448,0	438,6	(2,1)	54.698	60.996	11,5	24.504,5	26.752,8	9,2
Sergipe	37,9	38,3	1,1	59.359	59.068	(0,5)	2.249,7	2.262,3	0,6
Bahia	37,4	43,6	16,6	78.799	77.447	(1,7)	2.947,1	3.376,7	14,6
CENTRO-OESTE	940,3	1.212,2	28,9	82.352	83.036	0,8	77.435,9	100.655,7	30,0
SUDESTE	4.832,6	5.191,1	7,4	86.880	83.618	(3,8)	419.857,7	434.068,6	3,4
SUL	537,0	615,5	14,6	84.826	79.412	(6,4)	45.551,3	48.877,8	7,3
NORTE/NORDESTE	1.099,8	1.148,8	4,5	56.073	59.116	5,4	61.668,8	67.912,2	10,1
CENTRO/SUL	6.309,8	7.018,8	11,2	86.032	83.148	(3,4)	542.844,8	583.602,1	7,5
BRASIL	7.409,6	8.167,5	10,2	81.585	79.769	(2,2)	604.513,6	651.514,3	7,8

Fonte: (CONAB, 2010b).

outubro, a saca de 50 kg foi comercializada a R\$ 59,30 em Alagoas, a R\$ 62,00 em Pernambuco e a R\$ 57,00 pelo índice Cepea/Esalq. (Gráfico 22). No mercado internacional, os preços do

açúcar vêm sendo pressionados pela redução da oferta. A Índia, por exemplo, um dos grandes exportadores mundiais, ainda não regularizou a sua produção.

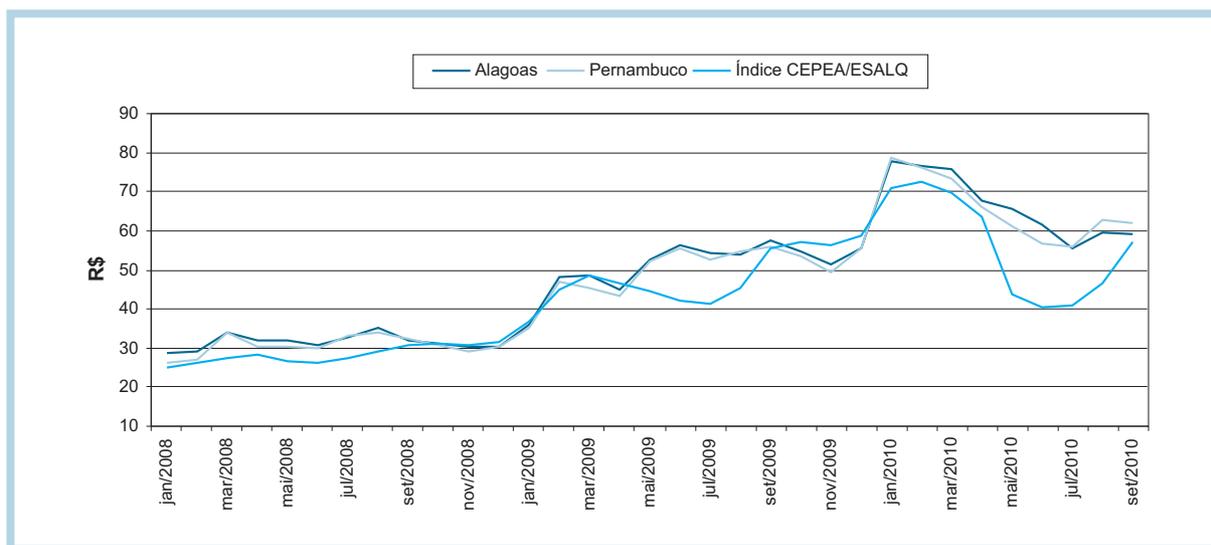


Gráfico 22 – Evolução dos Preços da Saca de 50kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a setembro/2010

Fonte: (CEPEA; ESALQ, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

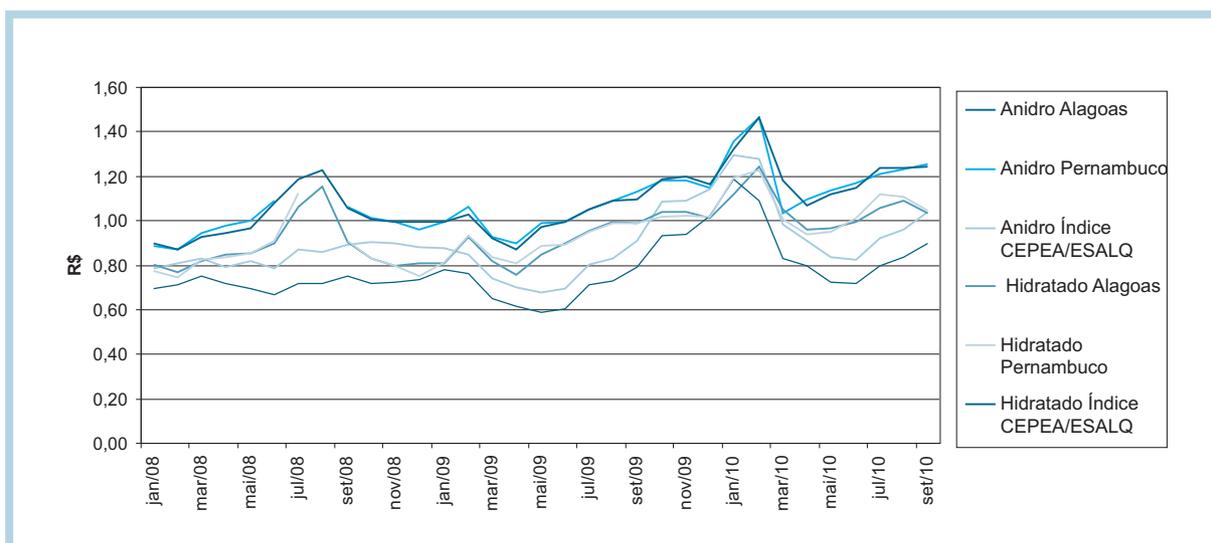


Gráfico 23 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice CEPEA/ESALQ, de janeiro/2008 a setembro/2010

Fonte: (CEPEA; ESALQ, 2010m). Elaboração: BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

A cotação do açúcar tem impulsionado também o preço do álcool no mercado interno. Em setembro, o álcool anidro foi comercializado a R\$ 1,04, alta de 14,5% em relação a abril. Enquanto isso, o álcool hidratado foi cotado a R\$ 0,89 pelo índice Cepea/Esalq, valorizando 12,7% no mesmo período.

Em Alagoas, o álcool anidro foi cotado a R\$ 1,24 em setembro, avanço de 16,8% em relação

a abril. Em Pernambuco, foi comercializado a R\$ 1,25, valorizando 14,3% no mesmo período. O álcool hidratado teve comportamento semelhante, sendo cotado em setembro a R\$ 1,00 em Alagoas e em Pernambuco, com valorização de 7,8% e 11%, respectivamente, no mesmo período (Gráfico 23).

3.4.2 - Pecuária

O terceiro trimestre de 2010 foi semelhante ao segundo para a pecuária, no que tange a mercado. Os preços da arroba do boi gordo continuaram em alta: em julho, e a redução da oferta limitou os negócios, devido ao clima mais frio e seco, que reduziu o peso dos animais e dificultou a engorda confinada, mesmo com a disposição dos frigoríficos para pagar mais. O índice Esalq/Bm&fbovespa subiu 2,3%, fechando em R\$ 85,98/@. Foram exportadas 101,6 mil toneladas *in natura*, 5,5% a mais sobre o mês anterior (CEPEA; ESALQ, 2010a).

Durante o mês de agosto verificou-se a mesma situação. Mesmo com a disposição de muitos frigoríficos para pagar à vista, a oferta do produto não foi capaz de aumentar a escala desses varejistas, acarretando uma elevação de 7,3% no índice Esalq/BM&FBovespa, que fechou em R\$ 92,23/@. Naquele mês foram exportadas 95,9 mil toneladas *in natura*, queda de 5,6% no volume e de 4,5% no valor. Em setembro, o índice Esalq/BM&FBovespa continuou sua trajetória ascendente, chegando a

alcançar R\$ 94,09/@ no final do mês, ou seja, incremento de 2% em relação a agosto (CEPEA; ESALQ, 2010c, 2010e).

Quanto ao leite, devido à melhora do clima e à formação de pastagens nos principais estados produtores, o preço do litro caiu novamente em julho (-6,2%), com a média nacional do índice Esalq/BM&FBovespa assinalando R\$ 0,7242/litro; em agosto, nova redução, de 4,5%, fez baixar a média nacional para R\$ 0,6918/litro; em setembro, o clima mudou com a estiagem, o que

contribuiu para diminuir a produção e a oferta de grãos usada na ração concentrada, de maneira que a consequente majoração do preço de um dos principais insumos ocasionou um recuo no aumento da produção, que cresceu apenas 2,4% em relação a agosto, mantendo-se o preço do leite em R\$ 0,6923/litro. A Bahia acompanhou a trajetória nacional, com redução de 1,4% em julho (R\$ 0,6829/litro), 1,7% em agosto (R\$ 0,6716/litro) e 0,1% em setembro (R\$ 0,6723/litro) (CEPEA; ESALQ, 2010b, 2010d, 2010f).

3.5 - Agronegócio

3.5.1 - Desempenho do Faturamento

De acordo com as previsões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), incluídas no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de setembro de 2010, o Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira, a preços de setembro de 2010, deverá alcançar R\$ 272 bilhões, aumento em torno de 3,4% sobre o VBP de igual período de 2009 (Tabela 14).

O desempenho das vendas dos produtos agrícolas e pecuários será praticamente o mesmo; apenas com relação ao grupo grãos⁴ se prevê uma redução no VBP, devido, principalmente, a uma baixa de 10,3% na produção, que caiu de 12,6 milhões para 11,3 milhões de toneladas, segundo o IBGE (2010h).

No âmbito do Nordeste, o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária, em 2010, deverá atingir

R\$ 41,2 bilhões (Tabela 15). Se confirmado, esse desempenho representará acréscimo de 3,5% sobre o valor de 2009 (R\$ 39,8 bilhões), ou seja, na prática um comportamento igual ao do VBP nacional, o que já seria um bom resultado, diante dos graves problemas climáticos enfrentados pelos estados nordestinos em 2010.

Em termos estruturais, quase não se registra modificação com respeito ao afirmado na edição anterior da BNB Conjuntura Econômica: do total previsto, 68% procedem da agricultura, sendo 42% das lavouras temporárias e 26% das lavouras permanentes, complementados com 32% da pecuária. Nessa previsão, o faturamento de ambos os segmentos (agricultura e pecuária) apresentaria desempenho praticamente igual ao verificado nacionalmente.

4 Amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo granífero, trigo e triticale.

Tabela 14 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2009 e 2010

R\$ Milhões de setembro/10

Produtos	2009	2010	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	171.103,8	176.848,0	3,36	5.744
- lavouras temporárias (1)	132.352,6	133.904,4	1,17	1.552
- lavouras permanentes (2)	38.751,2	42.943,6	10,82	4.192
grãos	79.291,3	75.889,0	-4,29	-3.402
outras lavouras	91.812,5	100.958,9	9,96	9.146
Pecuários	91.945,1	95.127,4	3,46	3.182
- carnes (3)	70.669,4	72.270,9	2,27	1.601
- derivados (4)	21.275,7	22.856,5	7,43	1.581
Total	263.049,0	271.975,3	3,39	8.926

Fonte: (IBGE, 2010h, 2010i). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha de caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimentão.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

Os efeitos da estiagem podem ser percebidos na queda da produção de arroz, feijão, mandioca e milho (do grupo lavouras temporárias), contribuindo para uma perda de R\$ 1,2 bilhão no VBP.

O desempenho da pecuária está influenciado por uma melhora do preço da carne bovina pago ao produtor na Região, da ordem de 9,5%, tendência antecipada em consulta aos criadores, quando da realização de um estudo sobre a pecuária regional, a ser publicado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), do Banco do Nordeste (BNB). No cálculo do VBP dos demais itens, foram considerados os mesmos preços nacionais, uma vez que a fonte utilizada tem registrado valores sistematicamente maiores que os nacionais, sem uma explicação plausível.

A Bahia é o estado com maior participação no VBP regional, seguido por Pernambuco, Maranhão e Ceará, nessa ordem; juntos, os quatro estados respondem por 76% do total, enquanto na comparação por segmento (lavouras temporárias, lavouras permanentes e pecuária) têm no mínimo 73% de participação. A Bahia continua sendo o destaque entre eles, com uma participação que varia de 32% na pecuária a 57% nas lavouras permanentes (Tabela 16).

Fora desse grupo, destacam-se ainda Alagoas, por ocupar a quarta melhor posição nas lavouras temporárias (em função da cana-de-açúcar), e Sergipe, também quarta colocada nas lavouras permanentes graças à laranja

Tabela 15 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2009 e 2010

Produtos	Unidade	Quant.		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Lavoura temporária (a)							
Brasil						132.352.635	133.904.384
Nordeste						17.303.768	17.151.019
Abacaxi	Mil frutos	624.657	653.291	1,14	1,14	710.787	743.369
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.042.589	1.065.084	0,99	0,99	1.034.723	1.057.048
Alho	Tonelada	5.190	6.382	2,83	2,83	14.697	18.072
Amendoim (em casca)	Tonelada	17.533	16.817	0,79	1,03	13.786	17.295
Arroz (em casca)	Tonelada	1.087.242	872.775	0,82	0,81	891.717	704.443
Batata - doce	Tonelada	203.309	203.309	0,54	0,54	109.114	109.114
Batata - inglesa	Tonelada	293.730	305.095	1,36	1,52	400.355	464.836
Cana-de-açúcar	Tonelada	71.378.587	70.094.329	0,05	0,05	3.440.579	3.565.694
Cebola	Tonelada	370.117	359.740	0,93	1,07	345.673	385.999
Fava (em grão)	Tonelada	19.053	19.053	2,05	2,05	38.968	38.968
Feijão (em grão)	Tonelada	847.287	710.748	2,15	2,04	1.819.047	1.449.521
Fumo (em folha)	Tonelada	19.276	27.447	3,22	3,22	62.040	88.338
Girassol	Tonelada	3.525	1.838	0,64	0,64	2.250	1.173
Mamona (baga)	Tonelada	79.276	73.310	0,87	0,87	69.093	63.893
Mandioca	Tonelada	9.157.996	8.842.996	0,19	0,18	1.784.153	1.555.353
Melancia	Tonelada	607.850	607.850	0,43	0,43	263.948	263.948
Melão	Tonelada	316.221	316.221	0,69	0,69	218.572	218.572
Milho (em grão)	Tonelada	4.776.824	4.030.768	0,46	0,44	2.199.355	1.770.789
Soja (em grão)	Tonelada	4.185.192	5.308.600	0,73	0,73	3.058.515	3.879.495
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	128.526	118.272	0,39	0,39	50.080	46.084
Tomate	Tonelada	648.867	601.878	1,20	1,18	776.316	709.013
Lavoura permanente (b)							
Brasil						38.751.246	42.943.585
Nordeste						10.377.442	11.005.645
Abacate	Tonelada	15.403	15.403	1,48	1,48	22.828	22.828
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	180	180	1,07	1,07	192	192
Banana	Tonelada	2.947.658	2.985.142	1,22	1,33	3.592.120	3.974.240
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	141.542	30.649	1,96	1,96	277.602	60.111
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	143.252	142.892	6,14	6,10	879.991	871.938
Café (beneficiado)	Tonelada	182.007	194.872	3,15	4,37	573.257	851.906
Caqui	Tonelada	196	196	0,17	0,17	34	34
Castanha-de-caju	Tonelada	217.603	282.187	0,95	0,95	206.756	268.121
Côco-da-baía	Mil frutos	1.146.139	1.480.780	0,59	0,58	675.466	866.050
Dendê (côco)	Tonelada	194.629	194.629	0,22	0,22	41.980	41.980
Figo	Tonelada	15	15	8,02	8,02	120	120
Goiaba	Tonelada	135.016	135.016	0,76	0,76	102.409	102.409
Guaraná (semente)	Tonelada	2.707	2.727	9,81	9,81	26.559	26.756
Laranja	Tonelada	1.770.764	1.848.500	0,31	0,28	546.514	518.793
Limão	Tonelada	73.141	73.141	0,92	0,92	67.153	67.153
Maçã	Tonelada	608	608	1,40	1,40	849	849
Mamão	Tonelada	1.179.101	1.179.101	0,89	0,89	1.046.453	1.046.453
Manga	Tonelada	816.862	816.862	0,91	0,91	739.789	739.789
Maracujá	Tonelada	465.925	465.925	1,40	1,40	652.939	652.939
Marmelo	Tonelada	175	175	2,71	2,71	475	475
Palmito	Tonelada	21.242	21.242	0,37	0,37	7.855	7.855
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.251	4.471	3,99	3,99	16.949	17.826
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	280.004	253.678	0,80	0,78	224.478	197.641

(continua)

Tabela 15 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2009 e 2010

(conclusão)

Produtos	Unidade	Quant.		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Tangerina	Tonelada	47.865	47.865	0,80	0,80	38.272	38.272
Urucum (semente)	Tonelada	2.426	2.426	2,31	2,31	5.606	5.606
Uva	Tonelada	253.749	251.542	2,49	2,49	630.795	625.309
Agricultura							
Brasil						171.103.881	176.847.970
Nordeste						27.681.210	28.156.664
Pecuária							
Brasil						91.945.116	95.127.377
Nordeste						12.100.284	12.999.927
Carne bovina	Tonelada	1.039.065	1.053.404	5,14	5,62	5.338.377	5.924.674
Frango	Tonelada	1.083.792	1.170.278	2,13	2,13	2.312.764	2.497.322
Leite	milhões de litros	2.796	2.865	0,72	0,72	2.008.810	2.058.830
Ovos	mil cx. de 30 dúzias	12.608	13.210	1,91	1,91	803.991	842.342
Suínos	Tonelada	639.560	655.357	2,56	2,56	1.636.342	1.676.759
Agropecuária							
Brasil						263.048.997	271.975.346
Nordeste						39.781.494	41.156.591
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						13,1	12,8
Lavoura permanente (b)						26,8	25,6
Agricultura (c)						16,2	15,9
Pecuária (d)						13,2	13,7
Agropecuária (c + d)						15,1	15,1

Fonte: (IBGE, 2010h, 2010i; FGV, 2010; AGRANP, 2009).

Tabela 16 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Seleccionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2010

R\$ Milhões jun/2010

Estados	Lavouras Temporárias		Lavouras Permanentes		Agricultura		Pecuária		Agropecuária	
		%		%		%		%		%
Maranhão	2.220	12,9	201	1,8	2.420	8,6	2.066	15,9	4.486	10,9
Piauí	1.150	6,7	131	1,2	1.281	4,5	1.072	8,2	2.353	5,7
Ceará	839	4,9	1.177	10,7	2.016	7,2	1.666	12,8	3.682	8,9
Rio Grande do Norte	492	2,9	472	4,3	964	3,4	539	4,1	1.503	3,7
Paraíba	734	4,3	429	3,9	1.163	4,1	664	5,1	1.827	4,4
Pernambuco	1.956	11,4	1.589	14,4	3.545	12,6	1.753	13,5	5.298	12,9
Alagoas	1.529	8,9	128	1,2	1.657	5,9	543	4,2	2.200	5,3
Sergipe	730	4,3	570	5,2	1.301	4,6	550	4,2	1.850	4,5
Bahia	7.500	43,7	6.309	57,3	13.809	49,0	4.148	31,9	17.957	43,6
Bahia+Pernambuco+Ceará+Maranhão	12.515	73,0	9.276	84,3	21.791	77,4	9.632	74,1	31.423	76,4
Demais	4.636	27,0	1.730	15,7	6.366	22,6	3.368	25,9	9.733	23,6
Soma	17.151	100,0	11.006	100,0	28.157	100,0	13.000	100,0	41.157	100,0

Fonte: (IBGE, 2010h, 2010i; FGV, 2010; AGRANP, 2009).

3.5.2 - Balança Comercial do Agronegócio

Decorridos três trimestres de 2010, a balança comercial brasileira apresentou um saldo positivo de quase US\$ 12,8 bilhões, resultado 39,7% menor do que o valor obtido em igual período de 2009 (US\$ 21,2 bilhões) (Tabela 17).

No caso da balança comercial do Nordeste, repetiu-se a retração que já havia acontecido nos dois trimestres anteriores deste ano, gerando um resultado negativo de US\$ 916 milhões, quando, em igual período de 2009, o saldo havia sido

Tabela 17 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2009 e 2010

US\$ Milhões

Dados de janeiro a setembro de cada ano

Região/Estado	2009			2010		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	111.797,5	90.618,1	21.179,4	144.929,4	132.156,2	12.773,2
Brasil – Agronegócio (b)	49.393,7	6.931,7	42.462,0	56.964,5	9.450,7	47.513,8
Nordeste – Total (c)	8.235,8	7.648,5	587,3	11.576,3	12.491,9	-915,6
Nordeste – Agronegócio (d)	4.321,8	971,3	3.350,5	5.039,6	1.131,5	3.908,1
Alagoas	484,5	23,9	460,6	551,8	30,6	521,2
Bahia	2.356,9	301,0	2.055,9	2.830,1	356,0	2.474,2
Ceará	487,7	194,5	293,2	591,4	209,8	381,6
Maranhão	363,0	39,0	324,0	329,1	55,2	273,8
Paraíba	62,3	41,0	21,3	77,4	67,5	9,9
Pernambuco	281,7	321,7	-40,0	368,0	357,2	10,8
Piauí	115,4	0,6	114,8	96,5	2,1	94,4
Rio Grande do Norte	141,9	26,8	115,1	160,4	29,1	131,3
Sergipe	28,4	22,8	5,6	34,8	24,0	10,8
Variações % 2010/2009						
Brasil – Total				29,6	45,8	-39,7
Brasil – Agronegócio				15,3	36,3	11,9
Nordeste – Total				40,6	63,3	-255,9
Nordeste – Agroneg.				16,6	16,5	16,6
Alagoas				13,9	27,7	13,2
Bahia				20,1	18,2	20,3
Ceará				21,3	7,9	30,1
Maranhão				-9,3	41,7	-15,5
Paraíba				24,4	64,7	-53,4
Pernambuco				30,6	11,0	-127,0
Piauí				-16,4	277,9	-17,8
Rio Grande do Norte				13,1	8,6	14,1
Sergipe				22,5	4,9	94,8
Relações (%)						
b/a	44,2	7,6	200,5	39,3	7,2	372,0
d/c	52,5	12,7	570,5	43,5	9,1	-426,8
d/b	8,7	14,0	7,9	8,8	12,0	8,2

Fonte: (BRASIL, 2010a).

positivo em US\$ 587 milhões. No que tange ao agronegócio nacional, no mesmo período, sua balança comercial assinalou desempenho muito superior ao da balança comercial total do país, gerando um saldo quase quatro vezes maior: US\$ 47,5 bilhões. A balança do agronegócio nordestino apresentou semelhante comportamento frente à balança regional total, produzindo um saldo positivo de US\$ 3,9 bilhões.

Até setembro de 2010, as exportações do agronegócio nacional alcançaram US\$ 56,9 bilhões, aumentando 15,3% sobre igual período do ano anterior. O complexo soja, as carnes, o complexo sucroalcooleiro, os produtos florestais e o café constituíram os principais produtos exportados, respondendo, juntos, por 79,4% do total exportado pelo agronegócio nacional.

No mesmo período, as importações brasileiras de produtos do agronegócio aumentaram de US\$ 6,9 bilhões para US\$ 9,4 bilhões (crescimento

de 36,3%) (Tabela 17). Os itens que mais contribuíram para isso foram os cereais, farinhas e preparações, os produtos florestais, as fibras e produtos têxteis, os pescados e produtos hortícolas, leguminosas, raízes e tubérculos, que, juntos, representaram 68,2% do valor total importado pelo País.

Dentre os principais produtos exportados do agronegócio em âmbito nacional, apenas o *complexo soja* apresentou recuo em relação ao período de janeiro a setembro de 2009; enquanto isso, só aumentou o valor dos produtos importados anteriormente listados, destacando-se os *produtos hortícolas* e os *produtos florestais*, com crescimentos de 83% e 69%, respectivamente, sobre idêntico período de 2009.

As exportações do agronegócio nordestino somaram US\$ 5 bilhões em 2010, valor 16,6% superior ao alcançado entre janeiro a setembro do ano anterior. Com mais da metade do total

Tabela 18 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, de Jan a Set/2010

US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Exportadores
1 Celulose	1.165,0	23,1	23,1	Bahia
2 Soja em Grãos	900,5	17,9	41,0	Bahia, Maranhão, Piauí
3 Açúcar	816,5	16,2	57,2	Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte
4 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	329,9	6,5	63,7	Bahia, Paraíba, Ceará
5 Farelo de Soja	229,2	4,5	68,3	Bahia, Piauí
6 Produtos do Cacau	213,0	4,2	72,5	Bahia
7 Couro e Pele de Bovino	208,2	4,1	76,6	Ceará, Bahia
8 Frutas Frescas	204,2	4,1	80,7	Bahia, Ceará, Pernambuco
9 Nozes e Castanhas	181,2	3,6	84,3	Ceará, Rio Grande do Norte
10 Produtos de Couro e Peleteria	133,2	2,6	86,9	Ceará, Bahia
11 Papel	100,7	2,0	88,9	Bahia, Pernambuco
13 Outros Produtos de Origem Vegetal	91,7	1,8	90,8	Bahia
12 Café Verde e Café Torrado	72,0	1,4	92,2	Piauí, Ceará
14 Crustáceos e Moluscos	61,4	1,2	93,4	Ceará
15 Outros	332,7	6,6	100,0	
Total	5.039,4	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

regional, a Bahia (56,2%) foi o estado que mais exportou, seguido por Ceará (11,7%), Alagoas (10,9%) e Pernambuco (7,3%). Apenas o Maranhão e o Piauí tiveram redução nas exportações em relação a 2009, sem, no entanto, comprometer significativamente o desempenho regional Região, devido à sua tímida participação (8%) no total exportado do agronegócio.

Considerando-se as informações referentes aos principais produtos exportados, constata-se que, dos 14 itens responsáveis pela quase totalidade exportada (93,4%), apenas três responderam por mais da metade (57,2%) do total exportado pelo agronegócio do Nordeste: celulose (US\$ 1,1 bilhão), soja em grãos (US\$ 900,5 milhões) e açúcar (US\$ 816,5 milhões) (Tabela 18).

No período em análise, as importações de produtos do agronegócio aumentaram em todos os estados do Nordeste, comparativamente a igual período de 2009, especialmente, em termos

proporcionais. Com efeito, no Piauí, quase quadruplicaram (incremento de 277,9%), enquanto em Pernambuco cresceram 64,7%. Entretanto, somente Pernambuco teve crescimento significativo em termos absolutos (US\$ 35,5 milhões acrescidos às importações), de modo que suas importações de produtos do agronegócio corresponderam a 3,1% do total adquirido no exterior pelo agronegócio regional.

Analisando-se as importações do agronegócio por produto até setembro/2010, vê-se que apenas três produtos responderam, juntos, por mais da metade (55,1%) do valor importado: cereais (37,7%), produtos e subprodutos da indústria de moagem (9,3%) e óleos vegetais (8,1%). Bahia e Pernambuco são as portas de entrada das importações de produtos do agronegócio no Nordeste, com participação conjunta de 63% do total desse tipo de importação. Além disso, esses dois estados se destacam como os principais

Tabela 19 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, de Jan a Setembro/2010
US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Importadores
1 Cereais	476,4	37,7	37,7	Ceará, Pernambuco
2 Produtos e Subprodutos da Indústria de Moagem	117,5	9,3	47,1	Pernambuco
3 Óleos Vegetais	102,8	8,1	55,2	Bahia, Ceará
4 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	100,0	7,9	63,1	Paraíba, Ceará
5 Cacau Inteiro ou Partido	84,4	6,7	69,8	Bahia
6 Borracha Natural e Gomas Naturais	68,0	5,4	75,2	Bahia
7 Papel	66,4	5,3	80,5	Pernambuco
8 Peixes	55,4	4,4	84,9	Pernambuco
9 Bebidas Alcolólicas	54,2	4,3	89,1	Pernambuco
10 Produtos do Cacau	20,3	1,6	90,8	Bahia
11 Carne Bovina	18,7	1,5	92,2	Pernambuco
12 Celulose	10,5	0,8	93,1	Pernambuco
13 Álcool	10,0	0,8	93,9	Pernambuco, Bahia
14 Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	9,0	0,7	94,6	Pernambuco
15 Outros	68,5	5,4	100,0	
Total	1.262,1	100,0		

Fonte: (BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

importadores de quase todos os produtos listados na tabela (Tabela 19).

Todos os estados do Nordeste contribuíram positivamente para a formação do saldo do agronegócio regional. Contudo, Pernambuco, Paraíba,

Piauí e Maranhão apresentaram, nos oito primeiros meses de 2010, saldos comerciais do agronegócio inferiores aos registrados em igual período de 2009. A Bahia aumentou o seu saldo comercial em US\$ 418,3 milhões, enquanto o do Maranhão sofreu redução de US\$ 50,2 milhões.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. **Exportações de calçados têm alta de 15,1% até agosto.** Disponível em: <<http://www.abicalçados.com.br>>. Acesso em: 04 out. 2010.

ABIQUIM. **Relatório de acompanhamento conjuntural.** Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2010.

AGRAFNP. **Anualpec:** anuário da pecuária brasileira. São Paulo: AgraFNP, 2009.

ANFAVEA. **Carta da Anfavea**, n. 293. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 09 out. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2010a.

_____. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010b.

_____. **Indicadores econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2010c.

_____. **Política monetária e operações de crédito do sistema financeiro.** Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 01 out. 2010d.

_____. **Sistema gerenciador de séries temporais.** Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 02 out. 2010e.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Confiança e intenção de compra do consumidor.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2010a.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; FEDERAÇÕES DE COMÉRCIO DE ALAGOAS, BAHIA, CEARÁ, PIAUÍ E SERGIPE. **Confiança e intenção de compra do consumidor**, out. 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/etene>>. Acesso em: 20 out. 2010b.

BNDES. **Atuação dos bancos públicos faz Nordeste liderar aumento do crédito no Brasil.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010a.

_____. **Visão do desenvolvimento:** atuação dos bancos públicos faz Nordeste liderar aumento do crédito no Brasil. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010b.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat.** Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 19 out. 2010a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2010c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial mensal**, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2010d.

_____. Ministério do Planejamento. **Execução do orçamento de investimento das empresas Estatais relativa ao bimestre julho/agosto de 2010**. Disponível em: <<http://www.mpog.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2010e.

CEPEA; ESALQ. **Agromensal**: indicadores de preços: boi, out. 2010. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/xls/SBOI.XLS>>. Acesso em: 08 out. 2010a.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, ago. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Agosto_10.doc>. Acesso em: 11 out. 2010b.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, jul. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/07_julho/Pecuaria.htm>. Acesso em: 08 out. 2010c.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, jul. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Julho_10.doc>. Acesso em: 11 out. 2010d.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, maio 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/08_agosto/Pecuaria.htm>.

Acesso em: 08 out. 2010e.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, set. 2010. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Setembro_09.doc>. Acesso em: 11 out. 2010f.

_____. **Indicador de açúcar & álcool**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_agosto/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 18 out. 2010g.

_____. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_agosto/Algodao.htm>. Acesso em: 18 out. 2010h.

_____. **Indicador de café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_agosto/Cafe.htm>. Acesso em: 18 out. 2010i.

_____. **Indicador de milho**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_agosto/Milho.htm>. Acesso em: 18 out. 2010j.

_____. **Indicador de soja**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2010/02_agosto/Soja.htm>. Acesso em: 18 out. 2010k.

_____. **Indicadores de preços**: açúcar. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 18 out. 2010l.

_____. **Indicadores de preços**: álcool. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>>. Acesso em: 18 out. 2010m.

CNI. **Índice de confiança do empresário industrial**, ago. 10. Disponível em: <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2010.

CONAB. **Safra 2009/2010**: décimo segundo levantamento de acompanhamento da safra de grãos, setembro/2010. Brasília: Conab, 2010a.

_____. **Safra 2009/2010**: segundo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar, setembro/2010. Brasília: Conab, 2010b.

_____. **Safra 2010**: terceira estimativa de acompanhamento da safra brasileira de café, setembro/2010. Brasília: Conab, 2010c.

CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL. **Trading analysis information**. São Paulo: CMA, 2010.

CONTAS ABERTAS. **Investimentos federais crescem 61% neste ano.** Disponível em: <<http://www.contasabertas.uol.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2010a.

_____. **Orçamento 2011:** PAC terá R\$ 43 bilhões. Disponível em: <<http://www.contasabertas.uol.com.br>>. Acesso em: 01 out. 2010b.

FGV. **FGV-Dados.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumPageId=402880811D8E34B9011D9858DDE9492B>>. Acesso em: 20 out. 2010.

FIEB. **Relatório de acompanhamento conjuntural julho de 2010.** Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2010.

FIEPE. **Sondagem industrial mensal:** indústria de transformação e extrativa mineral. Disponível em: <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2010.

GLOBAL 21. **Camex zera imposto de importação de algodão.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 14 out. 2010a.

_____. **Compras da China sustentam preços de celulose.** Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2010b.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais,** abr./jun. 2010). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 out. 2010a.

_____. **Pesquisa industrial mensal emprego e salários.** Disponível em: <<http://www.pimes.gov.br>>. Acesso em: 08 out. 2010b.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 out. 2010c.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 09 out. 2010d.

_____. **Pesquisa industrial mensal:** produção física regional, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2010e.

_____. **Pesquisa mensal de comércio,** ago. 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2010f.

_____. **Produção física industrial,** ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2010g.

_____. **SIDRA:** levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12=1&u13=26674&u14=1&u15=1>>. Acesso em: 8 out. 2010h.

_____. **SIDRA:** produção agrícola municipal 2008. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 11 out. 2010i.

IBRE. **Sondagens.** Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 20 out. 2010.

MELO, F. H. de. As perspectivas de crescimento agrícola brasileiro. **Boletim Econômico FIPE,** n. 359, ago. 2010.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Quadro resumo:** matriz de responsabilidades Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014/matriz/>>. Acesso em: 08 out. 2010.

SCHERING investe US\$ 3 mi no Ceará. **Diário do Nordeste.** Disponível em: <<http://www.diariodo-nordeste.globo.com>>. Acesso em: 11 out. 2010.

SERASA EXPERIAN. **Indicador Serasa Experian de inadimplência do consumidor.** Disponível em: <<http://www.serasaexperian.com.br/relea-2010d>>.

se/indicadores/inadimplencia_consumidor.htm>.
Acesso em: 20 out. 2010.

VALENTE JÚNIOR, A. S. A expansão do setor agropecuário do Nordeste. **BNB Conjuntura Econômica**, n. 22, p. 9-12, jul./set. 2009.

WALMART. **Walmart investe em produtores de castanha de caju do NE**. Disponível em: <<http://www.walmartbrasil.com.br>>. Acesso em: 11 out. 2010.

4 - Emprego e Rendimento

Segundo estimativas da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de agosto de 2010, a população brasileira ocupada totalizou 22,1 milhões nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), representando elevação de 3,2% comparativamente a agosto de 2009 e 691 mil postos de trabalho a mais.

Na região metropolitana de Recife (RMR), a população ocupada somou 1.478 mil pessoas em agosto ou 45,4% da população em idade ativa, alta de 8,4% na comparação com agosto de 2010 e acréscimo de 115 mil pessoas no mercado de trabalho. Conforme a pesquisa, 55,5% da popu-

lação ocupada são do sexo masculino, 65% estão na faixa etária entre 25 e 49 anos e 57,9% possuem 11 anos ou mais de estudo. Com relação ao tamanho do empreendimento, 55,3% dos ocupados encontravam-se nos estabelecimentos com 11 ou mais pessoas e 66,9% estavam empregados há pelo menos dois anos.

Na região metropolitana de Salvador, a população ocupada foi estimada em 1.712 mil pessoas ou 51% da população em idade ativa, incremento de 3,3% sobre agosto de 2009, índice ligeiramente superior ao total das regiões pesquisadas. O sexo masculino predomina entre os ocupados com 52,8%, bem como as pessoas com idade en-

Tabela 1 – População Ocupada nas Região Metropolitana de Recife e Salvador (%). Agosto/2010

População Ocupada (%)	Total	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	54,6	55,5	52,8
Feminino	45,4	44,5	47,2
Faixa Etária			
10 a 14 anos	0,2	0,2	0,3
15 a 17 anos	1,5	0,9	1,1
18 a 24 anos	14,3	13,9	13,1
25 a 49 anos	62,6	65	65,8
50 anos ou mais	21,3	20	19,8
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,7	2,4	2
1 a 3 anos	3,8	4,2	5,1
4 a 7 anos	17,7	19,1	17,4
8 a 10 anos	17,6	15,9	15,8
11 anos ou mais	59,1	57,9	59,7
Tamanho do Empreendimento			
1 a 5 pessoas	33,8	39,1	39,5
6 a 10 pessoas	5,6	5,6	6
11 ou mais pessoas	60,6	55,3	54,5

Fonte: (IBGE, 2010b).

tre 25 e 49 anos (65,8%) e com 11 anos ou mais de estudo (59,7%). A PME também revelou que 54,5% dos ocupados em Salvador trabalhavam em empreendimentos com 11 ou mais pessoas e que 67,7% já estavam empregados há pelo menos dois anos (Tabela 1).

O setor de atividade que registrou o maior número de pessoas ocupadas foi o de ‘comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis’, absorvendo 18,4% da população ocupada nas RMs pesquisadas, sendo também o mais representativo nas regiões do Recife (23,3%) e Salvador (20,6%).

Em relação a agosto de 2009, o grupo de atividades de construção foi o que experimentou taxa mais significativa de crescimento: 19,5% na RM de Recife e 11,4% na RM de Salvador, representando 18 mil e 17 mil novos postos de trabalho, respectivamente. Esse comportamento expressa o

resultado das medidas de incentivo ao setor de construção civil.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado respondeu por 46,22% (10,2 milhões) da população ocupada no conjunto das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Trata-se do maior percentual já registrado no mês de agosto desde 2002. Em relação a agosto de 2009, o avanço foi de 7,2%, representando mais 685 mil postos de trabalho com carteira assinada nesse período.

No Nordeste, os trabalhadores com carteira assinada totalizaram 40,4% e 41,1% da população ocupada nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, respectivamente. Na RMR, enquanto o emprego formal no setor privado cresceu 10,8%, com 58 mil contratações no período agosto 2010/agosto 2009, o número de trabalhadores sem carteira assinada cresceu 16,1% com 25 mil novos empregados no mercado de trabalho informal. Em

Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), por Grupamento de Atividades. Agosto 2009/2010

Grupamentos de Atividade	TODAS 6 RMs			RECIFE			SALVADOR		
	% População Ocupada		VAR%	% População Ocupada		VAR%	% População Ocupada		VAR%
	ago/09	ago/10		ago/09	ago/10		ago/09	ago/10	
Ind. extrativa e de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	16,8	16,8	2,9	10,1	10,2	9,5	9,9	9,9	3,6
Construção	7,3	7,4	4,7	6,6	7,3	19,5	8,9	9,5	11,4
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis	18,8	18,4	1,1	24,6	23,3	2,6	19,6	20,6	8,7
Serviços prestados à empresa, aluguéis, intermediação financeira e atividades imobiliárias	15,6	15,4	2,0	14,3	14,3	8,7	15,5	13,6	-9,2
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	16,4	16,7	4,9	19,0	19,2	9,7	19,2	13,0	7,4
Serviços domésticos	7,8	7,0	-7,1	8,5	8,2	4,0	9,0	19,9	-5,9
Outros Serviços	16,7	17,7	9,4	16,3	16,7	11,6	17,3	17,5	4,5

Fonte: (IBGE, 2010b).

Nota: Foi excluído o grupamento “Outras Atividades”.

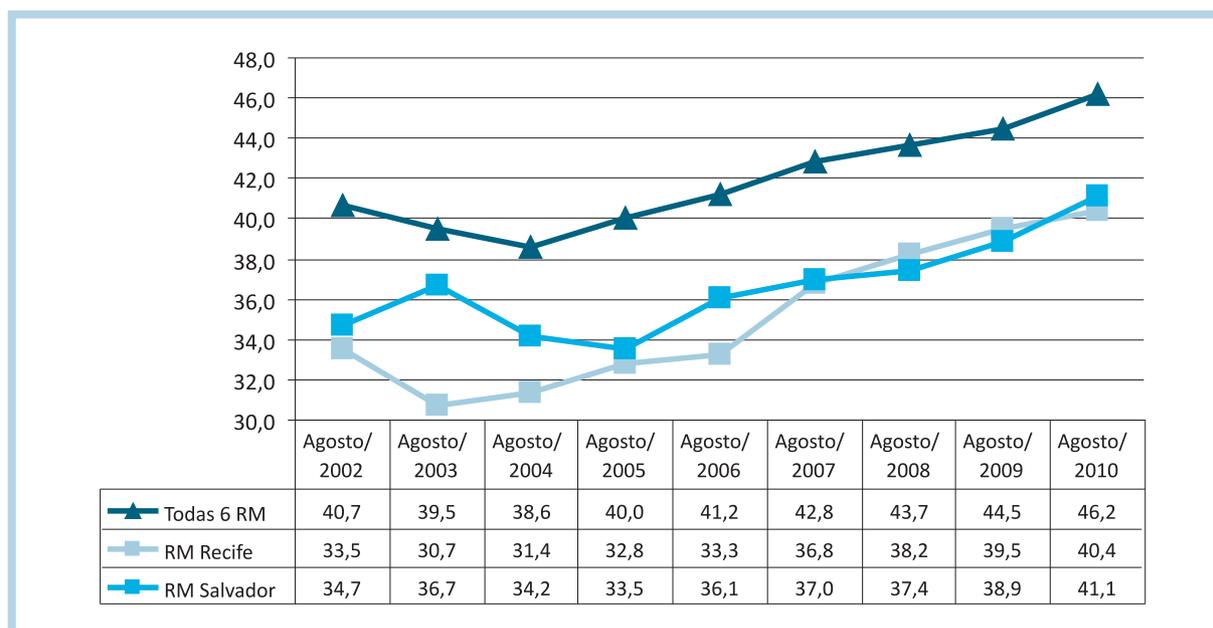


Gráfico 1 – Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (%). Agosto 2002/2010
Fonte: (IBGE, 2010b).

Salvador, a informalidade caiu 6,1% nesse mesmo período, retirando do mercado 13 mil pessoas. Por sua vez, o contingente dos trabalhares com carteira assinada aumentou 9,2% com a incorporação de 60 mil trabalhadores (Gráfico 1).

De acordo com os dados da PME referentes às seis regiões metropolitanas analisadas, a taxa de desocupação¹ de 6,7%, em agosto deste ano, foi a menor desde o início da série da pesquisa em março de 2002. Comparativamente ao mês anterior, a taxa manteve-se estável (-0,2 ponto percentual), entretanto, decresceu 1,4 ponto percentual em relação a agosto/09. A expectativa para os próximos meses é de redução da taxa de desemprego devido ao aumento de vagas em função das festividades do final de ano.

Por outro lado, as regiões metropolitanas nordestinas acusaram taxas de desemprego bem acima da média nacional: 9% na de Recife e 11,7% em Salvador. Entretanto, enquanto Recife registrou recuo de 1,9 pp na taxa de desocupação

no período de agosto de 2009 a agosto de 2010, Salvador apresentou estabilidade (0,3 pp), como mostra o Gráfico 2.

O incremento dos trabalhadores formais no setor privado está associado a uma expansão do seu rendimento médio real habitualmente recebido. Em agosto de 2010, constatou-se uma elevação de 1,4% em relação ao mês anterior e de 5,5% na comparação com agosto de 2009. Esse desempenho foi crucial para o acréscimo de 8,8% da massa de rendimento médio real habitualmente recebida no confronto mês/mesmo mês do ano anterior, estimada em R\$ 32,9 bilhões.

Nas RMs nordestinas pesquisadas, o rendimento médio registra comportamentos semelhantes. Recife exhibe melhoria de 4,4% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior e de 17,5% frente a agosto de 2009. Vale destacar que esses resultados são os maiores entre as regiões metropolitanas de todo o Brasil. Com relação a Salvador, o rendimento médio apresentou aumento de 3,3%

¹ É a percentagem das pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa (IBGE, 2010a).

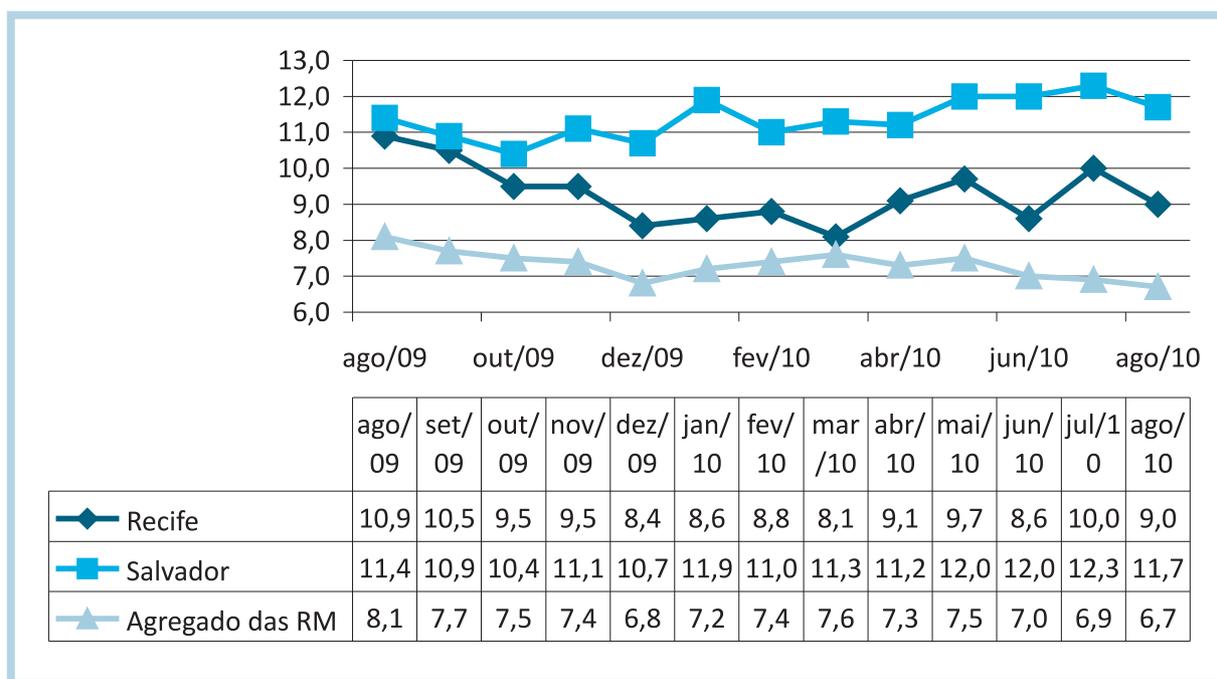


Gráfico 2 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: (IBGE, 2010b).

em agosto no confronto com julho de 2010 e expansão de 7,7% comparativamente ao mesmo mês de 2009, o segundo melhor desempenho entre as seis RMs investigadas.

Dois fatores foram determinantes para o avanço do poder de compra dos trabalhadores, em especial nas regiões nordestinas. A política de valorização do salário mínimo, com efeitos positivos, sobretudo no Nordeste, região que concentra a maior parte dos trabalhadores com ganhos de até um salário mínimo. O outro fator está relacionado

com a nítida melhora do ambiente de negociação salarial no primeiro semestre de 2010 na comparação com os dois anos anteriores. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), 97% das 290 negociações salariais obtiveram reajustes iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE. Vale salientar que esse percentual atingiu 93%, em 2009, e 87%, em 2008 (DIEESE, 2010a).

O setor da construção civil foi particularmente responsável pela expansão do número de

Tabela 3 – Estimativa de Ocupados na Construção Civil. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal. Primeiro Semestre de 2010/ Primeiro Semestre de 2009

Regiões	1º Semestre 2009	1º Semestre 2010
Total	1.095	1.229
Belo Horizonte	159	167
Distrito Federal	57	67
Fortaleza	82	107
Porto Alegre	94	106
Recife	73	82
Salvador	93	107
São Paulo	537	593

Fonte: (DIEESE, 2010b).

trabalhadores e do rendimento. Conforme o Boletim Trabalho e Construção do Dieese (2010b), as sete regiões investigadas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) assinalaram expansão dos postos de trabalho na construção civil no confronto entre os primeiros trimestres de 2009 e

2010, com destaque para a região de Fortaleza, com 30,5% (Tabela 3).

Já o rendimento médio real dos trabalhadores cresceu em seis das sete regiões pesquisadas nessa base de comparação. Entre as regiões metropolitanas nordestinas, Fortaleza (7,1%) apresentou a maior taxa de crescimento (Tabela 4).

Tabela 4 – Rendimento Médio Real dos Ocupados na Construção Civil. Regiões Metropolitanas e Distrito Federal. Primeiro Semestre de 2010/Primeiro Semestre de 2009 – R\$ 1,00

Regiões	1º Semestre 2009	1º Semestre 2010
Belo Horizonte	891	838
Distrito Federal	904	988
Fortaleza	635	680
Porto Alegre	973	1.067
Recife	531	536
Salvador	719	733
São Paulo	1.068	1.151

Fonte: (DIEESE, 2010b).

4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BRASIL, 2010), indicam 2010 como o melhor ano da série já registrado. Entre janeiro a agosto, foram geradas 1.914.531 novas vagas, o melhor resultado em termos acumulados desde 1992, sendo 299.415 apenas no mês de agosto – também o melhor mês de agosto na série histórica do Caged. Isso ocorre por conta, principalmente, da forte atuação dos setores de serviços (679.866), indústria de transformação (506.071) e construção civil (308.539) (Gráfico 3).

O Nordeste apresenta patamar superior ao observado no período pré-crise, com 223.134 novos postos de trabalho no acumulado janeiro/agosto. Conforme nota-se no Gráfico 1, o resultado

obtido em 2010 vai confirmando a tendência de que esse ano será o mais expressivo na geração de empregos formais tanto em escala nacional quanto regional.

O Gráfico 4 apresenta a tendência mensal na geração de empregos celetistas. Percebe-se uma franca evolução no saldo nacional, com a exceção do mês de dezembro que historicamente apresenta saldo negativo por conta do término de contratos temporários na indústria, no comércio e no setor de serviços. Na comparação agosto de 2010 com o mesmo mês do ano anterior, o Nordeste teve incremento de 5,8%. O Brasil, nessa mesma base de comparação registrou uma expansão bem mais forte: 23,6%. Esse desempenho menos notável do Nordeste se deve ao fato da indústria de transformação nordestina ainda não ter se re-

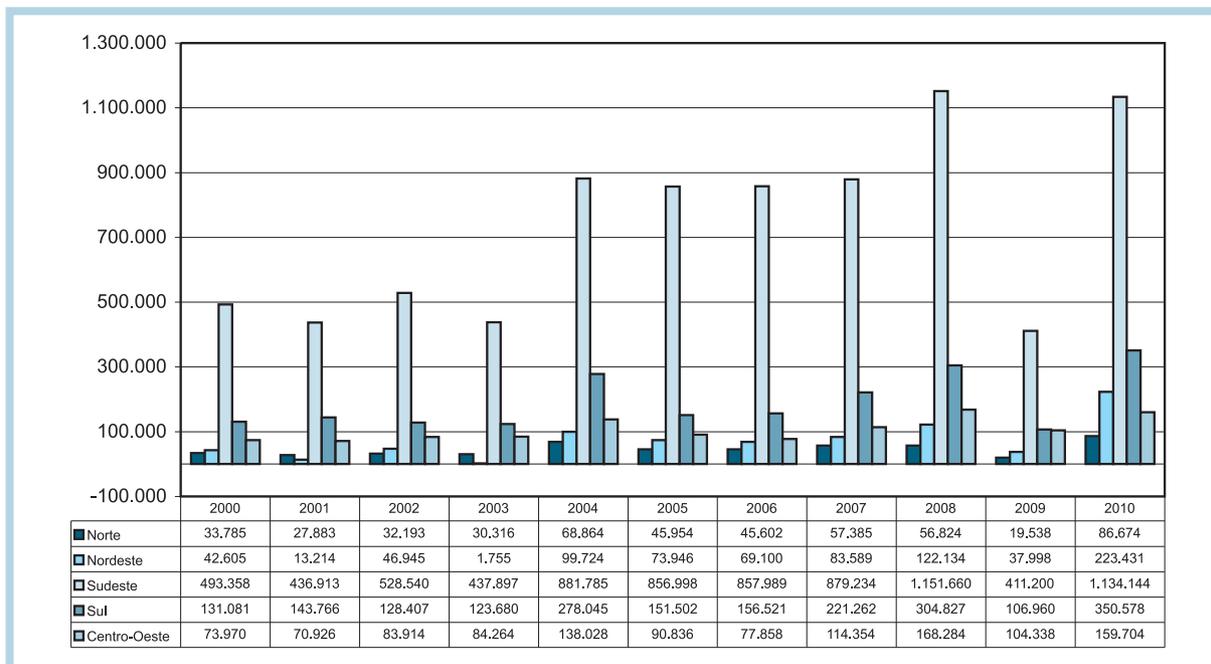


Gráfico 3 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Acumulado do Ano – Agosto de 2000 à Agosto de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

cuperado das perdas recorrentes nos estados ligados às atividades sucroalcooleiras, afetadas no primeiro semestre por conta de fatores sazonais.

A Tabela 5 apresenta o acumulado janeiro/agosto em âmbito nacional e regional, discri-

minado setorialmente. No total brasileiro, o setor de serviços aparece como forte demandante de mão de obra formal com 34,8% de todos os empregos gerados no período, seguido pela indústria de transformação (25,9%) e construção

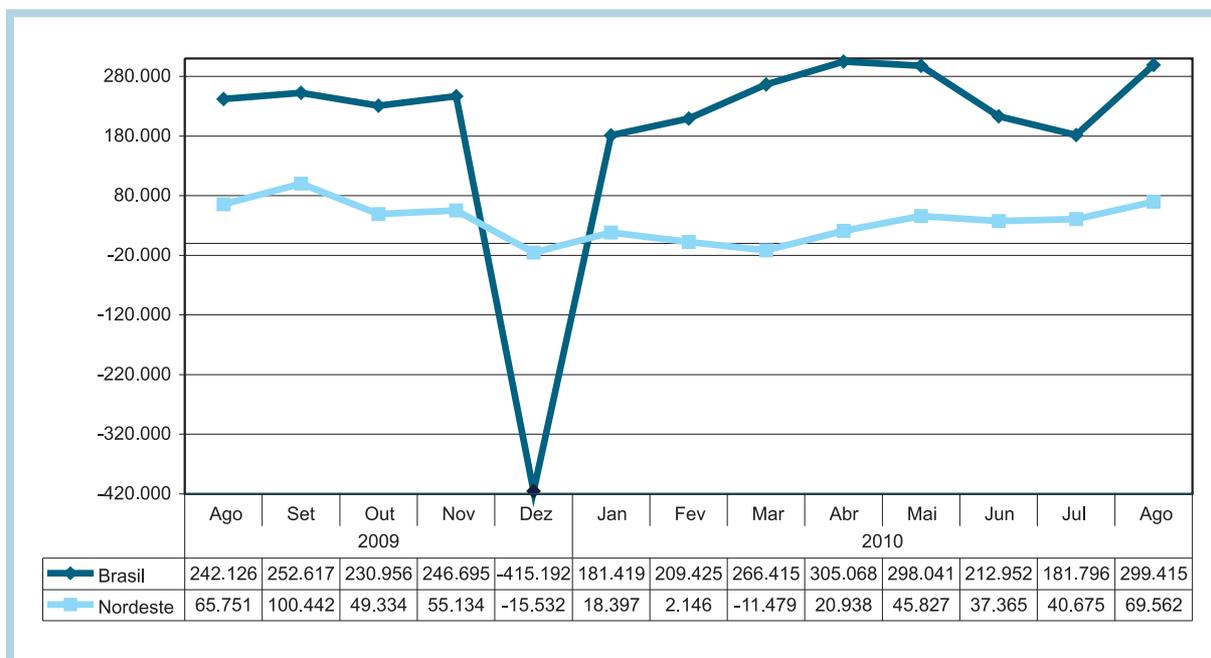


Gráfico 4 – Brasil e Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal). Ago. 09 - Ago. 10 (Saldo)

Fonte: (BRASIL, 2010).

Tabela 5 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Jan a Ago 2010

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	12.136	506.071	13.801	308.539	237.468	679.866	25.099	171.551	1.954.531
Nordeste	1.978	-9.261	1.420	88.879	32.876	92.155	1.335	14.049	223.431
Norte	2.457	15.613	838	27.418	9.475	27.982	709	2.182	86.674
Sudeste	5.475	307.965	9.221	123.336	133.136	408.177	16.570	130.264	1.134.144
Sul	872	145.521	2.118	46.589	45.111	103.147	6.229	991	350.578
Centro-Oeste	1.354	46.233	204	22.317	16.870	48.405	256	24.065	159.704

Fonte: (BRASIL, 2010). (*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

civil (15,8%). Para o Nordeste, apenas serviços e construção civil se assemelham ao desempenho nacional, com participação de 41,2% e 39,8% no total nordestino, respectivamente. Juntos, esses dois setores são responsáveis por 81% de todo o saldo gerado na região. Comércio também merece destaque por apresentar saldo superior a 30 mil postos de trabalho para o período, 14,7% do total regional.

Esses valores revelam a importância de políticas de ampliação do consumo das famílias e de obras de infraestrutura para o Nordeste, ambos os setores grandes demandadores de mão de obra (Tabela 5).

Entre os estados nordestinos, os destaques no mês de agosto foram Pernambuco, Ceará e

Bahia. No acumulado no ano, percebe-se a forte recuperação regional que, exceto por Alagoas, apresentou evolução positiva em todos os demais estados (Tabela 6).

Os setores de serviços (41,2%), construção civil (39,8%) e comércio (14,7%) lideram o bom desempenho da economia nordestina. Serviços se sobressaem em função da atuação dos subsetores ligados ao turismo, à habitação e ao ensino. Já a construção civil é alavancada pelos grandes projetos de infraestrutura dos governos federal e estadual. O comércio, por sua vez, é impulsionado pelo fortalecimento da classe média nordestina.

A indústria de transformação nordestina, apesar de ainda apresentar saldo negativo no acumulado até agosto de 2010, vem demonstrando uma

Tabela 6 – Nordeste: Geração de Empregos Formais por Estado (Saldo) – 2009 e 2010

Estados	Resultado Mensal Agosto		Acumulado no Ano (Jan - Ago)	
	2009	2010	2009	2010
Brasil	242.126	299.415	680.034	1.954.531
Nordeste	65.751	69.562	37.998	223.431
Alagoas	1.278	1.475	-36.569	-33.092
Bahia	11.085	11.207	43.975	80.678
Ceará	13.790	12.321	28.486	50.377
Maranhão	1.998	2.414	-4.922	25.327
Paraíba	6.799	8.464	3.516	12.130
Pernambuco	18.990	21.799	-597	41.677
Piauí	2.765	2.318	7.012	17.109
Rio Grande do Norte	6.776	6.786	-4.844	18.052
Sergipe	2.270	2.778	1.941	11.173

Fonte: (BRASIL, 2010).

Tabela 7 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Agosto de 2010 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	30	-38.441	97	2.723	1.176	1.997	-27	-647	-33.092
Bahia	1.007	15.123	279	25.523	5.345	22.216	292	10.893	80.678
Ceará	117	11.889	56	14.530	6.136	18.813	938	-2.102	50.377
Maranhão	106	2.886	163	8.231	4.471	6.598	-43	2.915	25.327
Paraíba	74	2.777	-700	4.195	3.230	4.850	22	-2.318	12.130
Pernambuco	160	-12.726	1.184	18.212	5.089	22.923	-55	6.890	41.677
Piauí	-62	2.139	129	7.178	3.022	4.128	6	569	17.109
Rio Grande do Norte	437	5.145	160	5.590	2.723	5.325	120	-1.448	18.052
Sergipe	109	1.947	52	2.697	1.684	5.305	82	-703	11.173
Nordeste	1.978	-9.261	1.420	88.879	32.876	92.155	1.335	14.049	223.431

Fonte: (BRASIL, 2010).

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

forte recuperação nos últimos meses. De junho a agosto somou 37.107 oportunidades formais, sendo 22.507 novos empregos celetistas apenas

em agosto. Nessa perspectiva, a partir de setembro o acumulado do ano para a indústria já será positivo (Tabela 7).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 29 set. 2010.

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais do 1º semestre de 2010**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2010a.

_____. **Boletim de Trabalho e Construção**, n. 4, out. 2010. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 13 out. 2010b.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2010a.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 set. 2010b.

5 - Setor Externo

Entre janeiro e agosto de 2010, o Brasil exportou US\$ 126,1 bilhões, assinalando expansão de 28,8% no valor de suas vendas externas, comparativamente a igual período de 2009. Desse total, 44,3% se referem a produtos básicos e 53,6% a industrializados¹. Esses dois percentuais corroboram a significativa presença de *commodities* na pauta brasileira, o que se acentuou nos últimos anos (2004–2008), sendo estimado pelo IPEA (2009) algo em torno de 40% da pauta exportadora. No período em análise, o item minérios de ferro e seus concentrados ocupou o primeiro lugar na pauta de exportação nacional, correspondendo a 12,6% do total exportado. Ressalte-

se que o aumento das exportações de minerais metálicos pode ser visualizado pelo crescimento dos coeficientes de exportação² da indústria extrativa brasileira, que, em 1996, foi de aproximadamente 40%, em 2007 atingiu 59,2% e em 2009 subiu para 66%.

Ainda que nos primeiros oito meses de 2010 as exportações tenham crescido de forma expressiva relativamente a igual período de 2009, os valores exportados são praticamente os mesmos dos oito meses iniciais de 2008. No que concerne às importações, que entre janeiro e agosto de 2010 somaram US\$ 114,4 bilhões, constata-se incre-

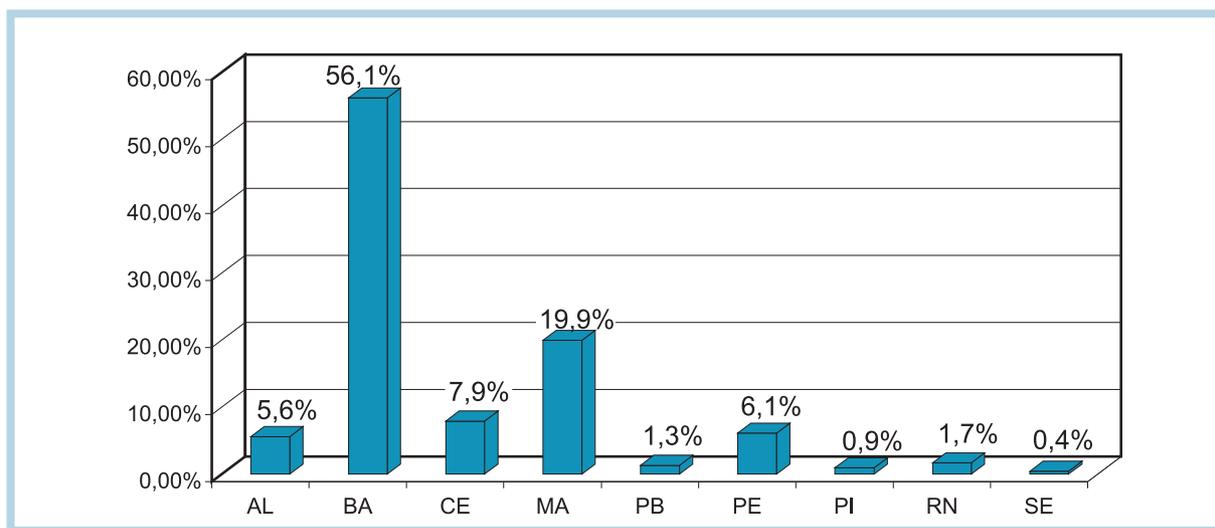


Gráfico 1 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Estados Nordestinos na Pauta de Exportações da Região – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1 Os 2,1% restantes referem-se a operações especiais.

2 O coeficiente de exportação é obtido pela divisão do valor das exportações de um segmento industrial pelo valor da sua produção doméstica.

3 A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) é uma lista de produtos do mercado interno e/ou externo, ordenados segundo convenção internacional. Possui oito dígitos e uma estrutura de classificação com até seis níveis de agregação: capítulo, posição, subposição simples, subposição composta, item e subitem.

mento de 45,7% sobre 2009, embora essas cifras sejam apenas ligeiramente superiores àquelas de igual período de 2008 (US\$ 113,9 bilhões).

Dessa maneira, até agosto de 2010 a balança comercial acumulou saldo de US\$ 11,7 bilhões, ficando 41% abaixo do registrado em 2009.

Das cinco regiões brasileiras, o Nordeste foi a que alcançou maior expansão entre janeiro e agosto de 2010, com receitas de US\$ 10,2 bilhões, incremento de 42%. Oito dos nove estados nordestinos aumentaram suas exportações. A exceção foi o Piauí, que registrou queda de 15,1%.

A distribuição das exportações da Região por estado até agosto de 2010 comportou-se conforme explicitado no Gráfico 1, valendo salientar que o Maranhão teve a maior expansão proporcional nos valores exportados (136,9%).

A pauta de exportação regional no período sob análise compreende os mesmos capítulos da NCM³ dos últimos quatro anos. Cumpre destacar o crescimento das vendas dos produtos dos seguintes capítulos: minérios, escórias e cinzas (1.381%),

combustíveis, óleos e ceras minerais (136%), produtos químicos orgânicos (74%), açúcares e produtos de confeitaria (41%) e pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas (40%).

Na comparação entre agosto de 2009 e agosto de 2010, houve significativos aumentos nos preços de produtos como minério de ferro (168,2%), semimanufaturados de ferro e aço (59,5%) e laminados planos (49,6%) (GLOBAL 21, 2010).

Entretanto, o extraordinário aumento das receitas de exportações do capítulo minérios, escórias e cinzas se deve, sobretudo, ao incremento nas quantidades exportadas, principalmente para China e Japão.

Também o preço do açúcar e álcool apresentou trajetória de alta, por conta da seca no Paquistão, redução da produção do açúcar de beterraba e à concomitante expansão de sua demanda, o que justifica o significativo aumento de suas exportações (BARROS, 2010).

A China foi também o principal destino dos dois principais capítulos exportados pelo Nordeste

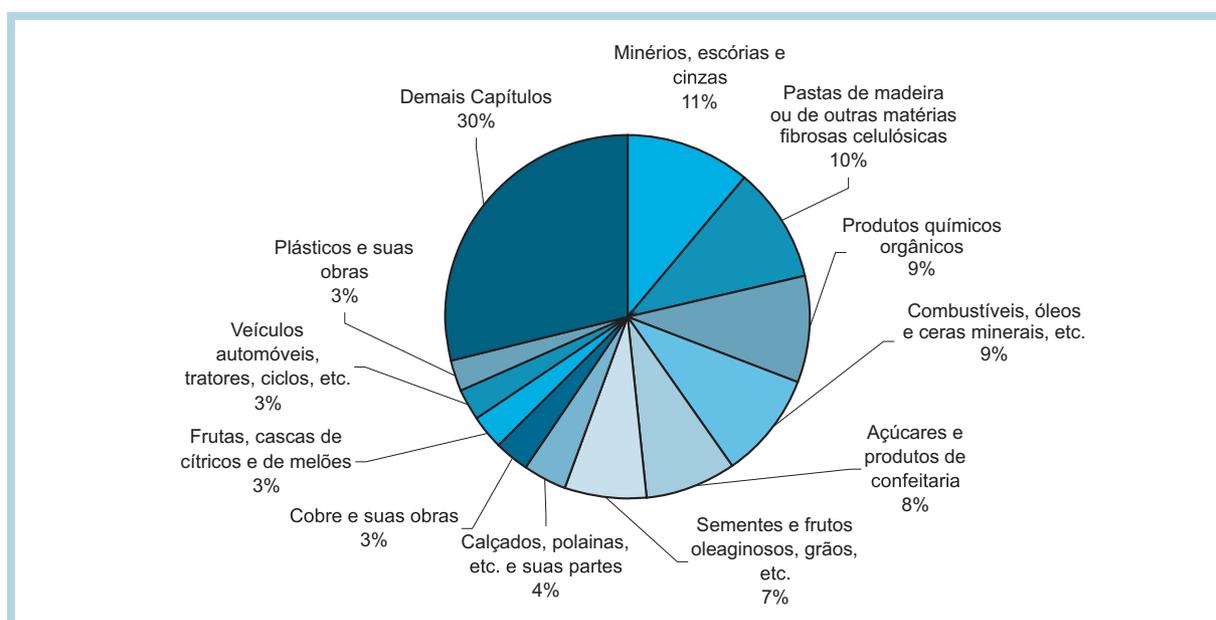


Gráfico 2 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Nordeste – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

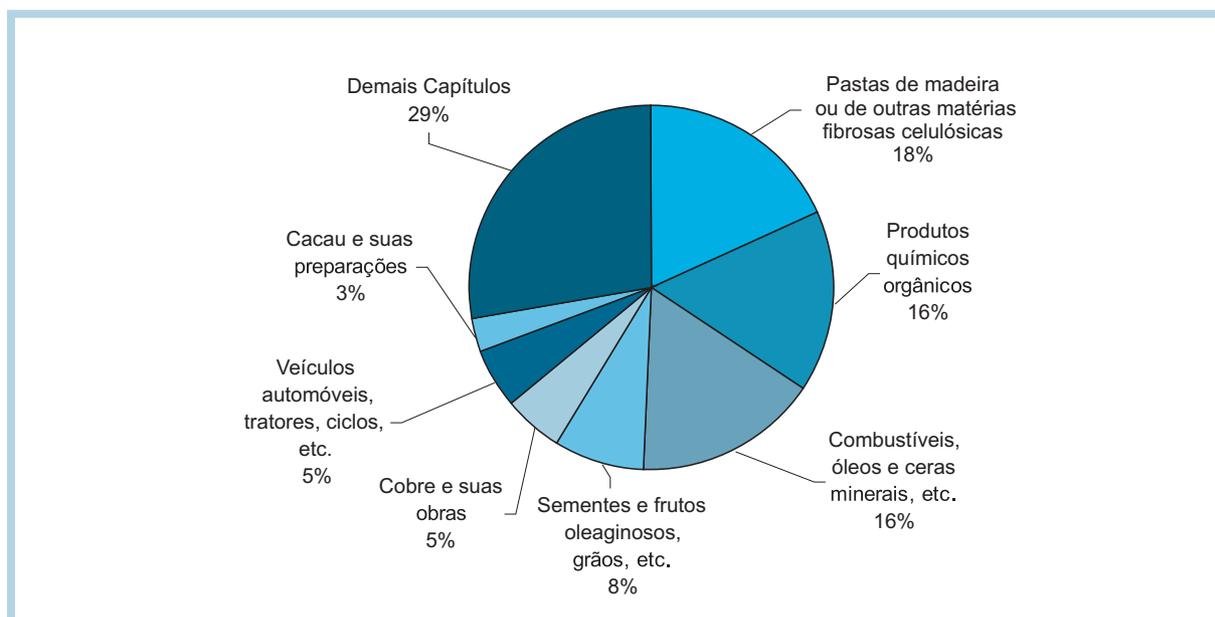


Gráfico 3 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações da Bahia – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(minérios, escórias e cinzas; e pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas). Dessa maneira, o gigante asiático já participa com 13,4% das vendas externas regionais, superado apenas pelos Estados Unidos (15,6%). Outros países se destacaram como compradores de produtos nordestinos: Argentina (9,2%), Holanda (6,1%), Japão (4%), Alemanha (3,8%), Espanha (3,4%), Itália (3,4%), Rússia (3,3%), Antilhas Holandesas (3%), Reino Unido (2,8%) e México (2,4%).

Do total exportado pelo Nordeste, aproximadamente 74% correspondem a bens intermediários. A maior parte das empresas exportadoras obtém receitas da venda de insumos industriais (US\$ 5,7 bilhões), casos da Vale, responsável por 11,1% do total exportado pelo Nordeste, Petrobras (10,5%), Braskem (7%) e Bahia Sul Celulose (6,1%).

A análise das vendas de cada estado nordestino revela que a Bahia continua na liderança (US\$ 5,7 bilhões), com 56% do total. As exportações baianas cresceram 34%, cabendo os maiores desempenhos proporcionais aos capítulos (NCM)

combustíveis, óleos e ceras minerais (134%), produtos químicos orgânicos (75%) e pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas (40%).

Nos oito meses iniciais de 2010 o Ceará exportou US\$ 805,9 milhões. Desse total, praticamente um terço (US\$ 268,1 milhões) corresponde à venda de calçados, polainas e suas partes. Mais de três quartos desse segmento (US\$ 203 milhões) se concentraram em apenas duas empresas, ambas localizadas no interior do Estado: a Grendene (US\$ 115 milhões) de Sobral; e a Paquetá Calçados (US\$ 88 milhões), de Itapajé.

A receita de vendas do capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 168,2 milhões), com destaque para castanha de caju (US\$ 129,9 milhões) e melões frescos (US\$ 23,3 milhões), cresceu 8%. Iracema Indústria e Comércio de Castanha de Caju (US\$ 32,6 milhões), Cascaju Agroindustrial S. A. (US\$ 24,6 milhões), Amêndoas do Brasil Ltda. (US\$ 16,9 milhões) e Cione foram as principais exportadoras da castanha cearense.

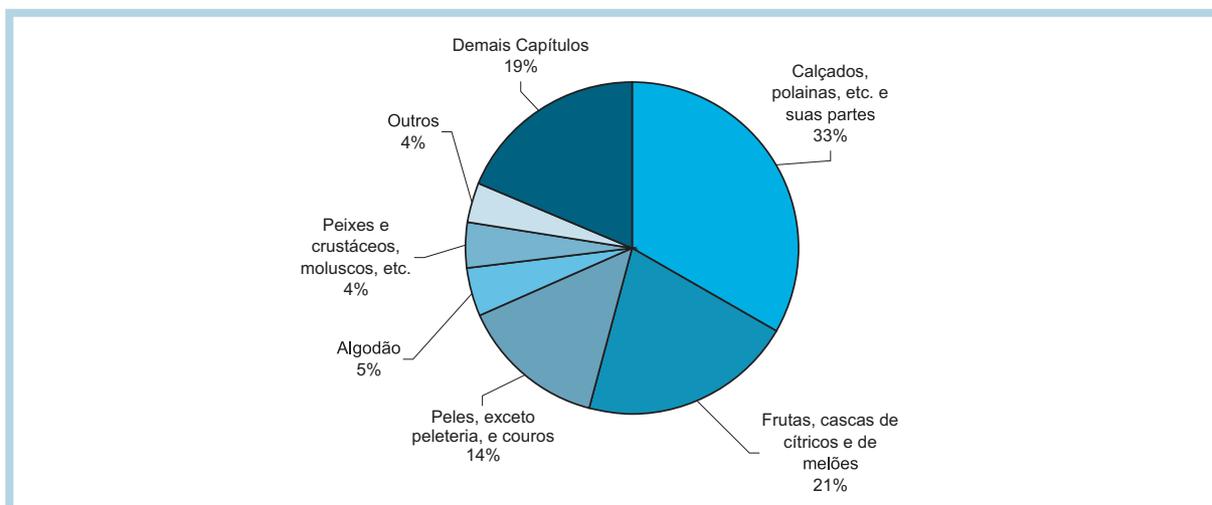


Gráfico 4 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Ceará – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O capítulo peles, exceto a peleteria, e couros rendeu o correspondente a US\$ 114,5 milhões, com aumento de 22% na quantidade exportada e de 29% no preço dos produtos.

Entre janeiro e agosto de 2010, Pernambuco alcançou o patamar de US\$ 624,1 milhões em vendas externas, com destaque para os capítulos borracha e suas obras (US\$ 30,9 milhões, aumento de 150%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (US\$ 39,3 milhões, 57% a mais)

e açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 277,7 milhões, com incremento de 51%).

A partir do segundo semestre de 2011, a unidade da Lanxess no Cabo de Santo Agostinho (PE) será utilizada como plataforma de exportação da borracha verde para todo o Brasil e outros países. A companhia considera o Porto de Suape uma posição logística privilegiada, vantagem que não oferecem as unidades de Duque de Caxias (RJ) e Triunfo (RS), também produtoras de borracha sintética.

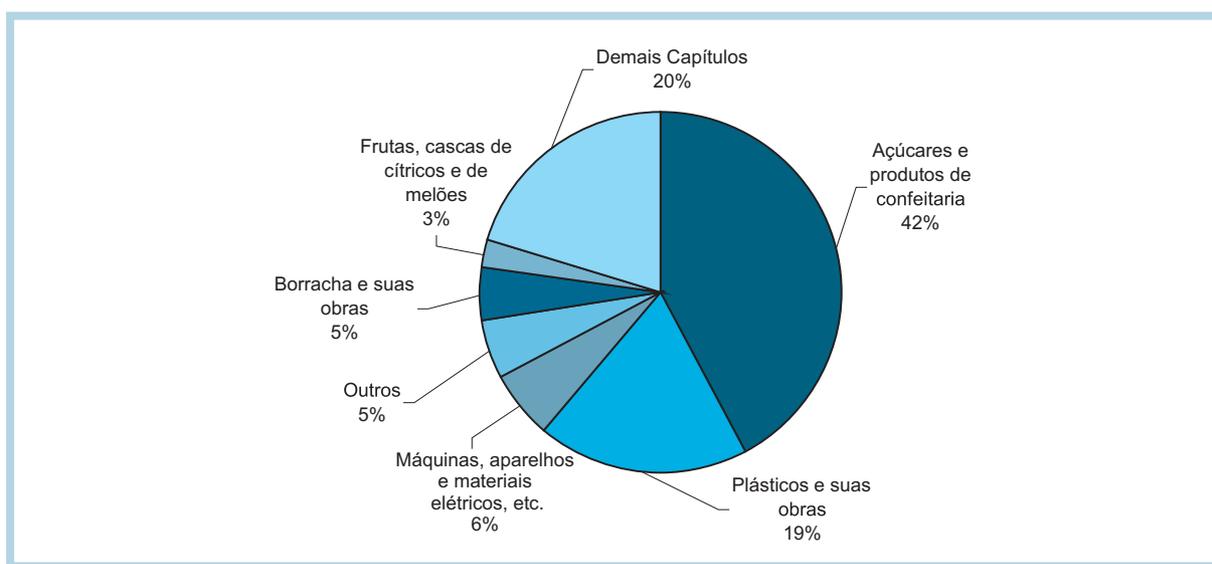


Gráfico 5 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações de Pernambuco – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

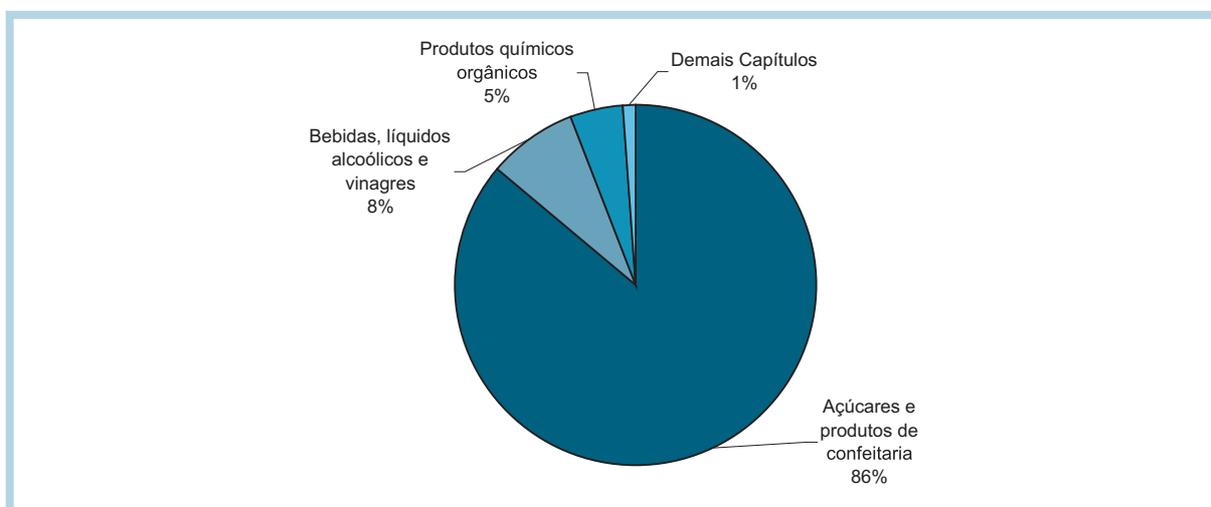


Gráfico 6 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações de Alagoas – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

“A unidade do Cabo está em posição estratégica em termos de negócios. A partir dessa unidade, vamos atender ao Brasil, outros países da América Latina, América do Norte, Europa e Ásia”, informa Marcelo Lacerda, presidente da Lanxess no Brasil.

Atualmente, as três unidades industriais da Lanxess no Brasil exportam cerca de 30% de sua produção de borracha. Esse índice deve crescer nos próximos anos, com os investimentos de 20 milhões de euros previstos para elevar sua capacidade atual. Nas contas da empresa, a demanda global por borracha verde deverá crescer 10% ao ano num horizonte de médio prazo (Exportações..., 2010).

A pauta exportadora de Alagoas é concentrada em produtos derivados da cana, destacando-se a participação do capítulo açúcar e produtos de confeitaria, responsável por 86% das vendas estaduais (US\$ 570,9 milhões). Os produtos oriundos da cana elevaram sua participação no total exportado, de 95,2% para 98,9%, comparando-se os oito primeiros meses de 2010 com idêntico período de 2009.

O Maranhão, com vendas de US\$ 2 bilhões até agosto, continua a ocupar o lugar de segundo maior exportador regional, registrando crescimento de 136,93% em relação ao período jan.-ago./09. Os capítulos minérios de ferro, ferro fundido, alumínio e suas ligas, e alumina calcinada são responsáveis por mais de 83,6% da pauta maranhense. Vale destacar que, devido à inclusão do produto minérios de ferro não aglomerado, o capítulo minérios, escórias e cinzas passou a ocupar primeiro lugar na pauta exportadora do estado, com avanço de 1.435,8% no valor exportado.

O acelerado crescimento da economia chinesa, principal destino das exportações do Maranhão, pode ser considerado o principal impulsionador das vendas externas locais, especialmente as do capítulo minérios, escórias e cinzas, das quais 35,4% (US\$ 400,9 milhões) tiveram a China como destino.

As exportações da Paraíba totalizaram US\$ 132,3 milhões. Desse valor, 75,9% procedem de dois capítulos: calçados, polainas, etc, e suas partes e outros artefatos têxteis confeccionados, etc. As empresas São Paulo Alpagartas e Cotemi-

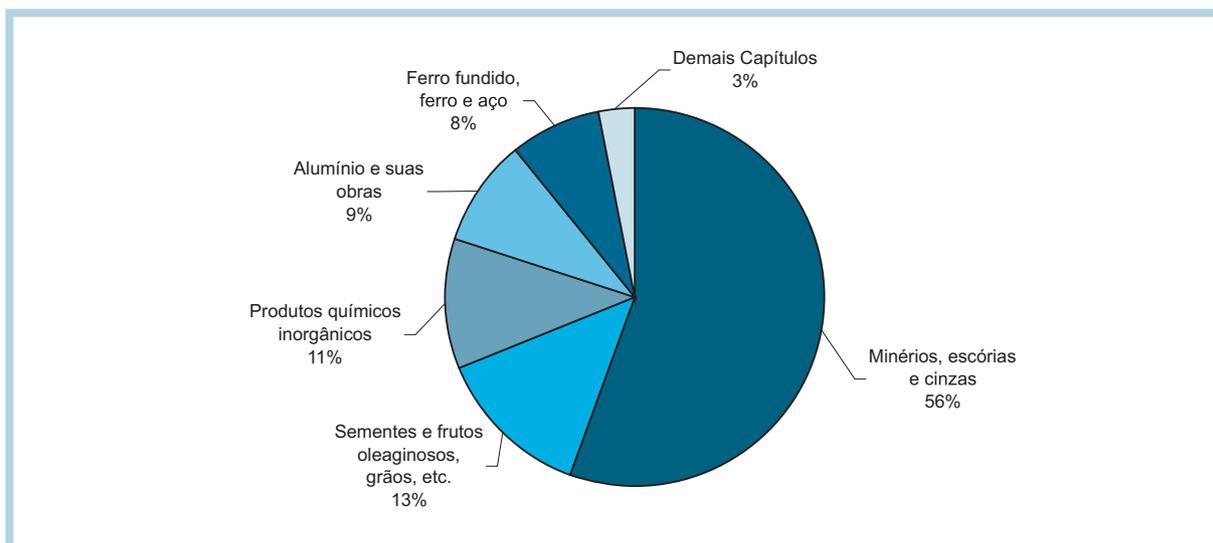


Gráfico 7 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Maranhão – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

nas responderam pela quase totalidade das exportações desses produtos. O valor exportado pelo estado aumentou 24,2% em relação a idêntico período do ano anterior.

Os principais produtos exportados foram calçados de borracha/plástico (US\$ 46,8 milhões), roupas de toucador (US\$ 48,1 milhões), açúcar (US\$ 11,5 milhões) e álcool etílico (US\$ 3,6 milhões). Esses produtos tiveram como principais

destinos os Estados Unidos (US\$ 50,5 milhões), a Argentina (US\$ 10,8 milhões), a Espanha (US\$ 10,4 milhões), a Austrália (US\$ 8,7 milhões) e Porto Rico (US\$ 3,6 milhões).

Nos oito primeiros meses de 2010, as vendas externas do Piauí (US\$ 94 milhões) sofreram decréscimo de 15,1% em relação a idêntico período do ano anterior. Com isso, a participação estadual na pauta do Nordeste caiu de 1,5% para 0,9%.

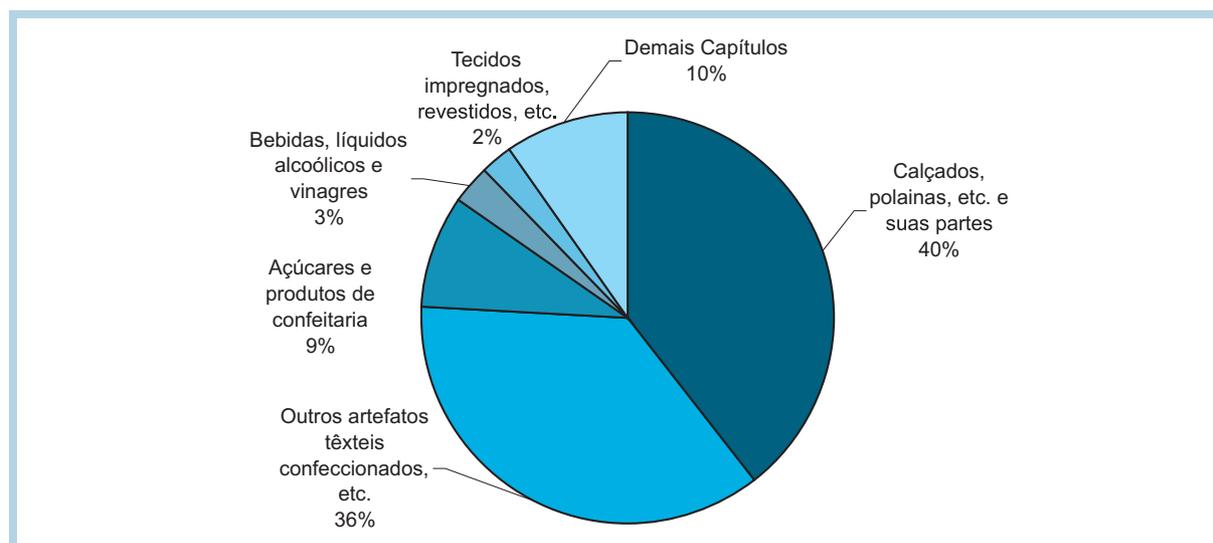


Gráfico 8 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Paraíba – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

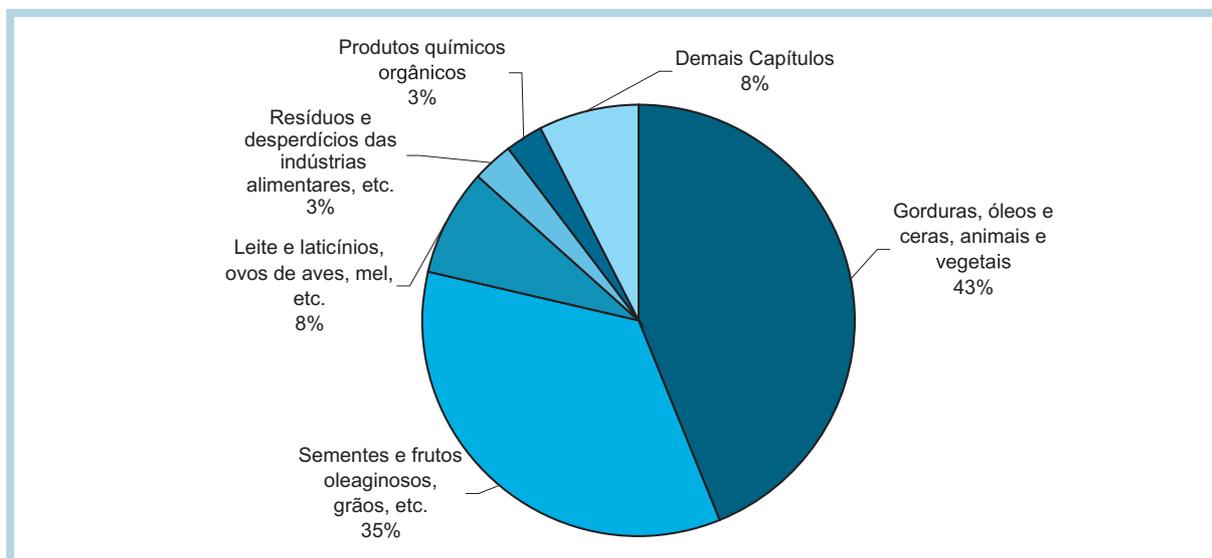


Gráfico 9 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Piauí – Janeiro/Agosto de 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

As exportações piauienses concentraram-se em cinco capítulos, registrando-se a maior queda nas vendas de bagaço e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja, de US\$ 36,8 milhões para US\$ 2,9 milhões.

No Rio Grande do Norte, a comparação com o mesmo período de 2009 mostrou que entre janeiro e agosto último houve incremento de 8,7% nas

receitas de exportação, atingindo US\$ 171,1 milhões. Apesar desse aumento no valor, o capítulo açúcares e produtos de confeitaria, responsável pela segunda maior participação na pauta exportadora estadual, sofreu queda de 113,6% nas vendas.

A redução das receitas do citado capítulo deveu-se ao decréscimo na quantidade exportada de outros açúcares de cana, beterraba e sacarose

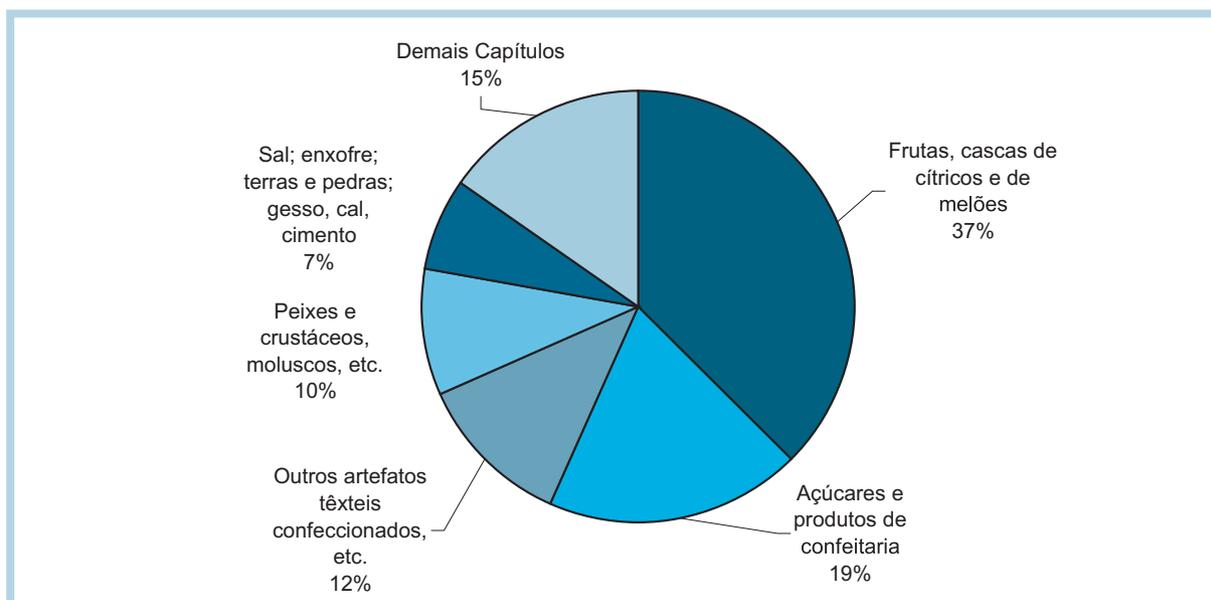


Gráfico 10 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Rio Grande do Norte – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

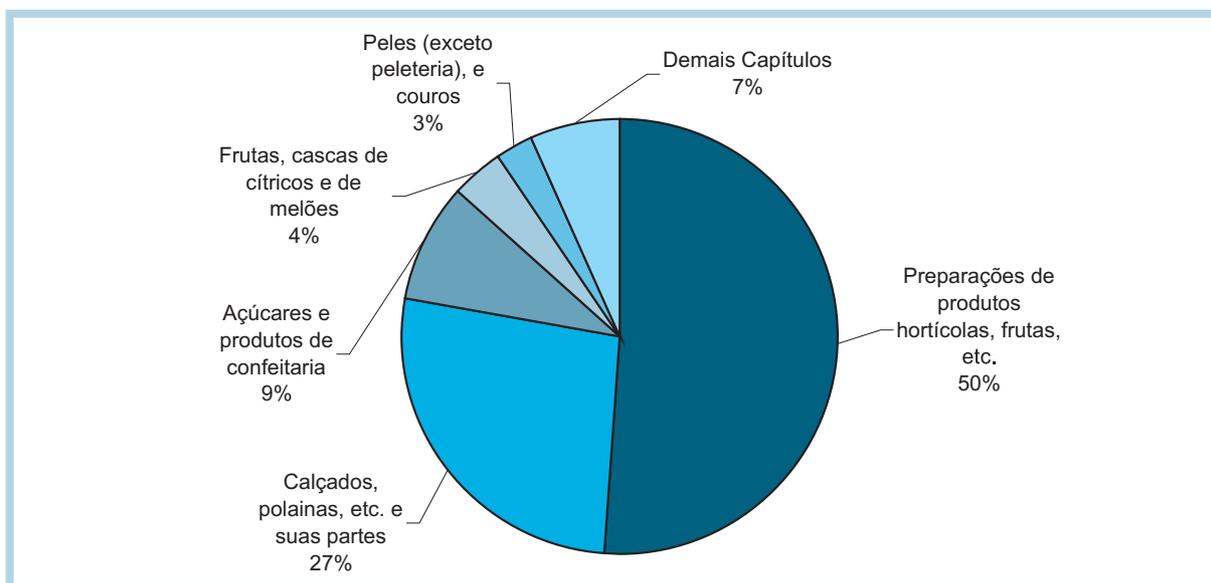


Gráfico 11 – Distribuição da Participação Proporcional (%) dos Principais Capítulos (NCM) na Pauta de Exportações do Sergipe – Jan./Ago. 2010

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

química pura. De janeiro a agosto de 2009, as exportações desses produtos correspondiam a US\$ 21,6 milhões, passando a US\$ 10,1 milhões em idêntico período de 2010.

As vendas externas de Sergipe até o final de agosto último cresceram apenas 3,3% em relação ao período jan.-ago./09, representando 0,4% do total das receitas nordestinas com exportação,. Sucos de frutas e calçados, somados, responderam por 77,9% do valor exportado pelo estado. Na comparação dos dois períodos de oito meses, verifica-se significativa alteração na pauta, decorrente de expressiva queda na participação do capítulo “sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento”, que inclui cimentos não pulverizados. Destaca-se que, assim como foi publicado na edição nº 25 deste Boletim, em 2010 não houve exportação de cimentos não pulverizados, produto responsável por significativa parcela das receitas de exportação de Sergipe em 2009.

Quanto às importações, constata-se que entre janeiro e agosto de 2010 elas totalizaram US\$ 10,9 bilhões na região, avanço de 68% relativamente aos oito primeiros meses de 2009.

Esse total foi distribuído em bens intermediários (40,5%), combustíveis e lubrificantes (31,6%), bens de capital (18,6%) e bens de consumo (9,3%). Significativa parcela do valor dos bens intermediários, correspondente a cerca de um terço das importações, concentrou-se em insumos industriais, alcançando US\$ 3,6 bilhões.

No que tange à origem das importações nordestinas, cabe destacar a participação de Estados Unidos (17,4%), Argentina (11,3%), China (9,3%), Argélia (6,1%), Chile (5,7%), Coreia do Sul (5,2%) e Índia (4,9%).

O aumento das importações regionais deve conduzir a déficit da sua balança comercial em 2010, a exemplo do ocorrido em 2008.

A equipe de Conjuntura Econômica do BNB estima que as exportações totais do Nordeste em 2010 devem ficar em torno de US\$ 15,2 bilhões, próximo, portanto, ao patamar de 2008. No caso das importações, a previsão gira em volta dos US\$ 15,7 bilhões. Colabora para este prognóstico o comportamento do câmbio, que vem sofrendo apreciação real desde 2004, sendo

esta estimada pela Funcex nos últimos 12 meses em 16,7%. Por outro lado, o aquecimento da de-

manda doméstica tem estimulado francamente as importações nordestinas.

REFERÊNCIAS



BARROS, José Roberto Mendonça de. Agronegócios: a alta dos preços agrícolas. **Global 21**. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=31139>>. Acesso em: 18 out. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2010.

EXPORTAÇÕES sairão pelo Porto de Suape, **Diário de Pernambuco**, 19 set. 2010. Disponí-

vel em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/2010/09/19/economia5_1.asp>. Acesso em: 18 out. 2010.

GLOBAL 21. Commodities: minério de ferro sobe 168% em apenas um ano / da Redação. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=30980>>. Acesso em: 18 out. 2010.

IPEA. Mais commodities, menos industrializados. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, ano 6, n. 52, p. 32-33, jul. 2009.

6 - Finanças Públicas

6.1 - Orçamento de Investimento das Estatais no Nordeste

O orçamento de investimento das empresas estatais para 2010, aprovado pela lei nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, e alterado por decreto de 27.01.2010, foi fixado em R\$ 94,9 bilhões, significando um aumento de 14,1% sobre o valor da dotação de 2009. Esse orçamento de investimento contempla os dispêndios de capital destinados à aquisição ou manutenção de bens do ativo imobilizado, exclusive os dispêndios com aquisição de bens destinados a arrendamento mercantil, e benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais.

O Nordeste obteve o segundo maior orçamento regional das estatais, da ordem de R\$ 17,4 bilhões, ou 18,4% do orçamento geral, ficando atrás somente do Sudeste, contemplado com R\$

29,6 bilhões ou 31,1% do orçamento global. Registrem-se, ainda, os expressivos investimentos a serem realizados no exterior, da ordem de R\$ 16 bilhões, majoritariamente oriundos da Petrobras, seja mediante compras de equipamentos e ainda via processo de internacionalização da empresa (Tabela 1).

Até agosto de 2010, foram realizados investimentos no montante de R\$ 51,8 bilhões, correspondente a 54,6% da dotação anual. Esse ritmo de execução pode ser visto como moderado, se considerado como parâmetro uma realização uniforme para cada mês do exercício e o fato de que em exatos dois terços do período foi investido pouco mais da metade do valor orçado. Nesses oito meses, a região Sul chegou a investir quase a totalidade do

Tabela 1 – Orçamento de Investimento das Estatais por Região – R\$ Milhões

Regiões	Dotação Atual - 2010	Participação % ²	Janeiro - Agosto 2010	Participação % ²	% de Realização
Nacional ¹	24.668	26,0	11.642	22,5	47,2
Exterior	16.011	16,9	7.797	15,1	48,7
Região Norte	3.019	3,2	852	1,6	28,2
Região Nordeste	17.427	18,4	7.209	13,9	41,4
Região Sudeste	29.558	31,1	20.604	39,8	69,7
Região Sul	3.572	3,8	3.522	6,8	98,6
Região Centro-Oeste	655	0,7	174	0,3	26,6
Total	94.910	100	51.800	100	54,6

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1. Investimentos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembradas.
2. Participação com relação ao total da dotação ou da realização de janeiro - agosto de 2010.

previsto para todo o ano (98,6%), seguida pelo Sudeste (69,7%) e pelo Nordeste (41,4%). O Norte (28,2%) e o Centro-Oeste (26,6%), considerados individualmente, investiram menos de 1/3 do montante previsto para todo o ano. É importante ressaltar que significativos investimentos previstos para Centro-Oeste, Nordeste e Norte se destinam a projetos de implantação, implicando maior tempo de execução.

Com relação aos investimentos das estatais federais direcionados para o Nordeste, observa-se que 67,9% se destinam à atividade 'oferta e refino de petróleo e gás' (67,9%), ficando na segunda posição energia elétrica (13,6%), seguida de indústria petroquímica (8,2%) e das três atividades do grupo transportes (6,7%), conforme discriminado na Tabela 2.

Numa comparação dos cronogramas de implantação das principais atividades contempladas com investimento das estatais federais no Nordeste, verifica-se que nos oito primeiros meses de 2010, a atividade transportes especiais – gás foi a que assinalou o maior índice de realização, correspondente a 66,8% de sua dotação anual, compatível com o intervalo decorrido, porém bem superior ao índice médio regional (41,4%). Na segunda posição vem a indústria petroquímica, que realizou 51,6% de sua dotação anual, seguida da oferta

e refino de petróleo e gás, que realizou 42,7%, ambas também com desempenho acima do índice regional.

O investimento na indústria petroquímica, de R\$ 1,4 bilhão, se destina integralmente a Pernambuco, mais precisamente para implantação da Unidade de Ácido Tereftálico (PTA), em Ipojuca, no valor de R\$ 607 milhões, dos quais já foram realizados R\$ 549 milhões (90%), e do Complexo de Poliéster e Resina PET, também em Ipojuca, no valor de R\$ 825 milhões, dos quais foram realizados R\$ 191 milhões (23%).

Dos investimentos voltados para energia elétrica no Nordeste, no valor total de R\$ 1,4 bilhão, aproximadamente R\$ 142 milhões se destinam à irrigação de lotes na área de reassentamento na usina de Itapiraca, na Bahia. O programa Luz para Todos foi contemplado com o maior volume de recursos, ou seja, R\$ 785 milhões.

Do investimento previsto para a atividade oferta e refino de petróleo e gás, 79,1% se destinam às refinarias da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O maior orçamento por empreendimento contempla a Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com dotação anual de R\$ 6,1 bilhões, dos quais foram realizados 29,1% até agosto. A refinaria do Maranhão foi contemplada com uma dotação

Tabela 2 – Investimento das Estatais na Região Nordeste nas Principais Atividades – R\$ Milhões

Principais Atividades	Dotação 2010	Participação %	Janeiro - agosto 2010	% Realização
Indústria petroquímica	1.432	8,2	739	51,6
Energia elétrica ¹	2.374	13,6	684	28,8
Oferta e refino de petrol. e gás	11.830	67,9	5.056	42,7
Transportes especiais - gás	765	4,4	511	66,8
Transporte aéreo	151	0,9	35	23,2
Transporte Hidroviário	242	1,4	49	20,2
Subtotal	16.794	96,4	7.074	42,1
Região Nordeste	17.427	100	7.210	41,4

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. 1. Inclui irrigação e investimento em infraestrutura de apoio.

Tabela 3 – Investimento das Estatais na Região Nordeste por Estado – R\$ Milhões

Estados	Dotação 2010	Participação %	Janeiro - agosto 2010	% Realização
Nordeste ¹	4.170	23,9	2.743	65,8
Alagoas	290	1,7	67	23,1
Bahia	2.129	12,2	1323	62,1
Ceará	590	3,4	39	6,6
Maranhão	925	5,3	120	13,0
Paraíba	6	0,0	0,3	5,0
Pernambuco	7.911	45,4	2.563	32,4
Piauí	862	4,9	159	18,4
Rio Grande do Norte	507	2,9	188	37,1
Sergipe	37	0,2	8	21,6
Total	17.427	100	7.210	41,4

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. 1. Investimentos cuja localização transcende os limites de um mais estados e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembradas

anual de R\$ 823 milhões, sendo realizados apenas 8,7% até agosto. Para a refinaria do Ceará,

foram destinados R\$ 343 milhões, sendo realizados apenas 6,6% até agosto.

6.2 – Aplicação de Recursos das Agências Financeiras Públicas de Fomento no Nordeste

As aplicações previstas pelas agências financeiras oficiais de fomento foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO de 2010)². A Tabela 4 apresenta os dados referentes às operações contratadas no período de janeiro a agosto de 2010 no Brasil e por região. As agências públicas de fomento são responsáveis pela quase totalidade do financiamento de longo prazo no País, enquanto o setor privado atua predominantemente com financiamentos de curto prazo. De acordo com a citada tabela, no final de 2009 as operações de crédito (empréstimos e financiamentos) contratadas pelas agências pú-

blicas de fomento totalizavam saldo de R\$ 765,1 bilhões, evoluindo para R\$ 904,1 bilhões em agosto de 2010.

No final de 2009, a Nordeste detinha 15,8% do saldo das aplicações do País, ficando atrás do Sudeste (51,7%) e do Sul, aquinhado com 16,8%. Em agosto de 2010, a região continuava na terceira posição, diminuindo, porém, a sua participação para 14,2% do crédito do País ante 54,2% do Sudeste.

No período de janeiro a agosto 2010, o Nordeste realizou apenas 52,6% das aplicações previstas para todo o ano, ficando abaixo da média nacional e à frente apenas da região Centro-Oes-

2 Os valores de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações.

Tabela 4 – Aplicações em Operações de Crédito por Região – R\$ Milhões

Regiões	Saldo em 31.12.2009	Empréstimos e Financiamentos - janeiro a agosto 2010					
		Concedidos(a)	Recebidos(b)	Saldo em 31.08.2010	(b)/(a) - %	Pr (%)	Pmr (dias)
Norte	44.480,6	20.874,8	14.881,8	50.473,6	71,3	65,6	546
Nordeste	120.756,9	55.145,8	47.766,5	128.136,2	86,6	52,6	542
Sudeste	395.184,1	220.723,3	126.235,9	489.671,5	57,2	63,5	481
Sul	128.471,5	76.131,4	51.194,7	153.408,2	67,2	57,1	444
Centro-Oeste	76.164,9	37.844,7	31.587,4	82.422,2	83,5	38,8	503
Brasil	765.058,0	410.720,0	271.666,3	904.111,7	66,1	57,4	488

Fonte: (BRASIL, 2010).. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Pr = Percentual de realização com relação ao programado para 2010. Pmr = Estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

te. Por outro lado, registrou no período a maior relação entre recebimentos e concessões das operações de crédito, correspondente a 86,6%.

O indicador Prazo Médio de Recebimento (PMR)³ estima o número de dias em que o saldo dos empréstimos e financiamentos será recuperado. Espera-se que o PMR das agências oficiais de fomento seja maior que o da banca privada, que concentra seus recursos em empréstimos e financiamentos de curto prazo. Estima-se em 542 dias o tempo necessário para recuperação do saldo médio total de empréstimos e financiamentos da região Nordeste. Trata-se do segundo maior prazo,

e isso se explica pelo fato de que nos recursos financiados na região predomina o longo prazo.

As aplicações de recursos pelas agências públicas de fomento, para a região Nordeste, estão consolidadas na Tabela 5. Os dados indicam que no final de 2009 os saldos estaduais de empréstimos e financiamentos somavam R\$ 120,8 bilhões, saltando para R\$ 128,1 bilhões em agosto de 2010. Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, nessa ordem, são, tradicionalmente, os quatro estados com maiores saldos de aplicações de recursos, concentrando, juntos, em agosto de 2010, 77,4% do total regional. Piauí, Bahia, Alagoas e

Tabela 5 – Aplicações em Operações de Crédito na Região Nordeste por Estado – R\$ Milhões

Estado	Saldo em 31.12.2009	Empréstimos e Financiamentos - janeiro a agosto 2010					
		Concedidos(a)	Recebidos(b)	Saldo em 31.08.2010	(b)/(a) - %	Pr (%)	Pmr (dias)
Alagoas	4.695,4	2.690,0	2.645,6	4.739,8	98,3	58,8	421
Bahia	36.985,0	15.584,3	14.379,8	38.189,5	92,3	60,5	579
Ceará	18.605,9	9.344,6	7.035,3	20.915,2	75,3	57,7	508
Maranhão	11.332,7	4.707,9	4.293,6	11.747,0	91,2	28,1	588
Paraíba	5.734,5	3.418,4	3.033,8	6.119,1	88,7	47,7	416
Pernambuco	27.481,8	9.269,1	8.385,2	28.365,7	90,5	52,4	723
Piauí	5.614,5	3.520,4	2.688,5	6.446,4	76,4	67,3	411
Rio Grande do Norte	6.313,1	4.205,4	3.694,6	6.823,9	87,9	57,6	375
Sergipe	3.993,9	2.405,7	1.620,0	4.779,6	67,3	58,1	438
Nordeste	120.756,8	55.145,8	47.776,4	128.126,2	86,6	52,6	542

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Pr = Percentual de realização com relação ao programado para 2010. Pmr = Estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

3 Representa um indicador semelhante ao Prazo Médio de Recebimento de Contas das empresas privadas. No caso de instituições públicas, as receitas a prazo são substituídas pelos empréstimos e financiamentos concedidos. É sabido que, na prática, esse indicador é maior do que o apresentado, haja vista que uma parte do que foi concedido já foi pago no período, principalmente em forma de encargos financeiros.

Tabela 6 – Aplicações em Operações de Crédito na Região Nordeste por Agência

R\$ Milhões

Agência Oficial de Fomento	Saldo em 31.12.2009	Empréstimos e Financiamentos - janeiro a agosto 2010					
		Concedidos(a)	Recebidos(b)	Saldo em 31.08.2010	(b)/(a) - %	Pr (%)	Pmr (dias)
FINEP	108	109	25	192	22,9	68,1	330
BPB	9	0,6	4	6	666,7	2,3	2920
Banco do Brasil	28.446	22.753	27.872	23.327	122,5	43,5	273
CEF	16.845	14.342	10.073	21.114	70,2	66,9	318
BNDES	34.021	7.852	4.516	37.357	57,5	44,4	1091
FINAME	5.215	3.542	1.439	7.318	40,6	118,9	425
BASA	319	212	217	314	102,4	139,5	358
BNB	35.793	6.335	3.620	38.508	57,1	63,0	1407
Nordeste	120.756	55.146	47.766	128.136	86,6	52,6	542

Fonte: (BRASIL, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Pr = Percentual de realização com relação ao programado para 2010. Pmr = Estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido. FINEP: Financiadora de Estudos e Pesquisas; BPB: BB Banco Popular do Brasil S.A.; BESCREDI: BESC Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento; CEF: Caixa Econômica Federal; FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial.

Sergipe, nessa ordem, são os quatro estados com maiores índices de realização das aplicações.

A Tabela 6 apresenta as aplicações em operações de crédito das agências oficiais de fomento no Nordeste, por instituição. Os principais agentes financiadores da região têm sido o Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Do saldo dos empréstimos e financiamentos em agosto de 2010, o BNB detinha 30,1%, o BNDES 29,2%, o Banco do Brasil 18,1% e a Caixa Econômica Federal 16,7%. Registre-se ainda que o saldo de apli-

cações da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) em agosto de 2010 já ultrapassou em 40% o saldo de dezembro de 2009. Os altos PMRs do BNB e do BNDES atestam que as agências públicas de fomento concentram os empréstimos e financiamentos de longo prazo.

É importante registrar que o Banco Popular do Brasil (BPB) foi incorporado pelo Banco do Brasil em 2008, e atua no setor informal urbano. O programa Crediamigo, cujos saldos estão incluídos nas operações pertencentes ao Banco do Nordeste, continua liderando o segmento de microfinanças no Nordeste.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://planejamento.gov.br>>. Acesso em: 15 de out. 2010.

7 - Intermediação Financeira

7.1 - Panorama Geral

O recém-firmado Acordo de Basileia III definiu um conjunto de regras de proteção dos bancos contra a crise. Em síntese, foi determinado aos bancos a criação de colchões protetores, nova definição para capital e novos limites de alavancagem; e os grandes bancos deverão ser mais austeros na concessão de novos créditos.

Nas definições sobre capital, o conceito passou a ser mais rigoroso, restringindo-se tão-somente às ações e lucros retidos. Outros produtos financeiros, que antes podiam ser considerados componentes do capital, pelo menos até certo ponto, não podem mais ser classificados como tal. Os chamados “instrumentos híbridos” têm limitações para serem considerados capitais. Esse conceito é importante porque vai definir novos limites para a alavancagem, ou quanto pode ser emprestado. Há questões que sempre foram tratadas por regras nacionais, e agora serão objeto de acordos internacionais, como as exigências de liquidez. Assim, as instituições financeiras deverão calcular uma janela de um mês de liquidez, necessária em um cenário de estresse, para criar sua proteção.

Por outro lado, os bancos deverão constituir dois colchões de recursos de capital, um de con-

servação e outro anticíclico, para serem acionados em momentos de crise. Segundo o Acordo de Basileia III, os bancos serão forçados a reservar uma parte do capital para formar seus colchões, nos momentos de expansão de suas atividades, para serem usados nas épocas de crise. Na prática, isso corresponde a um sistema de dupla proteção para a banca.

O requerimento de capital de alta qualidade, que era de 2% de todos os ativos no acordo anterior (Basileia II), passa agora para 4,5%. Há diferenciações no mercado de crédito brasileiro, mas a impressão geral é que o cumprimento dessa regra será mais fácil internamente do que em outros países. Ademais, a nova regra será menos tolerante com o excesso de criatividade contábil. Pelo acordo, os bancos maiores deverão cumprir exigências ainda mais rigorosas, de modo a evitar que a regulação leve a mais concentração bancária.

Haverá períodos de transição para a execução. Assim, as novas regras entrarão em vigor a partir de 2011, estendendo-se sua completa adoção até o final de 2018. Entretanto, o mercado financeiro costuma antecipar as novas regulamentações, quando sua execução se torna inexorável.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹ atingiu R\$ 1,5 trilhão, no final de agosto, expansão de 2,2% sobre o mês anterior e de 19,2%, no período de 12 meses, de acordo com informações fornecidas pelo Bacen (2010a). Com isso, a participação do crédito no Produto Interno Bruto (PIB) elevou-se de 43,3% para 46,2%, entre agosto de 2009 e agosto último. A expectativa é que até o final do ano esse índice alcance 50% do PIB. Mesmo assim, essa marca ainda é conservadora, comparativamente aos países centrais, onde o volume de crédito excede o valor da riqueza nacional.

A evolução positiva das operações de crédito está associada ao dinamismo da atividade econômica e à expansão do emprego e da renda, elementos que continuam impulsionando projetos de investimento e gastos de consumo.

O saldo das operações de crédito dos bancos públicos experimentou crescimento de 24,6% no período analisado, decorrente do crescimento da demanda por financiamentos habitacionais e investimentos. Como consequência disso, sua participação no total do crédito subiu de 40,4% para 42,2% no intervalo agosto/09-agosto/10. Por sua vez, o saldo das operações de crédito da banca privada (formada por instituições nacionais e estrangeiras) cresceu 15,6%, demonstran-

do maior cautela e conservadorismo na concessão de crédito.

O estoque de crédito financiado com recursos livres, que responde por cerca de dois terços do total dos empréstimos, avançou 14,5%. Por outro lado, os empréstimos com recursos direcionados (lastreados por recursos compulsórios ou governamentais) exibiram incremento duas vezes maior (29,6%), impulsionados que foram pelo aumento de 32,3% nas operações feitas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Vale destacar, ainda, que o setor privado continua absorvendo a quase totalidade dos recursos (95,8%), tendo registrado crescimento de 19,3% no período de 12 meses findo em agosto último. No citado grupo, a maior expansão ficou por conta dos empréstimos habitacionais (51%), fortemente influenciada pelo desempenho do programa Minha Casa, Minha Vida, seguido pelas operações destinadas ao comércio (25,5%).

Ademais, a expansão do crédito foi também acompanhada pela elevação da qualidade e por uma melhoria das condições dos empréstimos. Dessa forma, o índice de inadimplência (proporção entre o valor das operações vencidas há mais de 90 dias e o total do crédito), que era 4,4%, em agosto do ano passado, caiu para 3,6% em agos-

1 O Sistema Financeiro Nacional (SFN) aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento) e pelo segmento que reúne bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Em julho de 2010, as operações de crédito do Sistema Bancário representavam 84,7% do total do SFN.

Tabela 1 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos – Agosto de 2009 e 2010

R\$ Milhões Correntes

Usos e Fontes dos Recursos	Agosto	Agosto	Varição	Participação	Ope/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2009	2010	Nominal	Ago020/10, %	ago/2009	ago/2010
1. Usos dos Recursos	1.327.273	1.582.664	19,2	100,0	43,3	46,2
1.1.Setor Público	55.628	66.151	18,9	4,2	1,8	1,9
Governo Federal	34.431	36.318	5,5	2,3	1,1	1,1
Governo Estadual e Municipal	21.197	29.833	40,7	1,9	0,7	0,9
1.2.Setor Privado	1.271.645	1.516.513	19,3	95,8	41,5	44,3
Indústria	296.049	339.944	14,8	21,5	9,7	9,9
Habituação	79.850	120.600	51,0	7,6	2,6	3,5
Rural	108.626	117.347	8,0	7,4	3,5	3,4
Comércio	124.696	156.462	25,5	9,9	4,1	4,6
Pessoas Físicas	437.502	510.948	16,8	32,3	14,3	14,9
Outros Serviços	224.922	271.212	20,6	17,1	7,3	7,9
2. Fontes dos Recursos	1.327.273	1.582.664	19,2	100,0	43,3	46,2
2.1. Livres	909.847	1.041.482	14,5	65,8	29,7	30,4
2.2.Direcionados ⁽²⁾	417.426	541.182	29,6	34,2	13,6	15,8
BNDES	252.924	334.651	32,3	21,1	8,3	9,8
Outros	164.502	206.531	25,5	13,0	5,4	6,0
3.Controle de Capital	1.327.273	1.582.664	19,2	100,0	43,3	46,2
3.1. Instituições Privadas	791.055	914.780	15,6	57,8	25,8	26,7
3.2. Instituições Públicas	536.218	667.884	24,6	42,2	17,5	19,5

Fonte: Banco Central do Brasil, 2010a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Estimativa do Bacen para o PIB dos últimos 12 meses – valores correntes.

⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

to último. No período em referência, melhorou também a taxa de juros nas operações referenciais. A taxa média caiu de 35,4% a.a. para 35,2% a.a., o *spread* (diferença entre a taxa de juros dos

empréstimos e a de captação de recursos) baixou de 26,3% a.a. para 24,3% a.a. e o prazo médio dos empréstimos aumentou de 367 para 457 dias.

7.3 – Saldo das Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Bancário Nordestino

De acordo com informações fornecidas pelo Bacen (2010b), no final de julho, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino atingiu R\$ 165,1 bilhões², com crescimento

de 1,8% em relação a junho e de 26,9% comparativamente a julho de 2009. Mais uma vez, o estoque das operações de crédito realizadas no Nordeste, no intervalo de 12 meses, cresceu pro-

2 Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

porcionalmente mais do que nas demais regiões brasileiras. Com efeito, enquanto o Nordeste cresceu 26,9%, nas regiões Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul o incremento foi de 13,2%, 22,9%, 19,4% e 17,3%, respectivamente.

Tomando-se a expansão do crédito como *proxy* do nível da atividade econômica, é admissível afirmar que a economia nordestina apresentou, se não o melhor, pelo menos um destacado desempenho em comparação com as outras regiões. Corroborando essa assertiva, estudo recém-divulgado pelo BNB (2010c) dá conta de que nos primeiros sete meses do corrente ano a economia do Nordeste exibiu desempenho ligeiramente superior ao da economia brasileira, haja vista a predominância de indicadores regionais com variações superiores à média nacional.

De outra parte, devido à significativa expansão dos empréstimos bancários, a participação do estoque das operações de crédito em relação ao PIB do Nordeste, que em julho de 2009 era de 32,7%, evoluiu para 36,4% em julho do corrente ano, segundo estimativas do BNB/Etene. Entretanto, esse índice regional ainda está quase dez pontos percentuais abaixo da relação verificada em âmbito nacional. A partir de uma leitura por outro ângulo de abordagem, verificou-se que a participação do Nordeste, em relação ao País, era proporcionalmente menor nas operações de crédito (11,9%) do que na soma das riquezas (13,3%). Nas regiões Sudeste e Sul, foi constatada situação inversa, ou seja, maior participação das operações de crédito do que do PIB, sugerindo para essas últimas um maior grau de especialização

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro¹ e Qualidade do Crédito – Posições em Final de Julho de 2009 e 2010

Estados/Regiões	Saldo Operações R\$ milhões		Varia. Nomin. (b) / (a) em %	Partic. % jul/2010	Índice de Inadimplência ² - Jul/2010 (%)		
	Julho de 2009 (a)	Julho de 2010 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	9.520	13.246	39,1	8,0	5,6	4,5	5,2
Piauí	4.816	6.741	40,0	4,1	5,3	3,4	4,4
Ceará	17.768	24.184	36,1	14,7	5,1	2,4	3,5
Rio Grande do Norte	7.835	10.209	30,3	6,2	4,8	2,4	3,7
Paraíba	7.117	9.186	29,1	5,6	5,0	4,4	4,8
Pernambuco	31.904	39.909	25,1	24,2	5,7	1,4	2,7
Alagoas	6.798	8.453	24,3	5,1	5,3	2,7	4,0
Sergipe	5.116	6.833	33,6	4,1	3,9	2,6	3,3
Bahia	39.185	46.313	18,2	28,1	7,0	2,1	4,2
NORDESTE	130.059	165.074	26,9	11,9	5,7	2,3	3,8
NORTE	41.223	50.652	22,9	3,7	5,6	3,2	4,4
CENTRO-OESTE	110.854	125.511	13,2	9,1	4,6	2,6	3,8
SUDESTE	663.954	792.852	19,4	57,2	4,4	1,9	2,8
SUL	214.188	251.233	17,3	18,1	3,6	2,2	2,8
TOTAL REGIÕES³	1.160.278	1.385.322	19,4	100,0	4,5	2,1	3,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010b). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de julho/2010, a 87,5% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

da intermediação financeira, comparativamente à situação observada no Nordeste (ALVES, 2010).

No final de julho, um pouco mais da metade do saldo das operações de crédito do Nordeste se direcionava para as empresas (55,1%), sendo a parcela restante (44,9%) absorvida pelas pessoas físicas, distribuição que, aliás, persiste há mais de um ano. O Sudeste foi a região que apresentou a maior proporção dos empréstimos tomados por pessoas jurídicas (64,9%), enquanto o Centro-Oeste registrou a maior proporção destinada a pessoas físicas (56,5%).

No âmbito do Nordeste, o Piauí foi o estado onde o crédito cresceu mais no período de 12 meses findo em julho, totalizando 40%, seguido por Maranhão (39,1%), Ceará (36,1%) e Sergipe (33,6%). A Bahia ficou com o menor crescimento (18,2%). Na análise dos créditos por tipo de tomador, verifica-se uma preponderância dos créditos destinados às pessoas jurídicas em Pernambuco (67,6%), no Ceará (58,5%) e na Bahia (56,4%). Enquanto isso, o crédito para pessoas

físicas predominou na Paraíba (62,4%), no Maranhão (58,8%) e no Rio Grande do Norte (56,9%). Essa distribuição sugere que no primeiro grupo o crédito foi mais direcionado para a produção, enquanto no segundo o crédito priorizou o consumo.

Vale mencionar, ainda, que a expansão do volume de crédito do Nordeste se deve ao aumento do nível da atividade econômica e à incorporação de novos tomadores e de riscos menores. Ademais, houve também um avanço qualitativo do crédito. Em julho do ano passado, o índice de inadimplência havia alcançado 4,4%, caindo para 3,8% em julho último. Consideradas separadamente, as duas categorias de tomador também experimentaram significativos avanços no citado intervalo. Com efeito, no caso do crédito para pessoas físicas o índice caiu de 6,8% para 5,7%, enquanto no caso de pessoas jurídicas declinou de 2,6%, para 2,3%.

No final de julho, o Maranhão registrou a maior taxa de inadimplência (5,2%) entre os estados nordestinos, assinalando 5,2%, enquanto Pernambuco apresentou a menor (2,7%).

7.3.1 - Desembolsos Realizados pelo BNDES

No período de janeiro a julho, os desembolsos realizados pelo BNDES no Nordeste atingiram R\$ 8 bilhões, queda de 43,2% sobre igual período de 2009. Essa desaceleração deveu-se exclusivamente à diminuição nos desembolsos para empreendimentos de Pernambuco (-85%), ficando bem aquém do valor recorde liberado em julho do ano passado (quase todo destinado à refinaria de Suape), o qual correspondeu a 71,1% do total regional dos sete primeiros meses de 2009. Dito de outra forma, essa redução resume-se basicamente a uma questão aritmética determinada por uma base de comparação muito expressiva em 2009, incluindo um desembolso atípico em julho.

Para os demais estados, foram registrados expressivos aumentos proporcionais nos desembolsos, destacando-se Rio Grande do Norte (478,2%), o Ceará (353,3%), Alagoas (353%) e Paraíba (115,4%).

Em âmbito nacional, os desembolsos do BNDES recuaram 1,9%, no período analisado. Além da redução observada no Nordeste, também apresentaram resultados negativos o Norte (-11,2%), o Centro-Oeste (-8,6%) e o Sudeste (-1,5%). Apenas a região Sul teve aumento nos desembolsos (67,6%). Vale lembrar, no entanto, que os bancos públicos desempenharam relevante papel na es-

Tabela 3 – BNDES – Desembolsos Efetuados nos Estados do Nordeste e nas Regiões Brasileiras – Janeiro a Julho de 2010

Estado/Região	Valor (Em R\$ milhões)	Varição (%) em Relação a Igual Período de 2009	Participação (%) no Total Nacional
Maranhão	608	15,9	0,8
Piauí	469	16,6	0,6
Ceará	1.822	353,3	2,5
Rio Grande do Norte	436	478,2	0,6
Paraíba	183	115,4	0,3
Pernambuco	1.633	(85,0)	2,2
Alagoas	251	353,0	0,3
Sergipe	344	51,1	0,5
Bahia	2.212	64,1	3,0
NORDESTE	7.958	(43,2)	11,0
NORTE	4.486	(11,2)	6,2
CENTRO-OESTE	5.797	(8,6)	8,0
SUDESTE	38.692	(1,5)	53,2
SUL	15.723	67,6	21,6
BRASIL	72.656	(1,9)	100,0

Fonte: (BNDES, 2010). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tratégia governamental de combate aos efeitos da crise financeira internacional, notadamente para compensar a escassez de crédito no sistema bancário. Essa ação foi especialmente ousada no ano passado, elevando a base de comparação para análise dos resultados em 2010, o que explica, em parte, a queda comentada.

Nos primeiros sete meses do corrente ano, as liberações do BNDES destinadas ao Nordeste corresponderam a 11% do total nacional, ficando um pouco abaixo da meta de 13%, equivalente à participação média da região no PIB brasileiro

entre 1985 e 2007. O Sudeste absorveu a maior parcela dos desembolsos (53,2%), seguido pelo Sul (21,6%).

Os desembolsos no Nordeste se concentraram nas operações indiretas (60%) ou em repasses realizados por instituições financeiras credenciadas, caracterizando um desempenho influenciado pela retomada do crescimento da economia e expansão das operações Finame³. A parcela restante (40%) foi desembolsada diretamente pelo próprio.

3 Agência Especial de Financiamento Industrial, órgão subsidiário ao BNDES, criado em setembro de 1964, para financiamento de aquisição e arrendamento (*leasing*) de máquinas e equipamentos novos de fabricação nacional, via instituições financeiras credenciadas.

7.4 - Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No final de julho, os depósitos captados pelo sistema bancário nordestino⁴ alcançaram saldo de R\$ 124 bilhões, registrando uma expansão na margem de 0,9%, em relação a junho, e um crescimento de 12,2%, frente a igual mês de 2009, um pouco abaixo do incremento verificado em escala nacional (16,6%), de acordo com informações divulgadas pelo Banco Central (2010e).

O crescimento dos depósitos no Nordeste foi liderado pelos bancos públicos, que responderam por cerca de dois terços da captação total, com

expansão de 15,3% no período analisado. Nesse grupo, o Banco do Nordeste (BNB) continua liderando o aumento nos depósitos (68,3%), seguido pelo Banco do Brasil (13,1%) e pela Caixa Econômica Federal (12,7%). Entre os bancos privados, responsáveis por um terço dos depósitos, as captações cresceram 7%, ou seja, menos da metade do índice registrado pelos bancos oficiais.

O maior crescimento na captação de depósitos bancários se deu no Ceará (22,7%), seguido pela Paraíba (19%), Alagoas (16,7%) e Maranhão

Tabela 4 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a) – Julho de 2009 e 2010

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bancos Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Julho de 2009	35.884	26.659	3.674	4.317	2.054	68.914	41.671	110.585
Julho de 2010	40.599	30.054	6.185	6.787	2.022	79.462	44.586	124.048
Varição nominal, em %	13,1	12,7	68,3	57,2	-1,6	15,3	7,0	12,2
Participação Jul/2010, em %	32,7	24,2	5,0	5,5	1,6	64,1	35,9	100,0
Operações de Crédito								
Julho de 2009	24.526	16.156	5.164	6.814	892	48.388	24.892	73.280
Julho de 2010	29.431	22.959	6.689	8.269	1.167	61.826	31.834	93.660
Varição nominal, em %	20,0	42,1	29,5	21,4	30,8	27,8	27,9	27,8
Participação Jul/2010, em %	31,4	24,5	7,1	8,8	1,2	66,0	34,0	100,0

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

4 O sistema bancário nordestino aqui considerado compreende os bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal, representando um subconjunto do sistema financeiro nordestino, comentado no tópico anterior.

(16%). Os menores incrementos ocorreram em Sergipe (6,8%) e na Bahia (4%). Em termos de participação, Pernambuco ficou com a maior parcela dos depósitos regionais (25,2%), seguido de perto pela Bahia (25,1%) e pelo Ceará (21,4%).

Por sua vez, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino⁵ alcançou, em julho, o montante de R\$ 93,7 bilhões, assinalando expansão de 1,7% ante o mês anterior e de 27,8% comparativamente a julho de 2009, sendo o incremento anual bem superior, em termos proporcionais, ao verificado em âmbito nacional (18,7%).

No Nordeste, os empréstimos concedidos pelos bancos privados em julho de 2010 avançaram 27,9% frente ao saldo de julho de 2009, pratica-

mente o mesmo desempenho dos bancos oficiais (27,8%). Nesse último grupo, a Caixa assinalou o maior crescimento proporcional (42,1%), seguida do Banco do Nordeste (29,5%) e do Banco do Brasil (20%).

Na análise da evolução dos saldos estaduais das operações de crédito em julho de 2010, em relação a igual mês de 2009, observa-se que Pernambuco teve o maior desempenho, com expansão de 36,7%, seguido por Rio Grande do Norte (35,9%), Piauí (32%) e Sergipe (28,4%). No tocante à distribuição dos recursos por estado em julho deste ano, verifica-se que a Bahia absorveu a maior parcela (30,1%), seguida por Pernambuco (24%), Ceará (13,6%) e Maranhão (6,8%).

Tabela 5 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição em Final de Julho de 2010

Em (%)

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Jul-2010/Jul-2009	Participação Est/NE, Jul/2010	Variação Jul-2010/Jul-2009	Participação Est/NE, Jul/2010
Maranhão	16,0	5,8	27,6	6,8
Piauí	14,8	3,3	32,0	4,5
Ceará	22,7	21,4	25,0	13,6
Rio Grande do Norte	11,4	5,0	35,9	6,1
Paraíba	19,0	5,3	28,3	5,9
Pernambuco	10,8	25,2	36,7	24,0
Alagoas	16,7	4,0	28,0	4,5
Sergipe	6,8	4,9	28,4	4,5
Bahia	4,0	25,1	20,6	30,1
NORDESTE ¹	12,2	100,0	27,8	100,0
BRASIL	16,6	...	18,7	...

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010e). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ No Nordeste, no final de julho de 2010, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 124,0 bilhões e as operações de crédito R\$ 93,7 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

⁵ Na referida posição, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino representava 56,7% do total do sistema financeiro regional, enquanto em nível nacional essa proporção era de 84,7%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito do Nordeste e que, por definição, não estão agrupadas no sistema bancário nordestino, mas figuram no sistema financeiro regional.

7.5 - BNB - Taxas de Juros e Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito

O BNB continua praticando taxas de juros competitivas em relação à média observada no mercado de crédito nacional.

De acordo com pesquisa do Bacen (2010e), no período de 24 a 30 de setembro de 2010, o BNB se destacou especialmente nas operações realizadas junto às empresas. Com efeito, a taxa de juros aplicada nas operações de capital de giro do BNB foi a quinta mais baixa do mercado nacional de crédito, enquanto a taxa para desconto de duplicata ocupou a 13ª posição dentre as menores, o mesmo acontecendo com a taxa empregada nas operações de conta garantida. Nas operações com pessoas físicas, a taxa do cheque especial também ocupou a 13ª colocação, enquanto a do crédito pessoal ficou em 38º lugar.

Com base em pesquisa sistemática, o Bacen tem divulgado que, há mais de um ano, a média das taxas de juros cobradas pelos bancos públicos tem-se situado abaixo da média cobrada pelos bancos privados. Essa postura tem proporcionado maior competição no mercado de crédito, contribuindo, assim, para o rebaixamento das taxas de juros.

No final de agosto, o volume de depósitos captados pelo BNB no Nordeste atingiu R\$ 6,2 bilhões, exibindo um crescimento de 63% frente a agosto de 2009. O Ceará liderou a expansão proporcional da captação de depósitos, com 96,2% de incremento sobre agosto de 2009, seguido por Pernambuco (74,1%), Piauí (50%) e Rio Grande do Norte (45,6%). Enquanto isso, em Alagoas o recuo foi de 6,4% nesse segmento.

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Período de 24 a 30 de setembro de 2010

Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Coeficiente Variação ¹ em %	Posição do BNB	No. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado			
Pessoa Física							
Cheque especial	6,45	6,43	1,97	9,69	37,8	13º	33
Crédito pessoal	2,31	4,67	1,00	24,45	93,0	38º	99
Pessoa Jurídica							
Desconto de duplicata	2,22	2,69	1,05	4,88	28,9	13º	49
Capital de giro prefixado	1,15	2,18	0,93	6,47	39,8	5º	76
Conta garantida	2,47	3,72	1,45	8,53	49,8	13º	43

Fonte: (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010f). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Dado pela relação desvio padrão/média e indica o índice de variabilidade das taxas em relação à média.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

No tocante à distribuição dos depósitos do BNB por estado, observa-se que em agosto de 2010 o Ceará também ocupou a primeira posição, concentrando 57,8% do total captado no Nordeste, vindo em seguida a Bahia (12,6%), Pernambuco (10,9%) e Rio Grande do Norte (4,3%).

Por sua vez, as operações de crédito do BNB atingiram saldo de R\$ 7,1 bilhões em agosto de 2010, incremento de 26,4% sobre igual mês do ano passado.

A análise da evolução das operações de crédito do BNB por estado mostra que em agosto de 2010 a Paraíba cresceu 88,1% em relação a julho de 2009, liderando o crescimento proporcional, seguida por Maranhão (56%), Pernambuco (49,7%) e Piauí (44,3%). No Ceará, contudo, registrou-se queda de 4,3% nas operações de crédito. No que tange à distribuição dos créditos concedidos pelo BNB por estado, verifica-se que em agosto de 2010 a Bahia absorveu a maior

parcela (30,8%), o Ceará (14,5%), o Maranhão (10,3%) e Pernambuco (10,1%).

Vale informar que os desembolsos efetuados pelo BNB no Nordeste, no período de janeiro a agosto de 2010, incluindo as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, o FNE, atingiram o montante de R\$ 11,4 bilhões, significando um crescimento de 12,9% em relação a igual período do ano anterior. Desse total, as operações desembolsadas com recursos do BNB corresponderam a 54,8%, cabendo ao FNE a parcela restante (45,2%).

Para efeito de comparação, vale registrar que no período de janeiro a julho do corrente ano os desembolsos realizados pelo BNDES no Nordeste totalizaram quase R\$ 8 bilhões, conforme já informado em passagem anterior, e que, no mesmo período, o BNB desembolsou R\$ 9,7 bilhões, o que revela a grande importância dessas duas

Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Agosto de 2010

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Ago-2010/Ago-2009	Participação Est/NE, Ago/2010	Variação Ago-2010/Ago-2009	Participação Est/NE, Ago/2010
Maranhão	0,2	4,2	56,0	10,3
Piauí	50,0	2,3	44,3	9,3
Ceará	96,2	57,8	-4,3	14,5
Rio Grande do Norte	45,6	4,3	29,4	6,4
Paraíba	20,9	3,0	88,1	7,7
Pernambuco	74,1	10,9	49,7	10,1
Alagoas	-6,4	1,4	-29,5	5,6
Sergipe	25,1	3,5	24,9	5,3
Bahia	23,8	12,6	34,4	30,8
NORDESTE (a)	63,0	100,0	26,4	100,0

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(a) No final de agosto/2010, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 6,2 bilhões e as operações de crédito atingiram R\$ 7,1 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 4, cuja posição é final de julho, enquanto a da Tabela 7 é final de agosto. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 7,1 bilhões, e as operações de crédito R\$ 9,4 bilhões.

Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO, PRONAF e FNE – Acumulado no Período Janeiro-Agosto de 2010

Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF		FNE	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	31,5	12,7	74,8	14,6	-9,5	10,0
Piauí	41,5	11,9	26,5	8,9	143,6	11,5
Ceará	43,1	31,0	10,6	18,7	4,3	25,3
Rio Grande do Norte	35,8	6,2	10,5	5,7	-16,9	4,6
Paraíba	40,5	7,2	78,5	6,3	-20,2	3,2
Pernambuco	28,4	8,0	64,5	16,7	10,8	16,9
Alagoas	23,2	5,6	30,8	6,4	-57,5	2,5
Sergipe	30,1	4,9	29,0	5,6	1,4	5,5
Bahia	38,7	12,5	10,5	17,1	23,3	20,5
NORDESTE	37,0	100,0	30,4	100,0	7,8	100,0

Fonte: (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010a). Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Variação nominal do valor das contratação no período de jan/ago-10, em relação a jan/ago-09.

² Participação dos estados no período de jan/ago-10.

Obs.: No período de jan-ago/10, o valor das contratações do CREDIAMIGO, no Nordeste, alcançou R\$ 1.201,2 milhões, do PRONAF R\$ 588,1 milhões e do FNE R\$ 5.136,1 milhões.

instituições de crédito para o financiamento do desenvolvimento regional.

Embora atuem predominantemente em operações de longo prazo, as duas instituições se diferenciam quanto ao volume de operações contratadas e ao valor médio por desembolso. Enquanto no BNB se registra uma média de R\$ 24,6 mil por operação, no BNDES a média ficou em R\$ 197,9 mil. A diferença pode ser explicada, em parte, pela desproporção entre os números de operações realizadas pelas duas instituições, já que o BNB contratou 13 vezes mais do que o BNDES.

No elenco de programas executados pelo BNB, há dois que se destacam pelos seus resultados econômicos e sociais. Um deles é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, o Crediamigo, voltado para o fortalecimento de pequenos empreendimentos, notadamente pessoas físicas. No período de janeiro a agosto, foram contratadas

no Nordeste 966,4 mil operações do Crediamigo, garantindo um aporte da ordem de R\$ 1.201,2 milhões. Em comparação com agosto de 2009, houve aumento de 27,6% no número de contratações e de 37% no montante desembolsado. O programa apresenta ainda outros aspectos relevantes: atende a um público predominantemente feminino (65%), responsável por uma reduzida taxa de inadimplência (0,8%), significativamente inferior à média nordestina para pessoas físicas (5,7%).

O outro é o Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem por objetivo apoiar o desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar. No período de janeiro a agosto de 2010, foram contratadas no Nordeste 209,6 mil operações desse programa, com aporte de R\$ 588,1 milhões, significando incremento de 12,5% na quantidade de contratos e de 30,4% no montante desembolsado.

7.6 - Conclusão

O recente Acordo de Basileia III definiu um conjunto de regras de proteção dos bancos contra a crise. Em síntese, os bancos deverão criar colchões protetores; haverá nova definição para capital e novos limites de alavancagem; e os grandes bancos deverão ser mais rigorosos na concessão de créditos.

As operações de crédito do sistema bancário brasileiro continuam sua trajetória de acelerado crescimento. Esse bom desempenho vem sendo influenciado pelas operações dos bancos oficiais, que têm apresentado crescimento superior ao das operações da banca privada, historicamente mais cautelosa e conservadora na concessão do crédito.

Até o final do ano, é provável que o estoque do crédito corresponda à metade do PIB brasileiro. Mesmo assim, essa marca pode ser considerada modesta comparativamente aos países centrais, onde o volume de crédito ultrapassa o da riqueza nacional.

A expansão do crédito foi também acompanhada por um avanço qualitativo e nas condições dos empréstimos concedidos. Assim, houve redução no índice de inadimplência, nas taxas de juros e no *spread*, além de alongamento dos prazos de financiamento.

O saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino, no período de 12 meses findo em julho último, cresceu mais que nas demais regiões brasileiras. Esse resultado sugere um destacado desempenho da economia do Nordeste, que pode, inclusive, superar a expansão da economia brasileira, em termos proporcionais.

Em julho de 2010, as operações de crédito destinadas às pessoas jurídicas predominaram em Pernambuco, no Ceará e na Bahia. Por outro lado, os empréstimos para pessoas físicas registraram maior proporção na Paraíba, no Maranhão e no Rio Grande do Norte. Esse perfil de distribuição sugere que no primeiro grupo de estados o crédito foi orientado para a produção, enquanto no segundo direcionou-se preferencialmente para o consumo.

A captação de depósitos pelo BNB nos 12 meses entre julho-2009 e julho de 2010 registrou a maior taxa de crescimento dentro do sistema bancário nordestino. O BNB também tem praticado taxas de juros competitivas, no âmbito do mercado de crédito nacional, destacando-se por cobrar os encargos mais baixos nas operações de capital de giro prefixado, no desconto de duplicata e na conta garantida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco Ferreira. **A Intermediação financeira e a transferência de recursos entre regiões – 1996/2009**. Fortaleza: BNB/ETENE, set. 2010. No prelo.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura: indicadores econômicos: moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2010a.

_____. **Economia e finanças:** séries temporais: sistema gerenciador de séries temporais: economia regional: crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2010b.

_____. **Relatório de Estabilidade Financeira**, v. 9, n. 2, set. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2010c.

_____. **Relatório de Inflação**, v. 12, n. 3, set. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2010d.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2010e.

_____. **Sistema financeiro nacional:** informações sobre operações bancárias: taxas de opera-

ções de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 07 ago. 2010f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Informações da área de controle financeiro**, set. 2010a.

_____. Informações gerenciais do programa crediamigo. **Cadernos mensais**, ago. 2009 e 2010b.

_____. **Nordeste Conjuntura Mensal:** Boletim Eletrônico, n. 9, set. 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 15 out. 2010c.

BNDES. **BNDES:** Informativo Nordeste, Recife, n. 25, jul. 2010.



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica